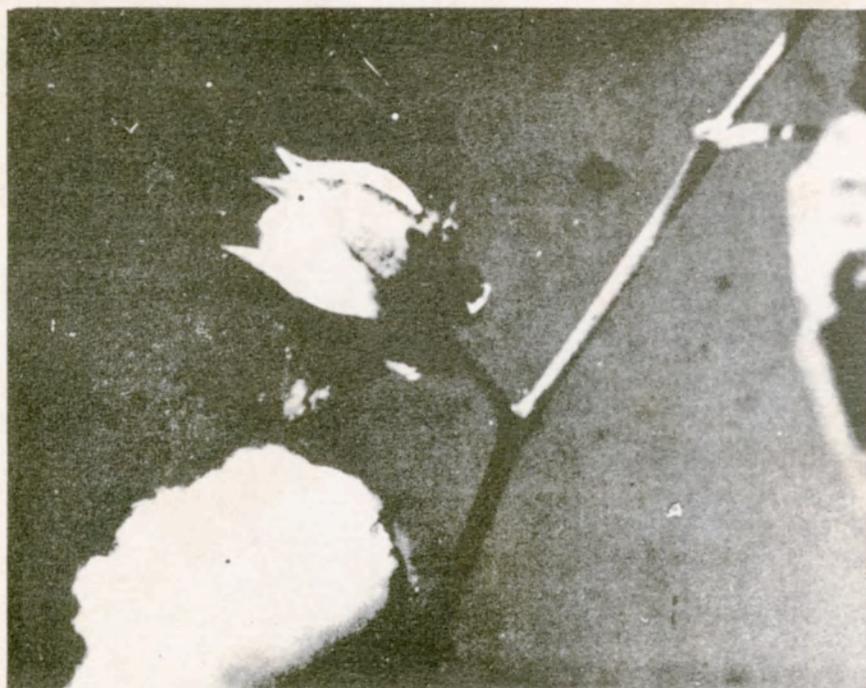


a meta do BDRN é colocar o estado no mesmo ritmo de progresso do Brasil



Financiando a indústria, o comércio e a agro-pecuária, o Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN) trabalha para colocar o Estado nos mesmos caminhos de progresso do Brasil. Se você acredita no futuro do Rio Grande do Norte, você tem um sócio no BDRN.

B. D. R. N.



banco de desenvolvimento
do rio grande do norte

Índice

REPORTAGENS

ICM	6
Fim da isenção, começo da incerteza	
200 MILHAS	17
Esse Mar	
INFRA-ESTRUTURA	28
Na febre dos hotéis, a realidade do turismo	
IMÓVEIS	32
Bonfim - um barato bem caro	
EXPORTAÇÃO	40
Ressureição do sisal	
INTERCÂMBIO	44
Falando de Brasil- Japão	

DEBATE

CEARÁ-MIRIM: o vale da promessa

Abertura	21
Geraldo José de Melo	22
Ari Alecrim	23
Múcio Ribeiro	
Dantas	24
Maria Alzir Dionenes	26

SEÇÕES

Homens e Empresas	4
Mercado de Capitais	46

ARTIGO

OTTO GUERRA	35
Política de Açúcares	

RN-ECONÔMICO, NOVA FASE

Quase três anos depois da circulação do seu primeiro número - como modesto boletim que se propunha a informar o empresariado - RN-ECONÔMICO, hoje revista, entra em nova fase. Com mais ilustração, mais noticiário, mais arte, melhor impressão, RN-ECONÔMICO já é veículo de formação da opinião pública do RN. Leia RN-ECONÔMICO em nova fase. Você vai ver que a nossa revista é imagem e semelhança do Estado que cresce.

Em 1971 o vale do
Ceará-Mirim
viveu a fase
do açúcar amargo.
Suas usinas estavam
ameaçadas
de fechamento.
Era a crise.
E depois? E agora?

Uma
palavra de ordem:

- Ocupar as 200 milhas.
Entrevistas
exclusivas com
os professores Sebastião
Monte e Americo
de Oliveira Costa.

A rede hoteleira
enquanto infra-estrutura
de
turismo.
Os hotéis de Natal vistos
por fora
e por dentro.
Seus resultados como
empresa e
seus
projetos de ampliação.





ETOILE - GRANDE EMPREENDIMENTO

O edifício Etoile se constitui, sem dúvida, no mais ousado empreendimento imobiliário já levado a cabo no Rio Grande do Norte. Prédio de 10 andares, residencial, com dois apartamentos por andar e fino acabamento, o edifício Etoile tem como incorporador Gilson Ramalho. A Associação de Poupança e Empréstimo Riograndense do Norte - APERN - financiou a construção. A venda dos apartamentos se constitui em absoluto sucesso.



F. Bezerril

CIBRESME GANHA DE NOVO

Já se pode até considerar como um fato comum a notícia de que a CIBRESME-Companhia Brasileira de Estruturas Metálicas - ganhou novas concorrências em Natal. Isto porque, até agora, esta empresa representada em Natal por Fernando Bezerril ainda não perdeu uma só vez a disputa com outras firmas do seu ramo. Basta dizer que ela forneceu cobertura para os galpões da Guararapes, da JOSSAN, da DUBOM, de J. Motta, de SITEX, de SORIEDEM e dos Supermercados Mini-Preço. Agora, a CIBRESME vai fornecer estruturas metálicas para as Confecções Sucar S/A, cujas novas instalações serão construída pela Construtora Rebello Flor, à margem da avenida Salgado Filho.

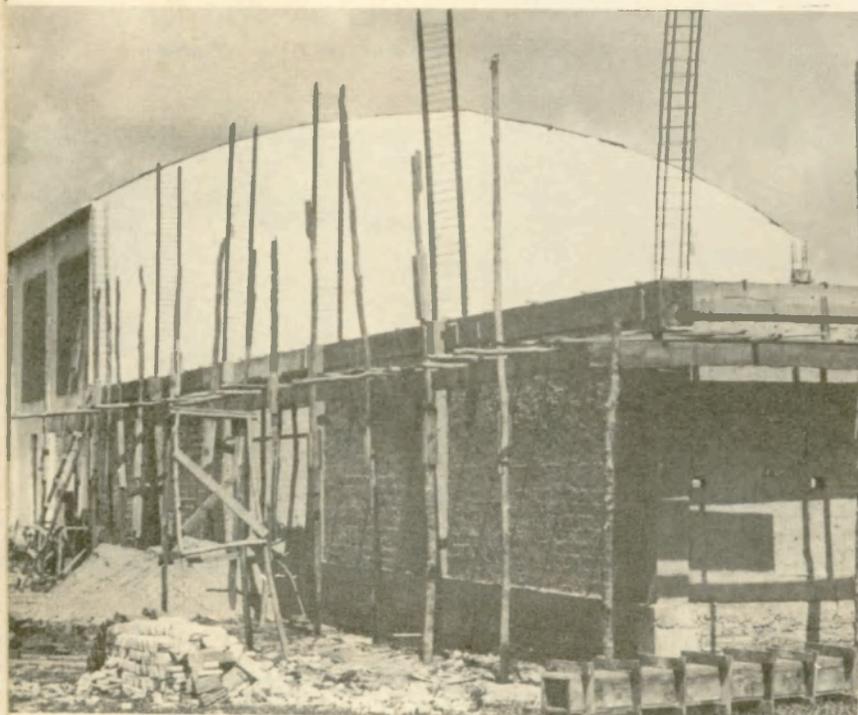
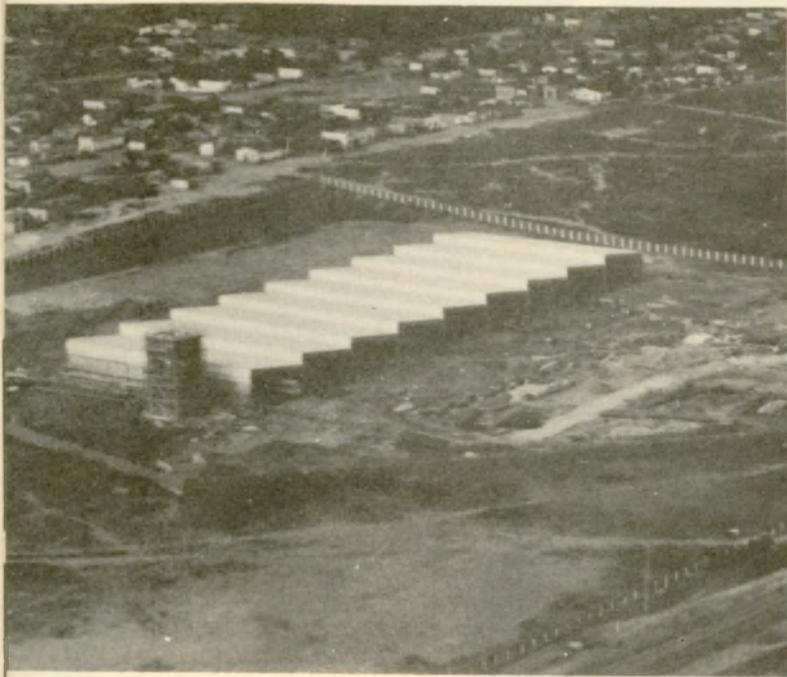
12 MILHÕES PARA A REDE ELETRICA

João Frederico Abbott Galvão, diretor comercial da CO SERN, anuncia que a empresa está investindo 12 milhões de cruzeiros na reforma e ampliação da rede elétrica de NATAL, há 45 anos sem sofrer nenhum melhoramento. Até fins de 1973, toda a cidade estará bem iluminada. Por outro lado, já está em fase final de construção o edifício sede da COSERN, que em mais alguns meses vai permitir a unificação dos diversos setores da Companhia, hoje dispersos em seis prédios em vários pontos da cidade. O novo prédio, situado no terreno da antiga usina da Cia. Força e Luz, foi projetado pelos arquitetos Ubirajara Galvão e Moacir Gomes.



KLEBER OTIMISTA COM O ALGODÃO

Acreditando que o RN terá este ano uma das maiores safras de algodão dos últimos tempos, Kleber Bezerra - que dirige a Algodoeira Theodorico Bezerra - considera que o preço do produto deverá se manter em alta. No entanto, no que se refere ao algodão fibra longa, Kleber lança as suas dúvidas, com relação à comercialização e lembra que muitas firmas compradoras ainda tem estoque da safra passada, que não puderam vender por falta de mercado e pela queda do preço.



icm

**FIM DA
ISENÇÃO
COMEÇO
DA
INCERTEZA**

Reportagem de MARCOS AURÉLIO DE SÁ

No jogo de sinuca, quando o parceiro é mais forte costuma dar pontos de vantagem ao adversário. É uma forma inteligente de equilibrar o poder de competição, de estabelecer igualdade na disputa e de motivar os que, de outra maneira, não se atreveriam a entrar no jogo.

Na política de desenvolvimento regional o governo, pela SUDENE, tem feito vigorar uma regra muito parecida à do sinuca. Inclue-se um projeto industrial na faixa A de prioridade quando ele vai ser implantado longe dos principais centros consumidores, passando o mesmo a receber recursos do 34/18 até o limite de 75 por cento do seu valor global. No entanto, se esse mesmo projeto viesse a ser implantado numa área próxima ao mercado de consumo, ele não entraria na faixa A. É uma forma inteligente de compensar as desvantagens com algum incentivo.

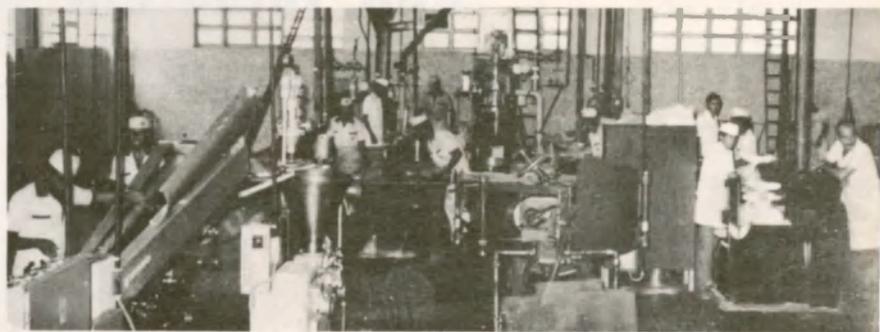
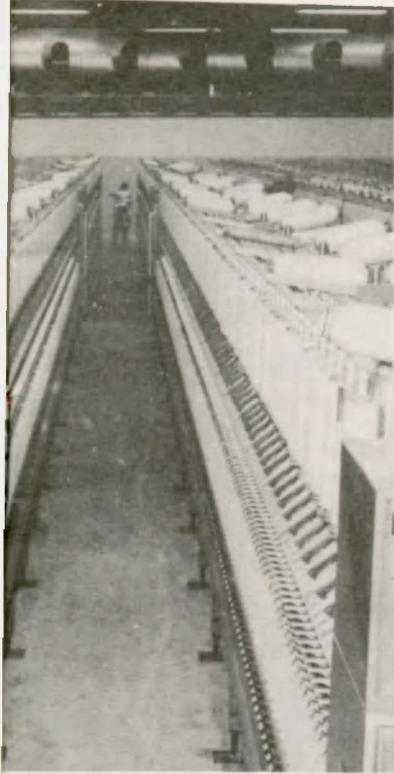
AS COMPENSAÇÕES FISCAIS

Embora não fizesse parte do regulamento que norteia a política econômico-financeira do governo federal, vários Estados — por conta própria — vinham encontrando métodos práticos de dar pontos de vantagem às suas indústrias quando estas entravam no jogo pela conquista dos mercados, disputando com as indústrias mais poderosas situadas em grandes centros. Entre estes tais métodos, um dos mais em voga (mas que só poderá ser usado até 31 de dezembro próximo) é o da isenção de uma parte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM) que a indústria tem de recolher ao Estado por ocasião da comercialização dos seus produtos.

Graças à isenção do ICM puderam os pequenos Estados do Nordeste assistir nascerem importantes indústrias em seus territórios, o que certamente não teria sido possível de outra maneira.

O RIO GRANDE DO NORTE NO JOGO

O Rio Grande do Norte sempre fez parte dos Estados, que consideravam absolutamente normal e lícito dar aos seus empresários mais audaciosos o valioso incentivo da isenção do ICM. Em decorrência dessa política, pôde o Estado fomentar o desenvolvimento de muitas indústrias, dentre as quais citamos como exemplo maior as Confeções Guararapes S/A, hoje indubitavelmente a maior indústria de confeções masculinas do Brasil.



Não se pode negar que o governo estadual sofreu prejuízos na sua receita, concedendo isenções. Porém beneficiou-se indiretamente com a criação de empregos, com a circulação de riquezas, etc, o que a médio e longo prazos representa muito mais do que o que se deixou de arrecadar sob a forma de ICM. Agia certo o governo ao conceder isenção, pois defendia em primeiro lugar os interesses do Estado.

A INTERFERÊNCIA DE DELFIM

A tal ponto a isenção do ICM vinha fortalecendo algumas indústrias dos pequenos Estados que os empresários do Sul abriram os olhos para a questão e iniciaram uma luta contra o método. A

primeira acusação grave foi lançada: a indústria do Nordeste compete com a do Sul levando vantagens muito grandes, ou seja, pagando menos impostos, salários menores etc, o que lhe permite custos inferiores.

O ministro Delfim Neto, de posse dos elementos para decidir sobre a questão, considerou condenável e até ilegal o emprego desses expedientes pelos Estados menores e estipulou que a partir de 31 de dezembro próximo não se concederá mais a isenção do ICM, no estilo atual.

QUAL O RUMO A SEGUIR?

Fechada assim uma das possibilidades mais efetivas de apoio que um governo de Estado pobre como o Rio Grande do

Norte poderia oferecer aos seus empresários, qual o rumo a seguir?

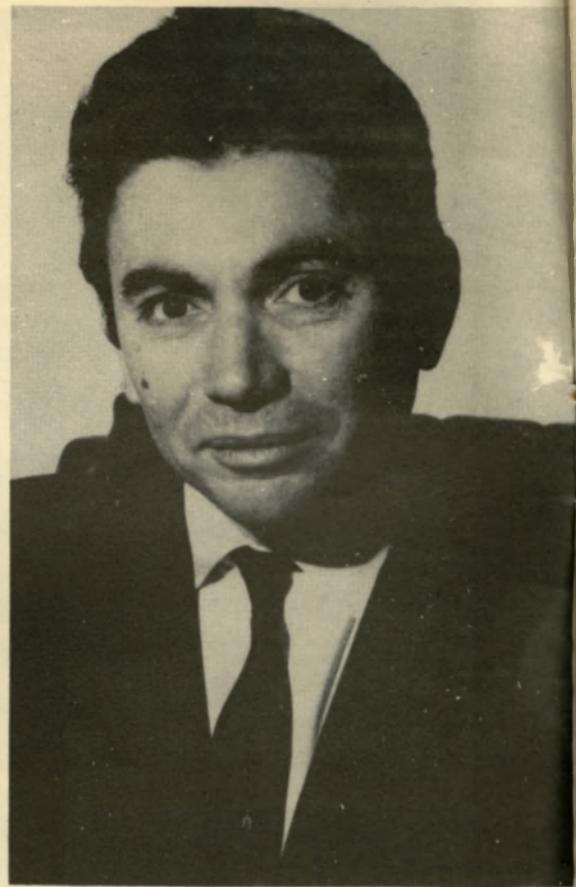
Aparece como um fato mais do que evidente a pequena capacidade de competição da indústria local com a grande indústria de âmbito nacional ou até regional, mais próxima das fontes produtoras de matérias primas e dos principais mercados do país. Que é necessário incentivar a dinamização dos empreendimentos industriais no Rio Grande do Norte, disso ninguém tem dúvida, seja qual for a fórmula encontrada. Desde que essa fórmula não venha a ferir os dispositivos expressos na política financeira do ministro Delfim Neto.

Surge, assim, uma boa hora para o debate, para as opiniões e as teses. Quem sabe se não poderemos encontrar no Rio Grande do Norte uma idéia pioneira que permita ao governo estadual continuar integrado e envolvido diretamente no trabalho de desenvolver o setor industrial?

segue 7

nevaldo rocha

Tratamento igual para economias desiguais é a mesma coisa que injustiça



O industrial Nevaldo Rocha
lança a tese do incentivo
diferenciado.

Em meados de abril, Nevaldo Rocha, diretor-presidente das Confecções Guarapes S/A (Capital Social — Cr\$ 51 milhões), veio de Miami (EUA) a Natal para, entre outras coisas, receber um título de Cidadão Natalense honraria que a unanimidade da Câmara Municipal resolveu lhe conferir. Homem simples, de Caraúbas (interior do RN), Nevaldo não é grande orador. Mas não podia deixar de levar alguma mensagem aos vereadores que reconheceram sua luta e o premiaram com o título. Apressadamente, lançou em três folhas de papel ofício uma mensagem que — é bem possível, ele não imaginasse — continha, em palavras simples, uma tese realista e das mais profundas sobre o problema do incentivo oficial às indústrias situadas em áreas distantes dos grandes centros.

O discurso de Nevaldo Rocha lançou a idéia do incentivo diferenciado, que ele definiu com as seguintes palavras:

Há muitos anos vimos defendendo, embora nem sempre bem compreendidos, a necessidade de se obter para as empresas norte-rio-grandenses um incentivo diferenciado. Esse incentivo atuaria como uma conta de compensação: compensaria a desvantagem de ser um Estado pequeno e de se encontrar deslocado do centro de consumo. Não se exigia muito nesse compensação. Justificamos com o exemplo de nossa empresa que, com apenas 7 por cento de incentivos estaduais, conseguimos vê-la transformada, de 130 empregos em 1960, na maior indústria de confecções do país, hoje com 2.700 empregos. É possível que nossas palavras fi-

quem limitadas a este recinto. Ainda assim, não custa sugerir o incentivo diferenciado para aplicação em todo o país. E isso se faria partindo do entendimento de que, quanto mais para o interior fosse a indústria menor carga tributária lhe seria aplicada. Não importa de onde possa chegar o incentivo; se de deduções permitidas no ICM; se de deduções autorizadas pelo IPI. Importante é que se trate de um incentivo diferenciado”.

EXEMPLO DO INCENTIVO DIFERENCIADO

Na defesa da tese, Nevaldo Rocha foi claro, dizendo:

“Exemplifiquemos o nosso raciocínio: se a indústria está localizada em São Paulo que lhe seja aplicada uma alíquota de 10 por cento; se viesse para Natal, que sua carga tributária fosse reduzida para 5 por cento; se se deslocasse para a Transamazônica, que recebesse isenção ou não incidência de tributos”.

Apresentando sua idéia como um caminho para o desenvolvimento do interior do país, Nevaldo mostrou que sob o ponto de vista econômico o Brasil é um país mal dividido, possuindo vastas regiões despovoadas em contra posição com uma metrópole como São Paulo, onde a população sofre da falta de espaço e onde o governo estadual, recentemente, aplicou

na construção de uma via elevada — o chamado Minhocão — uma soma superior à arrecadação do Rio Grande do Norte em todo um exercício, simplesmente para descongestionar o tráfego de automóveis no centro da cidade. E concluiu achando que se, ao invés de igualar tributos, o governo federal criasse incentivos diferenciados, dando ao interior melhores condições, teríamos uma inversão do problema: as indústrias caminhariam para o interior, freiando o êxodo da massa interiorana para as grandes cidades despreparadas para recebê-la. A frase final do seu pronunciamento em defesa do incentivo diferenciado foi: “tratamento igual para as economias desiguais é a mesma coisa que INJUSTIÇA”.

segue





augusto carlos
Não queremos prejuízo
para as empresas. Mas
queremos contribuintes.

Augusto Carlos tentou motivar os empresários para o debate sobre a reforma do ICM. No fim, ninguém sugeriu nada.

Dentro da intrincada esquematização que Delfim Neto armou para mudar os rumos do ICM, Augusto Carlos Viveiros — secretário da fazenda do Rio Grande do Norte — integra uma comissão composta por secretários de nove Estados, encarregada de elaborar o projeto de lei complementar que alterará a Constituição, num dos seus artigos que se refere à tributação.

Em várias ocasiões, teve Augusto Carlos de fugir da rotina do trabalho em sua secretaria para viajar, às pressas, ao Rio ou à Brasília, atendendo convite do ministro da fazenda para demoradas reuniões. A última dessas reuniões — que durou nada-menos de três dias — gerou a redação final do projeto de lei complementar acima citado. Depois de discutir exaustivamente a matéria, os secretários retornaram aos seus Estados levando cópias do texto, com a incumbência direta de apresentar seu conteúdo ao empresário para debate e sugestões que ainda podem ser aproveitadas.

AUGUSTO COM OS EMPRESÁRIOS

O secretário da fazenda do RN convocou as lideranças do comércio e da indústria — de acordo com o figurino — para um encontro que se insinuava promissor. Compareceram ao auditório do SESC quase todos os líderes empresariais, mas muito poucos dos 57 diretores dos empreendimentos que gozam de incentivos fiscais no Estado.

Augusto Carlos — dominando perfeitamente o tema em causa — fez uma exposição de uns trinta minutos, minuciando os menores detalhes do projeto de lei complementar e as suas implicações relativas do Rio Grande do Norte.

O objetivo da reunião, entretanto, frustrou-se de maneira lamentável. Depois de algumas digressões em torno da jurisdição do projeto de lei complementar e em torno da maneira como estava redigida a matéria — chegando os “juristas” locais a definir o texto como “coisa esdrúxula” — terminou o encontro sem que ninguém lançasse uma sugestão válida, uma proposição concreta, uma tese nova que pudesse ser levada ao debate no auditório da próxima reunião de secretários

segue 6

lembrou de discutir a tese de Nevaldo Rocha ou qualquer outra fórmula de incentivo fiscal. Todos pararam apenas na desaprovação da reforma do ICM, espereando contra a perda de privilégios das nossas indústrias. Foi uma reunião sem originalidade, como costumam ser as outras desse nível entre nós.

QUEM TEM ISENÇÃO

"O governo tem interesse em estudar profundamente o problema para que as indústrias que hoje gozam da isenção do ICM não tenham prejuízo com a proibição desse incentivo, mas em compensação também consigam se engajar na fileira dos contribuintes" — disse o secretário Augusto Carlos. Defendendo — como seria natural — os interesses da fazenda estadual, ou seja, procurando elevar a receita tributária, informou Augusto que 57 empresas do Rio Grande do Norte gozam de incentivo fiscal para compensação financeira, para investimento na ampliação da produção ou para saldar débitos para com a própria fazenda. E cita ele que, na verdade, a isenção do ICM não significa a salvação para as empresas do Estado, pois do contrário algumas das 57 beneficiadas não teriam caminhado para a falência, como se verifica.

sação com Nevaldo Rocha acerca do futuro dos incentivos fiscais, considera-se Augusto Carlos ainda pouco informado sobre a tese dos incentivos diferenciados, defendida com entusiasmo pelo diretor-presidente das Confeções Guararapes S/A. Acha-a interessante, mas ainda superficial para ser defendida nacionalmente.

Sem definir em termos exato a solução que o governo estadual levará para defender na próxima reunião dos secretários com o ministro da Fazenda, pois considera que "caberá ao governador Cortez Pereira a decisão final" disse Augusto Carlos que essa solução seria uma espécie de dedução para investimento, depositada em conta especial no Banco de Desenvolvimento pelas empresas, o que criaria o que poderíamos chamar "os artigos 34/18 só para o Rio Grande do Norte".

OS CRITÉRIOS DA NOVA LEI

O que, a esta altura, já está absolutamente definido — dentro do pensamento do ministro Delfim Neto — é que, a partir de 31 de dezembro de 1972, só será concedido qualquer tipo de incentivo fiscal pelos Estados depois de todos os secretários da fazenda, reunidos para tal

cessão de tal incentivo. Fora dessa norma, qualquer isenção concedida será considerada ilegal, motivando sérias sanções para os Estados que a autorizar dentre as quais: suspensão dos fundos especiais e não aprovação das contas pelo Tribunal de Contas da União.

Diz mais o projeto de lei complementar, num parágrafo de um dos seus artigos: "Quaisquer outros benefícios fiscais concedidos pela legislação estadual, consideram-se revogados a partir de 1.º de janeiro de 1973, se não forem convalidados pelo primeiro convênio que se realizar na forma desta Lei, ressalvados os reconhecidos até 31 de dezembro de 1968, por prazo certo e em função de determinadas condições que já tenha sido incorporadas ao patrimônio jurídico do contribuinte".

Para convalidar um benefício fiscal será também necessária a aprovação dos secretários da fazenda dos Estados, enquanto que para revogar esse benefício não será exigida a unanimidade de votos, mas apenas 4/5 deles. A finalidade de tudo isso, de todo esse aparato que realmente foge às tradicionais normas de legislação do país, é — no entender das autoridades financeiras — corrigir injustiças e ilegalidades que existem em grande número dentro do atual esquema do ICM.

segue

SODISMA
cresce com
os maiores da indústria
químico-farmacêutica

Esta não é uma
declaração de simples
efeito publicitário.
É uma verdade
indiscutível.

Trabalhamos com
JONHSON & JONHSON S/A
MERCK SHARP
& DOHME,
HOECHST
DO BRASIL,
CARLO ERBA,
RHODIA S/A.

Agora
perguntamos...
Quem maiores
do que
eles no País?

SODISMA
Sociedade Distribuidora de Materiais Ltda.

Rua Nisia Floresta, 83 — Ribeira Fone — 21-59

rubens costa

O ICM

empobreceu o

Rio Grande do Norte

Rubens Costa, ex-presidente do Banco do Nordeste, em estudo que publicou sobre os efeitos do ICM, provou que esse sistema tributário está empobrecendo cada vez mais o Rio Grande do Norte, hoje o último Estado do Nordeste, em termos de arrecadação.



O Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM — começou a ser utilizado no Brasil em 1967, em substituição ao Imposto de Vendas e Consignações — IVC. Sobre a eficácia do ICM muito se tem discutido. Que o ICM é mais eficaz do que o IVC, ninguém tem dúvida. Mas, um aspecto interessante acerca das consequências da implantação do ICM no Brasil foi recentemente levantado através de um ligeiro estudo de Rubens Costa, antigo presidente do Banco do Nordeste e hoje presidente do BNH. Ele provou que o ICM empobrece alguns Estados brasileiros, notadamente os Estados economicamente mais fracos do país. E citou nominalmente o Rio Grande do Norte como um dos maiores prejudicados pelo ICM.

AS PALAVRAS DE RUBENS COSTA

“Em país de dimensão continental como o Brasil e no qual perduram acentuadas disparidades regionais e estaduais, a implantação de um imposto como o ICM, com as mesmas alíquotas e fatos geradores, não poderia deixar de exigir frequentes ajustamentos, a fim de amenizar distorções por ele mesmo causadas, as quais,

ademais, somam-se as disparidades pre-existentes” — comenta Rubens Costa. E, mais adiante, assinalada: “A análise regional das receitas estaduais mostra que a produtividade fiscal do ICM é baixa nos Estados pobres, cuja economia se esteia em produtos primários e elevada nos Estados industrializados”.

Examinando números e fazendo cálculos, Rubens Costa chega enfim, a declarar:

“A análise destes elementos mostra, por exemplo, que a arrecadação tributária per capita do Rio Grande do Norte vem declinando todos os anos, havendo minguado um terço entre 1966 e 1970...” E prossegue adiante: “Sem embargo, a queda da arrecadação estadual e a insuficiente compensação do governo federal colocaram o Rio Grande do Norte no último lugar em arrecadação total per capita em 1970, com 0,93 UPC (Unidade Padrão de Capital), enquanto o Piauí atingiu 0,96 UPC”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do seu trabalho, Rubens Costa afirma que “as transferências federais

através do Fundo de Participação atenuaram os efeitos negativos do ICM, mas perduram anormais como a da redução brutal das receitas do Rio Grande do Norte. O Nordeste, de um modo geral, debilitou-se com a implantação do novo imposto, embora conte com generoso aporte de recursos federais através do Fundo de Participação”.

“Os elementos aqui apresentados de maneira esquemática, indicam a complexidade da matéria e sugerem prévias definições da política fiscal para os Estados, como base para as alterações que venham a ser introduzidas na atual sistemática. O fortalecimento da base tributária própria dos Estados, buscando maior equilíbrio entre as unidades da Federação, poderia ser o objetivo de tal política, ou o aumento das transferências federais, a fim de assegurar uma base financeira mínima capaz de proporcionar os serviços que o desenvolvimento econômico exige, a uma taxa de crescimento superior à da expansão do Produto Interno Bruto. Outras opções existem, mas parece indispensável que uma definição prévia oriente as modificações que parecem estar em estudo, sob pena de correrem o risco de agravar o quadro atual que está gerando descontentamento e reivindicações”.

segue

A FEDERALIZAÇÃO DO ICM

A III Conferência Nacional das Classes Produtoras, realizada recentemente no Rio de Janeiro, abordou a problemática do ICM, sugerindo 3 medidas básicas ao mi-

nistério da fazenda, com intuito de superar desigualdades e injustiças: 1) a federalização do ICM; 2) a distribuição igualitária da alíquota entre Estado produtor e Estado consumidor; e 3) a proibição da concessão de isenções.

O primeiro item proposto não poderia ter nenhum efeito nocivo, para Estado nenhum. O segundo, motivou o descon-

tenhamento dos grandes Estados, cujos representantes chegaram a dizer pela imprensa que "não convém que o Nordeste se enriqueça lentamente, às custas de um empobrecimento rápido de São Paulo e da Guanabara". Por fim, o terceiro item proposto — o da proibição das isenções — tem possibilitado a mobilização geral de empresários, visando contornar os efeitos da medida, como ora se observa no Rio Grande do Norte.

INCENTIVO FISCAL

uma questão de sobrevivência

O primeiro ato governamental concedendo isenção de ICM a uma indústria do Rio Grande do Norte foi assinado em 3 de janeiro de 1968. A primeira empresa beneficiada foi Confecções Guarapes S/A. De lá para cá, mais 56 indústrias receberam do governo o privilégio fiscal. Sem dúvida, os primeiros atos foram assinados quase que sob pressão pelos governantes. Depois, passaram a ser assinados para equilibrar o tratamento às empresas atuantes dentro de um mesmo ramo. Por último, vinham sendo assinados como uma fórmula de dar vantagens e motivar industriais de fora a investirem no Estado.

COMO FUNCIONA O INCENTIVO

Em poucas palavras e com alguns números, vejamos como funciona o esquema de isenção do ICM.

Digamos, por exemplo, que a firma Simas Industrial S/A adquira Cr\$ 1.000,00 de matéria prima para fabricar doces e balas. Ao fazer a compra, a empresa recebe um crédito de ICM no valor de 14 por cento (se ela tiver comprado fora do Rio Grande do Norte), ou seja Cr\$ 140,00. Transformando toda essa matéria prima, imaginemos que Simas Industrial a venda por Cr\$ 2.000,00, a uma firma de Pernambuco. Nessa ocasião, ela terá de recolher à fazenda estadual 17 por cento de ICM, ou seja: Cr\$ 340,00, menos os Cr\$ 140,00 que já lhe estavam creditados por ocasião da compra da matéria prima. Passa, então, o Estado a incentivar a empresa proporcionando-lhe 7 por cento de isenção no preço da venda, ou seja: Cr\$ 140,00. Descontando-se, por conseguinte, de Cr\$... 200,00 (que era a obrigação real) a soma de Cr\$ 140,00 (referente à isenção), a indústria terá de recolher apenas Cr\$ 60,00 de ICM.

É perfeitamente compreensível que tal comportamento do governo do Estado signifique um incentivo de grande importância que assegura não só a oportunidade da indústria local competir com a de outros Estados onde não vigora tal sistema de isenção, mas garante até uma produção a preços menores. Por este motivo, o ministério da fazenda decidiu não mais apoiar essa forma de incentivo, pois ela quase sempre vem em prejuízo de outra indústria situada em outro lugar, gerando, assim, disparidades.

DEDUÇÃO DO ICM

PARA INVESTIMENTOS

Apesar de não se configurar como um incentivo igual ao da isenção, a possibilidade de deduzir uma certa parcela do ICM para investir na ampliação da indústria vem se apresentando como uma fórmula ao alcance dos Estados para beneficiar suas empresas.

Indústrias de Pernambuco, que a 31 de dezembro terão esgotado o seu período de isenção, já estão buscando junto ao governo uma nova solução para o assunto. E o governo pernambucano encontrou, através das sugestões dos empresários, o sistema de dedução para investimento como um bom sucedâneo.

Em linhas gerais, citando o caso do incentivo dado à Siderúrgica Açonorte S/A, conforme se pode ler em ato publicado no Diário Oficial de Pernambuco, do dia 17 de março último. O governo permitirá que, a partir de 1.º de janeiro de 1973 a Açonorte deduza do seu ICM a ser recolhido ao Estado, até 60 por cento para depósito vinculado à ordem do Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE), em conta de investimento aberta no Banco de Desenvolvimento (BANDEPE).

segue



Abelário Rocha afirma que a dedução do ICM para investimento satisfaz os interesses da sua empresa e que sem incentivo o futuro será difícil.

Isso trocado em números, num exemplo mais fácil de ser entendido, vai significar o seguinte: numa compra de Cr\$ 1.000,00 de matéria prima a Açonorte vai ficar com um crédito de 14 por cento de ICM, ou seja, Cr\$ 140,00. Transformando essa matéria prima em produto acabado e vendendo-o por Cr\$ 2.000,00, terá então de recolher 17 por cento, ou seja, Cr\$ 340,00. Deduzindo daí os Cr\$ 140,00 que lhe estavam creditados, recolherá apenas Cr\$ 200,00. Dessa importância a empresa poderá depositar, então, Cr\$ 120,00, no BANDEPE, correspondentes ao valor dos 60 por cento de incentivos, ficando obrigada a pagar apenas 80 cruzeiros de ICM, ou seja, os 40 por cento restantes. O dinheiro depositado no BANDEPE, a Açonorte, poderá utilizar, em seguida, para compra de equipamentos e máquinas, construção civil, compra de matérias primas, etc, tudo de acordo com um plano de investimento. Após a implantação do plano, poderá então a empresa continuar gozando do incentivo, mas será obrigada a passar para uma outra indústria em fase de implantação os seus recursos.



VANTAGENS E DESVANTAGENS

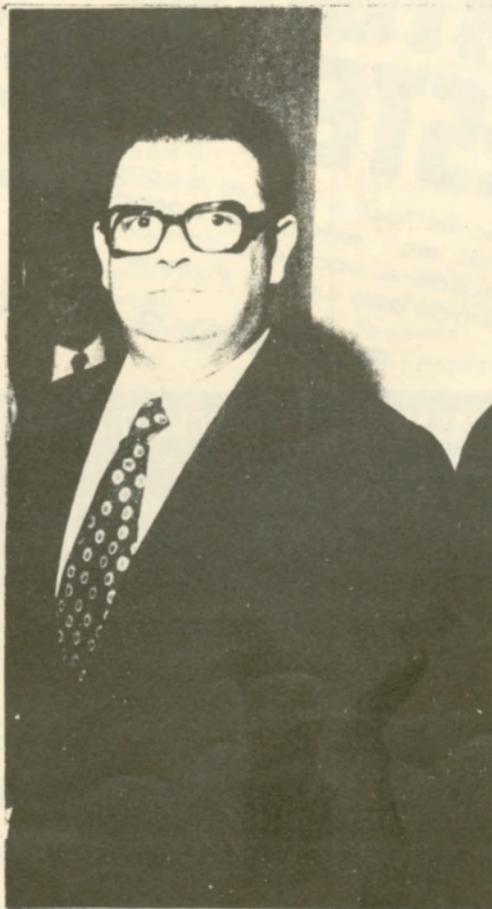
Abelário Rocha, diretor das Indústrias JOSSAN S/A (fábrica de arames, grampos e pregos, com capital autorizado de 11 milhões de cruzeiros) considera a fórmula de Pernambuco perfeitamente ajustável ao Rio Grande do Norte e muito boa para a sua empresa, em fase final de implantação com recursos do 34/18.

Nevaldo Rocha, diretor-presidente das Confecções Guararapes S/A, no entanto, acha a solução precária e em nada ajustada aos interesses da livre iniciativa, pois ela contém em doses elevadas os princípios da economia dirigida, que subjugam o empresário aos programas de governo, nem sempre os mais interessantes para a política das empresas.

A tese de Nevaldo é a do incentivo diferenciado, que está exposta nas páginas anteriores. E ele diz porque reivindica esse tipo de incentivo, com as seguintes palavras:

"É curioso como o governo central tão bem compreende a necessidade de incentivo no campo da exportação. Para vender nossos manufaturados no exterior, todos os tributos que incidiriam na operação, como dá prêmios da ordem de 40 por cento sobre os valores exportados. Isso quer dizer que, além de isenção fiscal, o fabricante se credita de ICM e IPI, recebendo outras vantagens que alcançam essa percentagem. As mesmas razões devem ser entendidas em relação aos negócios internos. Pelos mesmos motivos que os manufaturados brasileiros não competem com os similares estrangeiros, salvo gozando dos incentivos que menciona-

mos, os manufaturados dos Estados subdesenvolvidos do Nordeste não podem competir com os similares dos Estados de maior índice de desenvolvimento do Sul. Por isso, entendemos ser da mais absoluta justiça a extensão dos métodos usados para o mercado externo na comercialização interna, porque tratamento igual para as economias desiguais é a mesma coisa que injustiça".



A política do ministro Delfim Neto não aceita a isenção do ICM.

A CRISE QUE SE ANUNCIA

Sem a isenção do ICM muitas empresas do Rio Grande do Norte não teriam sobrevivido até agora. Na realidade, algumas faliram, apesar desse importante benefício fiscal. Uma das maiores indústrias de confecções do Estado teve, no exercício de 1971, um lucro de 1 milhão de cruzeiros. No entanto, um observador mais atento verificou, pela análise do balanço dessa empresa que se ela tivesse de recolher normalmente o ICM à fazenda estadual, teria pago Cr\$ 1.400.000,00, ou seja: teria tido, no ano, o prejuízo de 400 mil cruzeiros. Com esse exemplo, não seria exagero nem sensacionalismo concluir esta reportagem com a mesma frase que a iniciou: ICM — fim da isenção e começo da incerteza.



DESTA VEZ, ALEM DO FUSCA, A SERTANEJA DA GRATUITAMENTE MAIS ESTES PREMIOS

Geladeiras, televisores, rádios pi auto e portáteis, bicicletas, conjuntos estofados, etc. **em cada compra de 30 cruzeiros,** em qualquer mercadoria, você está concorrendo a todos estes prêmios pela Loteria Federal.

SORTEIO: 2 de agosto de 1972

MÁRIA SALLES PUBLICIDADE LTDA. Processo Nº 481.482/72-84F

A SERTANEJA
RADIR PEREIRA & CIA.

O MERCAO DO ELETRODOMÉSTICO DE NATAL E CURRAIS NOVOS
onde o mais importante é você

Rua Ulisses Caldas (bem em frente à Prefeitura)
Rua Pres. Bandeira, 469 no Alecrim e na nova Ilial
Av. Rio Branco, 675 (bem em frente ao cinema Rex)

Agora também em Mossoró
A SERTANEJA - O MERCADÃO DO ELETRODOMÉSTICO -
acaba de inaugurar mais uma filial, à rua Cel. Vicente
Sabóia, 143 - Fone 375

Indústrias do RN que gozam de isenções do ICM

Beneficiário	Localização	Produto	Incentivo Concedido
CONFECÇÕES GUARARAPES S/A	Natal	Confecções	Compensação Financeira
ANTÔNIO FERREIRA NEO & CIA.	Mossoró	Óleo e Sabão	Compensação Financeira
ARNALDO IRMÃO & FILHOS	Parelhas	Óleo Vegetal	Compensação Financeira
SIDNEY C. DORE S/A	Natal	Refrigerantes	Compensação Financeira
FÁBRICA DE ÓLEOS VEGETAIS S/A	C. Novos	Óleo Vegetal	Compensação Financeira
COM. SEBASTIÃO CORREIA DE MELO	Natal	Ind. Química	Compensação Financeira
NÓBREGA E DANTAS S/A	Macaíba	Rações e Óleo	Compensação Financeira
SOCIEDADE OESTE LTDA. SOCEL	Mossoró	Sal Refinado	Compensação Financeira
EXPANSÃO IND. COM. RIONORTE LTDA	Natal	Curtume	Compensação Financeira
PROFARQUÍMICA S/A	Natal	Ind. Química	Compensação Financeira
OLIVEIRA PINTO IND.COM. DE ÓLEOS	Natal	Óleo Vegetal	Compensação Financeira
FÁBRICA RAIMUNDO FERNANDES S/A	Mossoró	Óleo Vegetal	Compensação Financeira
CONSÓRCIO IND. DE ÓLEOS VEGETAIS	Parnamirim	Óleo Vegetal	Compensação Financeira
PLÁSTICOS DO NORDESTE S/A	Natal	Plásticos	Dedução p/Investimentos
COM. IND. MADEIREIRA S/A	Natal	Tacos	Dedução p/Investimentos
ALGODOEIRA SERIDÓ COM. IND. S/A	Caicó	Óleo Vegetal	Compensação Financeira
JOSÉ MARCELINO DE OLIVEIRA & CIA	Equador	Inseticidas	Compensação Financeira
FERREIRA DE MELO	S. Paulo Potengi	Óleo Vegetal	Compensação Financeira
USO METAL LTDA.	Natal	Cutelaria	Dedução p/Investimentos
THEODORICO BEZERRA S/A	Tangará	Óleo Vegetal	Compensação Financeira
SIMAS INDUSTRIAL S/A	Natal	Doces e Balas	Compensação Financeira
T. BARRETO IND. COM. S/A	Natal	Confecções	Compensação Financeira
MEDEIROS & CIA. S/A	J. Seridó	Óleo Vegetal	Compensação Financeira
CONFECÇÕES SORIEDEM S/A	Natal	Confecções	Compensação Financeira
F. SOUTO IND. COM. E NAVEGAÇÃO	Mossoró	Sal	Compensação Financeira
S/A MERC. TERTULIANO FERNANDES	Mossoró	Algodão	Credito Fiscal
ROLAUTO IMP. EXP. LTDA.	Natal	Mármore	Compensação Financeira
IND.COM.PRODUTOS ALIMENTÍCIOS			
IPALMA S/A	Natal	Alimentos	Compensação Financeira
CONFECÇÕES SUCAR S/A	Natal	Confecções	Compensação Financeira
NORDESTE PESCA S/A	A. Branca	Pescado	Dedução p/Investimentos
CONFECÇÕES REIS MAGOS S/A	Natal	Confecções	Compensação Financeira
FIAÇÃO E TECELAGEM SERIDÓ S/A	Natal	Fiação	Compensação Financeira
JOAQUIM DUARTE & CIA.	Mossoró	Óleo Vegetal	Compensação Financeira
POTYCRET-PRODUTOS DE CONCRETO S/A	Natal	Postes	Compensação Financeira
ITAPETINGA AGRO-INDUSTRIAL S/A	Mossoró	Cimento	Compensação Financeira
FIAÇÃO E TECELAGEM MOSSORÓ S/A	Mossoró	Fiação	Compensação Financeira
CISAF - IND. COM. DE FIBRAS S/A	Natal	Sisal	Dedução p/Investimentos
NATAL REFRIGERANTES S/A	Natal	Refrigerantes	Credito Fiscal
METALÚRGICA DO NORDESTE LTDA.	Natal	Estruturas	Dedução p/Investimentos
J. MOTTA IND. COM. S/A	Natal	Curtume	Dedução p/Investimentos
USINA ESTIVAS S/A	Arês	Açúcar	Credito Fiscal
GOSSON ALIMENTOS DO NORDESTE S/A	Natal	Alimentos	Dedução p/Investimentos
BEZERRA & FIUZA S/A	Natal	Molho Vegetal	Dedução p/Investimentos
INDÚSTRIA PLASTONI LTDA.	Natal	Plásticos	Credito Fiscal
TIPOGRAFIA SANTO ANTÔNIO LTDA.	Natal	Impressos	Credito Fiscal
INDÚSTRIA SITEX S/A	Natal	Etiquetas	Dedução p/Investimentos
ILNASA - IND. DE LATICÍNIOS NATAL	Natal	Leite	Credito Fiscal
INPASA - INDÚSTRIA DE PAPÉIS S/A	Natal	Papeis	Dedução p/Investimentos

Fonte - Secretaria da Fazenda do Estado

Companhia de Melhoramentos Agro-Pastoril

- COMAP -

C.G.C. 08.225.153/001

PENDÊNCIAS - RN

Capital Autorizado.....	Cr\$ 3.580.000,00
Capital Subscrito e Integralizado.....	Cr\$ 1.100.613,00
Capital a Subscrever.....	Cr\$ 2.479.387,00

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Dando cumprimento ao disposto no decreto lei n. 2.627, de 26/9/1940, que regula as sociedades por ações e nos Estatutos Sociais, vimos submeter à Vv.Ss. o relatório das atividades desta sociedade no decorrer do exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1971.

Salientamos que os esforços enviados por esta diretoria, no sentido de atingir satisfatoriamente os objetivos da empresa nesta fase de implantação do projeto, têm sido de maneira obstinada.

Externamos, na oportunidade, nossos sinceros agradecimentos aos senhores Acio-

nistas, clientes, fornecedores, bancos e funcionários, pela valiosa colaboração dispensada.

Pendências-Rn, 31 de Dezembro de 1971

Ivanoska Pinheiro Queiroz
Dir. Presidente
Ivo Alves de Queiroz
Dir. Gerente

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1971

A T I V O	P A S S I V O																																																																																																																														
<p>IMOBILIZAÇÃO</p> <p>Fixas e Técnicas</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 80%;">Terrenos, Obras Preliminares e Complementares</td> <td style="text-align: right;">851.640,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Formação de Culturas e Pastagens</td> <td style="text-align: right;">53.252,02</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imóveis</td> <td style="text-align: right;">31.000,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Instalações</td> <td style="text-align: right;">2.400,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Máquinas, Aparelhos e Equipamentos</td> <td style="text-align: right;">11.000,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td style="text-align: right;">16.500,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Móveis e Utensílios</td> <td style="text-align: right;">4.167,00</td> <td style="text-align: right;">969.959,02</td> </tr> <tr> <td colspan="3"><hr/></td> </tr> <p>Incorporativo</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 80%;">Edificações Principais e Secundárias</td> <td style="text-align: right;">6.681,76</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Estudos, Projetos e Instrumentamentos</td> <td style="text-align: right;">125.900,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Despesas de Implantação</td> <td style="text-align: right;">77.611,87</td> <td style="text-align: right;">209.293,63</td> </tr> <tr> <td colspan="3"><hr/></td> </tr> </table> <p>REALIZAVEL</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 80%;">Adiantamento para levantamento de Recursos</td> <td style="text-align: right;">8.561,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Almoxarifado</td> <td style="text-align: right;">1.620,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Contas Correntes</td> <td style="text-align: right;">158,00</td> <td style="text-align: right;">10.339,00</td> </tr> <tr> <td colspan="3"><hr/></td> </tr> </table> <p>DISPONIVEL</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 80%;">C A I X A</td> <td style="text-align: right;">30.232,31</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Bancos</td> <td style="text-align: right;">915,56</td> <td style="text-align: right;">31.147,87</td> </tr> <tr> <td colspan="3"><hr/></td> </tr> </table> <p>VINCULADO</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 80%;">Banco do Brasil S/A</td> <td style="text-align: right;">100,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Banco do Nordeste do Brasil S/A — Art. 34/18</td> <td style="text-align: right;">11.107,00</td> <td style="text-align: right;">11.207,00</td> </tr> <tr> <td colspan="3"><hr/></td> </tr> </table> <p>COMPENSAÇÃO</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 80%;">Ações a Subscrever</td> <td style="text-align: right;">2.479.316,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ações Caucionadas</td> <td style="text-align: right;">200.020,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Seguros Contratados</td> <td style="text-align: right;">20.000,00</td> <td style="text-align: right;">2.699.336,00</td> </tr> <tr> <td colspan="3"><hr/></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td style="text-align: right;">3.931.282,52</td> </tr> <tr> <td colspan="3"><hr/></td> </tr> </table> </table>	Terrenos, Obras Preliminares e Complementares	851.640,00		Formação de Culturas e Pastagens	53.252,02		Imóveis	31.000,00		Instalações	2.400,00		Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	11.000,00		Veículos	16.500,00		Móveis e Utensílios	4.167,00	969.959,02	<hr/>			Edificações Principais e Secundárias	6.681,76		Estudos, Projetos e Instrumentamentos	125.900,00		Despesas de Implantação	77.611,87	209.293,63	<hr/>			Adiantamento para levantamento de Recursos	8.561,00		Almoxarifado	1.620,00		Contas Correntes	158,00	10.339,00	<hr/>			C A I X A	30.232,31		Bancos	915,56	31.147,87	<hr/>			Banco do Brasil S/A	100,00		Banco do Nordeste do Brasil S/A — Art. 34/18	11.107,00	11.207,00	<hr/>			Ações a Subscrever	2.479.316,00		Ações Caucionadas	200.020,00		Seguros Contratados	20.000,00	2.699.336,00	<hr/>					3.931.282,52	<hr/>			<p>NAO EXIGIVEL</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 80%;">Recursos Próprios</td> <td style="text-align: right;">919.630,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Recursos Artigos 34/18</td> <td style="text-align: right;">180.923,00</td> <td style="text-align: right;">1.100.613,00</td> </tr> <tr> <td colspan="3"><hr/></td> </tr> </table> <p>EXIGIVEL</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 80%;">Duplicatas a pagar</td> <td style="text-align: right;">4.000,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Obrigações a pagar</td> <td style="text-align: right;">333,52</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Títulos a pagar</td> <td style="text-align: right;">127.000,00</td> <td style="text-align: right;">131.333,52</td> </tr> <tr> <td colspan="3"><hr/></td> </tr> </table> <p>COMPENSAÇÃO</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 80%;">Capital Autorizado a Subscrever</td> <td style="text-align: right;">2.479.316,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caução da Diretoria</td> <td style="text-align: right;">20,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caução para garantia de Hipoteca</td> <td style="text-align: right;">200.000,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Contratos de Seguros</td> <td style="text-align: right;">20.000,00</td> <td style="text-align: right;">2.699.336,00</td> </tr> <tr> <td colspan="3"><hr/></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td style="text-align: right;">3.931.282,52</td> </tr> <tr> <td colspan="3"><hr/></td> </tr> </table> <p>Reconhecemos a exatidão do presente Balanço, no valor de Cr\$ 3.931.282,52 (Três milhões, novecentos e trinta e um mil, duzentos e oitenta e dois cruzeiros e cinquenta e dois centavos), Ativo e Passivo que se encontram devidamente copiados no livro</p> <p style="text-align: right;">Ivo Alves de Queiroz Dir. Gerente</p> <p style="text-align: right;">Ivanoska Pinheiro Queiroz Dir. Presidente</p> <p style="text-align: right;">Horácio Alves Pedroza Neto Téc. Contabilidade — CRC/RN — 952 CPF. 012102704</p>	Recursos Próprios	919.630,00		Recursos Artigos 34/18	180.923,00	1.100.613,00	<hr/>			Duplicatas a pagar	4.000,00		Obrigações a pagar	333,52		Títulos a pagar	127.000,00	131.333,52	<hr/>			Capital Autorizado a Subscrever	2.479.316,00		Caução da Diretoria	20,00		Caução para garantia de Hipoteca	200.000,00		Contratos de Seguros	20.000,00	2.699.336,00	<hr/>					3.931.282,52	<hr/>		
Terrenos, Obras Preliminares e Complementares	851.640,00																																																																																																																														
Formação de Culturas e Pastagens	53.252,02																																																																																																																														
Imóveis	31.000,00																																																																																																																														
Instalações	2.400,00																																																																																																																														
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	11.000,00																																																																																																																														
Veículos	16.500,00																																																																																																																														
Móveis e Utensílios	4.167,00	969.959,02																																																																																																																													
<hr/>																																																																																																																															
Edificações Principais e Secundárias	6.681,76																																																																																																																														
Estudos, Projetos e Instrumentamentos	125.900,00																																																																																																																														
Despesas de Implantação	77.611,87	209.293,63																																																																																																																													
<hr/>																																																																																																																															
Adiantamento para levantamento de Recursos	8.561,00																																																																																																																														
Almoxarifado	1.620,00																																																																																																																														
Contas Correntes	158,00	10.339,00																																																																																																																													
<hr/>																																																																																																																															
C A I X A	30.232,31																																																																																																																														
Bancos	915,56	31.147,87																																																																																																																													
<hr/>																																																																																																																															
Banco do Brasil S/A	100,00																																																																																																																														
Banco do Nordeste do Brasil S/A — Art. 34/18	11.107,00	11.207,00																																																																																																																													
<hr/>																																																																																																																															
Ações a Subscrever	2.479.316,00																																																																																																																														
Ações Caucionadas	200.020,00																																																																																																																														
Seguros Contratados	20.000,00	2.699.336,00																																																																																																																													
<hr/>																																																																																																																															
		3.931.282,52																																																																																																																													
<hr/>																																																																																																																															
Recursos Próprios	919.630,00																																																																																																																														
Recursos Artigos 34/18	180.923,00	1.100.613,00																																																																																																																													
<hr/>																																																																																																																															
Duplicatas a pagar	4.000,00																																																																																																																														
Obrigações a pagar	333,52																																																																																																																														
Títulos a pagar	127.000,00	131.333,52																																																																																																																													
<hr/>																																																																																																																															
Capital Autorizado a Subscrever	2.479.316,00																																																																																																																														
Caução da Diretoria	20,00																																																																																																																														
Caução para garantia de Hipoteca	200.000,00																																																																																																																														
Contratos de Seguros	20.000,00	2.699.336,00																																																																																																																													
<hr/>																																																																																																																															
		3.931.282,52																																																																																																																													
<hr/>																																																																																																																															
<p>PARECER DO CONSELHO FISCAL</p>																																																																																																																															
<p>Aos Senhores Acionistas:</p> <p>De acordo com o artigo 127 do decreto lei n. 2.627 a diretoria da COMPANHIA DE MELHORAMENTOS AGRO-PASTORIL — COMAP, nos apresentou, para parecer, os documentos prescritos nessa disposição legal, correspondentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1971.</p> <p>Examinamos os referidos documentos com livros de contabilidade e a documentação justificada, havendo, além disso, obti-</p>	<p>do as informações e explicações que pedimos.</p> <p>Baseados nesse exame, somos de opinião que o balanço geral seja aprovado, por expressar a realidade. Esclarecemos, outrossim, que justifica-se a falta da Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, por tratar-se de empresa em fase de implantação.</p> <p style="text-align: right;">Pendências-RN, 31 de Dezembro de 1971</p> <p style="text-align: right;">Teodato Barreto João Aureliano de Lima Moacir de Almeida Arraes</p>																																																																																																																														



ESSE MAR...

Que não se zanguem os trovadores românticos das ondas azuis; pois o mar deixa de ser pura fonte de inspirações subjetivas para também se converter num vasto mundo de riquezas materiais. Mude-se, aliás, o ponto de enfoque da poesia: seja louvado o mar, sim senhor, mas como grande futuro provedor de alimentos e outros bens à humanidade.

Ou repita-se (em prosa) certa legenda de publicidade: "Venha participar da ocupação das nossas 200 miúhas, com sua empresa e os recursos dos incentivos fiscais. Venha somar com aqueles que



acreditam na força do trabalho como instrumento da integração da costa brasileira à realidade de desenvolvimento... equipamentos e embarcações podem traduzir o resultado de seu esforço em toneladas de peixes, camarões e lagostas... Vamos, traga o seu barco pra cá".

Que tem isso a ver com o Rio Grande do Norte? — Muita coisa. Os professores potiguares Sebastião Monte e Américo de Oliveira Costa que o digam. Eles participaram do "I.º Congresso Internacional dos Direitos do Mar" — realizado de 11 a 15 de abril, em Porto Alegre — e falam agora a RN-ECONOMICO sobre as 200 milhas e sobre a potencialidade da parte da plataforma que nos toca.

EM MARÉ ALTA

Tudo começou em março de 1971 quando foi assinado o decreto que aumenta de 12 para 200 milhas o mar territorial brasileiro. Daí surgiram as manchetes, as reações, os debates. E o velho mar ficou colocado na ordem-do-dia. Calcula-se que depois do dito decreto "cada brasileiro passou a ser dono de quase um hectare de fundo de plataforma, de 3 hectares de fundo de mar, e mais: de 37 bilhões de litros d'água". Talvez isto explique o sucesso da música "Esse mar é meu", de João Nogueira. Mas o diretor do Instituto de Biologia Marinha da UFRN, professor Sebastião Monte, é quem explica a importância de medida para nosso Estado:

"... as 200 milhas vem beneficiar o Nordeste, de plataforma estreita, e especialmente o Rio Grande do Norte, cujas 200 milhas da costa vão alcançar o atol das Rocas e o arquipélago de Fernando Noronha. A propósito, o atol das Rocas já está conhecido como área de pargos e, certamente, com estudos de prospecção e pesca exploratória outras riquezas serão descobertas e dimensionadas".

E o professor Américo de Oliveira Costa acrescenta:

"Em face do crescimento da população e da insuficiência de recursos terrestres, o mar está sendo julgado como uma das maiores fontes de reservas e abastecimento com que contará a humanidade, antes do ano 2000."

MAR, VASTO MAR

O conceito de mar territorial sempre esteve relacionado com a largura da "plataforma continental", ou seja, aquela porção de território sob as águas costeiras de profundidade inferior a 200 metros. Dos 820.000 Km² de plataforma que tem o Brasil, o Nordeste possui apenas 30%, apesar de contar com 46% da linha da costa. Isto porque enquanto no Sul a plataforma chega a 120 milhas, aqui ela não vai além de 30. Atualmente os grandes pesqueiros de atuns, pargos e outras espécies de significado econômico,

es[MAR]..

**"Tá contada a minha história
verdade-imaginação
espero que o senhor
tenha tirado uma lição...
o sertão vai virar mar
e o mar virar sertão"**

(Glauber Rocha)

estão fora da estreita plataforma nordestina. No entanto, o pargo — por exemplo — é abundante na região potiguar e aqui tem sido capturado, apesar de seus desembarques serem feitos, principalmente, nos portos de Fortaleza e Recife. A albacorinha — que tem também importante valor comercial pode ser encontrada em frente à Bahia Formosa, onde funciona uma atividade de pesca ainda artesanal, mas que em 1971 contribuiu com 54.248 Kg. Nada menos de 16 companhias operam na costa do Rio Grande do Norte, à busca de lagostas. Mas todas essas companhias estão sediadas noutros Estados (Ceará, Pernambuco e Paraíba); a única exceção é a FUNAPE, localizada em Natal.

Dados fornecidos pelo Instituto de Biologia Marinha revelam, ainda, o seguinte:

— a produção de caudas de lagostas capturadas em frente ao litoral do RN atingiu o total de 262.807 Kg em 1971;

— a produção de pescado (peixes) no Estado, durante o ano de 1971, atingiu o total de 2.496.632 Kg.

Os números parecem indicar alguma vantagem, mas pouco expressam diante do "mundo aas 200 milhas a ser conqui-

tado". E a conquista exige não apenas determinação; requer também estudo, planejamento e técnica. Um exemplo: a lagosta está escasseando no litoral potiguar, bem como na faixa pernambucana e cearense, e o motivo disto seria a pesca indiscriminada, feita as vezes com excessiva improvisação e com armas impróprias. Modernamente, a pesca conta com um verdadeiro arsenal de tecnologia. Existem barcos dotados de ecosonda, radar, câmaras frigoríficas e sistema de radiocomunicações. Falar em aquicultura, hoje, já não constitui maior novidade.

"Sempre foi preocupação do Instituto — comenta o professor Sebastião Monte — implantar aqui um setor de aquicultura, dada a consciência que temos das enormes possibilidades do Estado. O cultivo de camarões nos tanques das salinas e o aproveitamento das áreas estuarinas para criações de ostras, peixes e crustáceos, são metas a serem atingidas".

ONDA DE GUERRA

Estatística recente diz que 90% dos barcos que pescam dentro do limite das 200 milhas brasileiras são dos EEUU. Essa porcentagem, contudo, tende a decrescer — ao menos no que se refere às nossas primeiras 100 milhas —, dando assim lugar ao aumento da participação do empresariado nacional. Em janeiro passado, 136 indústrias pesqueiras estiveram reunidas no Rio de Janeiro e ouviram do ministro Cirne Lima a garantia de que "os incentivos fiscais continuam de pé". E o professor Américo de Oliveira Costa — titular de "Direito Internacional Público" da UFRN —, ao chegar do "I.º Congresso Internacional dos Direitos do Mar", fez esta análise para RN-ECONOMICO:

— O decreto federal que regulamenta a pesca em nossas águas territoriais, estabelece que nas primeiras 100 milhas a mesma será privativa de barcos brasileiros; quanto as outras 100, poderá a pesca ser feita por barcos estrangeiros mas só mediante acordos que envolvem autorização especial do governo. Sabe-se, a propósito, que após a fixação do mar territorial em 200 milhas, verificaram-se tentativas de violação daquela medida. O governo brasileiro preferiu, muito sabiamente, agir com prudência, nos primeiros tempos da adoção das novas dimensões. Assim, por exemplo, em vez de apreender barcos que foram encontrados pescando em nossas águas territoriais, foram os mesmos convidados ou intimados a retirar-se imediatamente. Foi como se um prazo de tolerância se houvesse estabelecido. Ultimamente, porém, a determinações do presidente da república foram as de reforçamento do patrulhamento costeiro e de ação mais direta contra os infratores.

Nem por isso o professor Américo chega ao ponto de acreditar numa nova "guerra da lagosta" — e lembra que "a



própria primeira guerra da lagosta foi como a batalha de Itararé: simplesmente não houve...".

AO NÍVEL DO MAR

O "I.º Congresso Internacional dos Direitos do Mar" reuniu delegados de todos os países da América do Sul, representantes da Espanha e da ONU e 2 observadores da União Soviética. A delegação de nosso Estado levou uma tese, de autoria do professor Sebastião Monte, a qual foi aprovada por unanimidade, ficando — em suma — com a seguinte redação:

"Incentivar os institutos existentes de pesquisas biológicas marinhas, reaparelhados e dotando-os de condições para auxiliar os órgãos responsáveis na regulamentação à pesca e recursos vivos do mar, bem como a criação de novos institutos onde não existem e seja constatada sua necessidade".

Um argumento para a tese pode ser a própria realidade do órgão dirigido pelo professor Monte: — Instituto de Biologia Marinha da UFRN tem apenas 7 pesquisadores, quando deveria ter ao menos 16, tendo em vista o volume de suas atribuições. Espaço físico e material não é maior problema; mais grave é mesmo a carência de pessoal habilitado. A formação de um pesquisador requer, no mínimo, um treino de 2 anos — isto se partir de pessoas com conhecimentos básicos em biologia, afóra a vocação pessoal indispensável. Todavia — pondera o diretor Sebastião Monte — "apesar dos problemas decorrentes de contenção das despesas, sempre contamos com a compreensão e boa vontade da Universidade. Está previsto que este ano ganharemos mais 2 pesquisadores. No momento, há um técnico americano colaborando nas pesquisas e a reitoria está empenhada em conseguir mais 2 biólogos estrangeiros para o próximo ano. Também a SUDEPE vem nos dando todo apoio e já firmamos convênios com aquela superintendência, a fim de evitarmos duplicação de programas. Mas, assim como o Instituto, a SUDEPE ainda está mal aparelhada para cumprir a enorme missão que lhe é proposta".

Enquanto isso, o mar convida para muito mais que o simples negócio do peixe. Ou dos crustáceos. Cada hectare de seu fundo pode conter cerca de 40 toneladas de manganês, 30 ferro, 2 de níquel, 1 de cobre e 1 de cobalto. E dizem que de Cabo Frio até Belém temos a maior reserva de alga calcária do mundo... Tudo isso. E petróleo. Et-cetera.

NÃO ESPERE PELAS COISAS BOAS DA VIDA. VENHA ATÉ ELAS.

Vamos falar de você e das boas coisas da vida.

Por exemplo, você dentro de um TL. Éle é macio, gostoso, seguro.

V. vai ver os caminhos lindos que o TL faz.

Não tem estradinha ruim que não tenha paisagem linda por perto, não tem chuva que a gente não descubra o arco-íris.

O TL é luxuoso, mas não é covarde:

vai por estradinha ruim e com chuva pesada. E tudo que é bom dura muito: basta ter mecânica Volkswagen.

E tudo que é bom merece ir parar em suas mãos: por isso mesmo, venha conversar conosco.

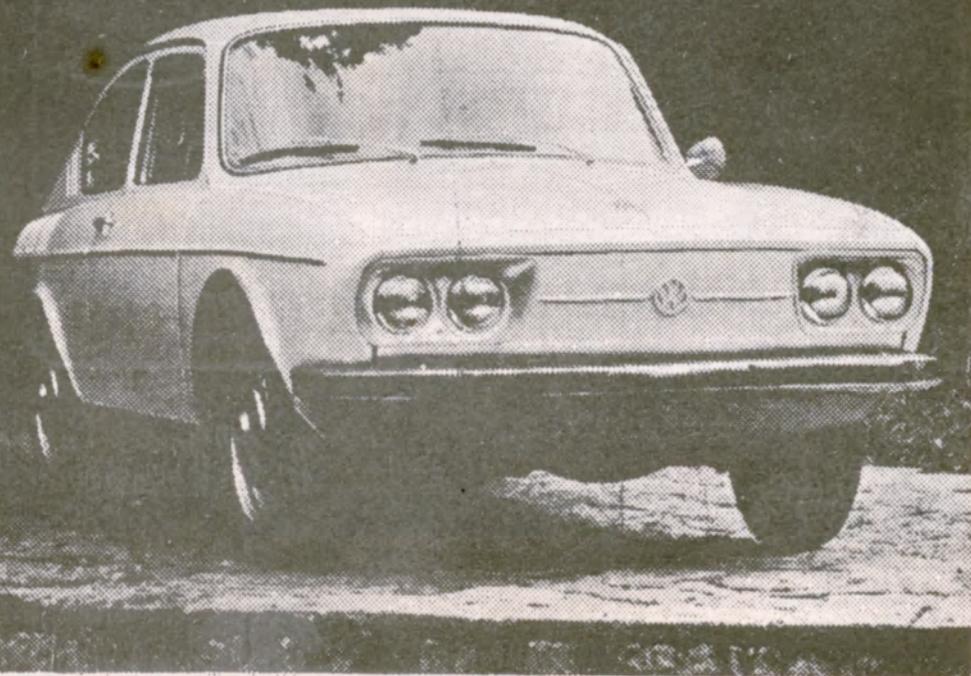
V. vai achar bonito o negócio.

V. vai sair daqui com o seu TL.

E muita gente vai olhar para éle.

V. sentirá uma pontinha de orgulho.

Nós também.



MARPAS S/A

AV. TAVARES DE LIRA, 159



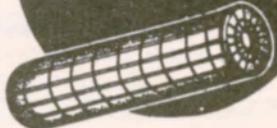
REVENDEDOR AUTORIZADO



Natal
Serviço de
Publicidade
Mirim
Ltda.

O oafezinho do seu escritório não é mais problema. **NATAL SERVIÇO DE PUBLICIDADE MIRIM LTDA.** fornece à sua empresa Café São Luiz (100% puro) em garrafas térmicas e você paga por mês.

Rua José de Alencar, 706



TRANQUILIDADE
É O PRIMEIRO
PASSO PARA UM
BOM NEGÓCIO.

Música é
tranquilidade em todos
os ambientes

UNO-SOM

leva boa música
para você, onde você quiser

Rua Heitor Carrilho, 104
Fone 22.00

Algodoeira São Miguel S/A

C. G. F. N. E. Nº 08.317.124/001

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Em respeito à Lei e aos dispositivos estatutários, submetemos a apreciação de Vv. Ss. o relatório das atividades desenvolvidas por esta sociedade durante o exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1971, bem como o Balanço Geral e a respectiva demonstração

de conta de "Lucros e Perdas", referente ao mesmo período, e Parecer emitido pelo Conselho Fiscal.

Permanecendo à disposição de Vv. Ss. para quaisquer esclarecimentos considerados necessários, agradecemos a confiança recebida, certos de haver cumprido com o nosso dever.

Natal, 17 de fevereiro de 1972

##) DOUGLAS CAMPBELL WALLACE
Diretor

FRANK HENRY SQUIRES
Diretor

CARLOS VICTOR DE OLIVEIRA FARIAS
Diretor

CHARLES GRAY BIRCH
Diretor

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1971

ATIVO		PASSIVO	
IMOBILIZADO		NÃO EXIGÍVEL	
TERRENOS		CAPITAL	
Valor de Aquisição.....	215.678,88	Residentes no Exterior.....	3.946.065,00
Reavaliação.....	163.059,43	Residentes no País.....	39.859,00
	378.738,31		3.985.924,00
EDIFÍCIOS		Reserva Legal.....	195.064,65
Valor de Aquisição.....	47.665,34	Reserva p/Aumento de Capital.....	112.690,00
Reavaliação.....	808.273,21	Reserva p/Manutenção do Capital de Giro.....	187.816,88
	855.938,55	Correção Monetária das Depreciações	727.773,93
MUROS, RUAS E PATEOS		FUNDO DE DEPRECIÇÃO	
Valor de Aquisição.....	4.244,46	Edifícios.....	69.478,85
Reavaliação.....	91.846,08	Muros, Ruas e Pátios.....	6.932,37
	96.090,54	Máquinas e Acessórios.....	681.604,30
MAQUINÁRIOS E ACESSÓRIOS		Veículos.....	288.618,31
Valor de Aquisição.....	434.783,34	Móveis e Utensílios.....	1.083.632,08
Reavaliação.....	1.114.842,81		1.083.632,08
	1.549.626,15	Fundo de Indenização Trabalhista.....	1.710,00
VEÍCULOS		Provisão para Impostos a Pagar.....	132.690,00
Valor de Aquisição.....	261.227,64	Provisão para Contas Incobráveis.....	46.665,76
Reavaliação.....	227.750,41	Lucros e Perdas.....	151.392,04
	498.978,05		6.927.359,34
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		EXIGÍVEL	
Valor de Aquisição.....	33.252,81	Contas a Pagar.....	4.884.324,07
Reavaliação.....	90.804,09	Despesas a Pagar.....	377.465,24
	124.056,90	Contas Correntes.....	4.678.229,19
OBRAS EM ANDAMENTO		Títulos Descontados.....	3.925.736,00
	14.238,26	Contas em Suspensão.....	65.272,30
DISPONÍVEL			13.931.026,80
Caixa.....	72.369,34	COMPENSAÇÃO	
Bancos.....	317.721,00	Deposito da Diretoria.....	150,00
	341.090,34		
REALIZÁVEL			
Estoques.....	14.830.690,10		
Contas Correntes.....	1.555.525,47		
Investimentos Compulsórios.....	5.879,70		
Contas a Receber.....	7.642,00		
Depositos e Taxas Recuperáveis.....	6.059,04		
Deposito SUDENE - Lei 4239.....	37.664,00		
Deposito Banco Itaú - Lei 5.620.....	21.903,60		
Nacional.....	61.303,30		
Investimento Eletrobras Lei nº 4156.....	991,00		
Investimento no Banco do Nordeste do Brasil.....	62.211,00		
Ações de outras empresas.....	10.511,60		
	95.911,78		
PENDENTE			
Depositos Fiscais e Judiciais.....	29.596,17		
Pagamentos Antecipados.....	26.900,01		
Banco do Brasil / Fundo de Ind. Trd. balhisto.....	10.511,60		
	67.007,78		
COMPENSAÇÃO			
Ações em Caução.....	150,00		
	20.858.536,14		
			20.858.536,14

LIVRO DIÁRIO DE 8 25 PÁGINAS
REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO NORTE EM 17 DE MARÇO DE 1972.

DOUGLAS CAMPBELL WALLACE
Diretor

FRANK HENRY SQUIRES
Diretor

GERALDO DE ALBUQUERQUE PIRES
Contador CRC Nº 899-RN

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1971

DÉBITO		CRÉDITO	
Juros.....	631.588,87	Saldo do Exercício Anterior.....	394.309,51
Despesas Gerais.....	1.627.810,94	Menor Distribuição Autorizada pela Assembleia Geral realizada em 06.10.71.....	304.710,00
Serviços Sociais.....	474.800,42	Produto das Operações Sociais de Mercadorias.....	6.168.048,11
Taxas e Importos.....	2.350.564,67	Lucros Diversos.....	
Premios de Seguros.....	202.018,91	Juros.....	110.665,20
Depreciação.....	286.371,58	Comissões.....	116.081,85
Reserva para Impostos a Pagar.....	172.690,00	Propriedades Substituídas.....	1.567,49
Reserva para Manutenção do Capital de Giro.....	187.816,88	Reserva para Duvidosos.....	13.615,23
Reserva Legal.....	41.817,12		
Reserva para Aumento de Capital.....	112.690,00		
Saldo deste Exercício.....	6.499.547,39		6.499.547,39

LIVRO DIÁRIO DE Nº 8 25 PÁGINAS

REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE EM 17 DE MARÇO DE 1972

DOUGLAS CAMPBELL WALLACE
Diretor

FRANK HENRY SQUIRES
Diretor

GERALDO DE ALBUQUERQUE PIRES
Contador CRC Nº 899-RN

PARECER DO CONSELHO FISCAL

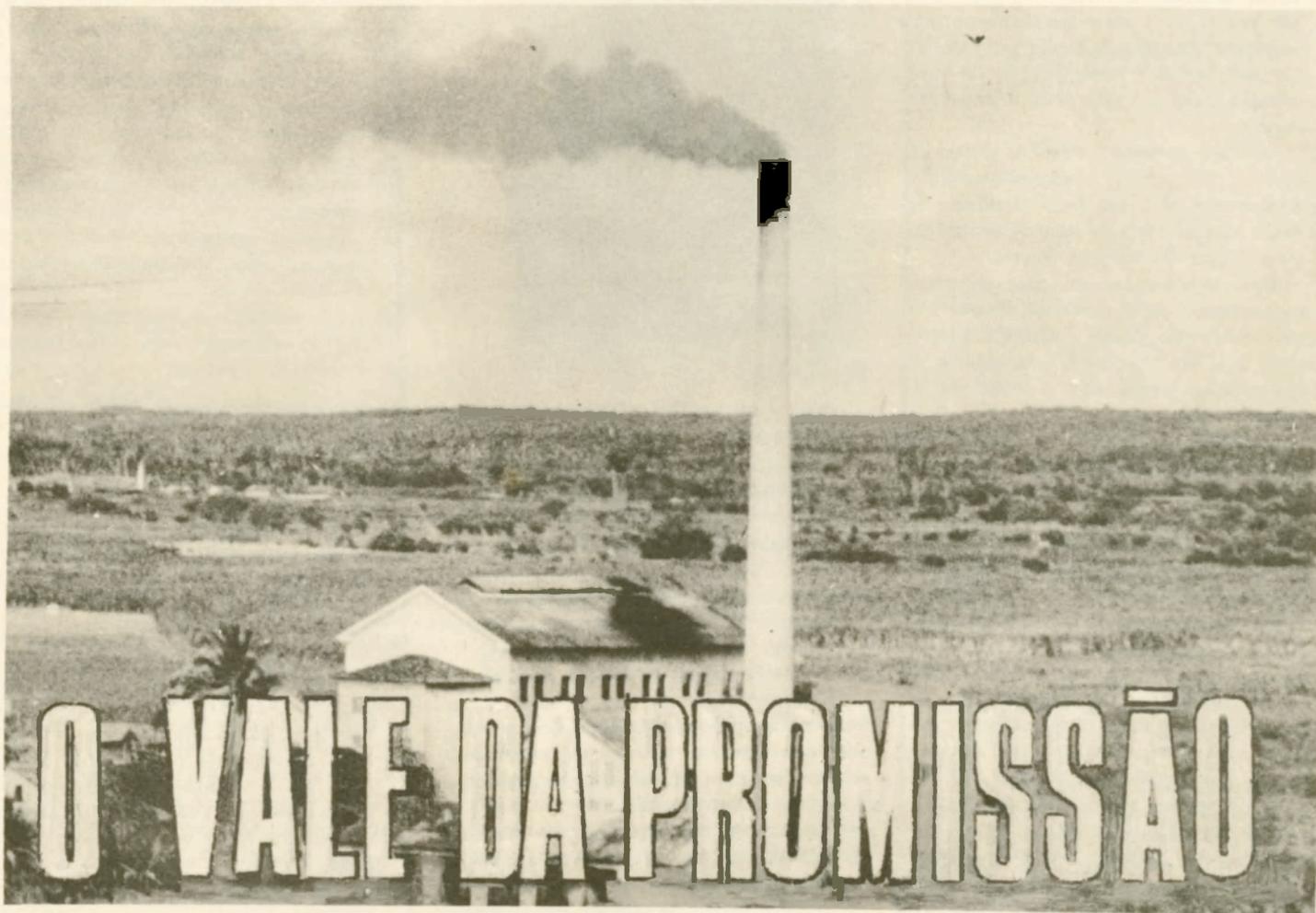
Senhores Acionistas:

Procedemos em cumprimento as normas atribuições legais ao exame periódico nos livros e contas da empresa, verificando o estado do caixa e das cartilhas e lavrando no livro competente o resultado dos respectivos exames parciais, nos quais constatamos a boa ordem e exatidão dos livros e documentos apresentados inclusive o Balanço e demais peças referentes ao Exercício de 1971. Em vista do exposto, somos de parecer que podem ser

aprovados o relatório, o Balanço e as contas da Diretoria assim como, consignado um voto de louvor à ação eficiente dos senhores Diretores.

Natal, 17 de fevereiro de 1972.

##) ABBAS HASSAN EL-AOUAR
WANDICK TEIXEIRA LOPES
ALONSO BEZERRA DE ALBUQUERQUE



Entrevistas a
Jorge Batista

Um Vale de olhos-d'água: abençoado por Deus e bonito por natureza. Uma gente trabalhadora e paciente, cultivando parte do chão amigo, e mais querendo cultivar. Canas ricas em caldo, este rico em sacarose. Açúcar. Duas usinas com vontade de se tornarem uma só. E uma cidade que tem sede de progresso.

Eis Ceará-Mirim, 38 mil habitantes, 708 quilômetros quadrados, município encaixado na região promissora do rio do mesmo nome. Principal atividade econômica: a agro indústria canavieira, através das antigas usinas Ilha Bela e São Francisco.

Do alto da torre circular da Igreja Matriz, por onde se pode ter uma visão panorâmica do Vale, o padre Rui Miranda — diretor de nada menos de 3 colégios e representante do FUNRURAL da cidade — comenta com o reporter:

— Sim. Sou vigário aqui, fazem 16 anos. Convivo com este povo, e portanto conheço um tanto de seus problemas... Claro: a cidade depende das usinas.

Isso: Ceará-Mirim depende das usinas. Há pouco — fruto da própria dependên-

cia — o município viveu dias de apreensão, sentindo um certo gosto de "açúcar amargo" na boca. Era negra a situação do Vale. Estourou uma crise nas usinas, as quais estavam na iminência de paralisar suas atividades. Se consumada a ameaça, dando-se o fechamento das usinas, cerca de 300 fornecedores de cana iriam ficar sem ter onde colocar sua produção, e centenas e mais centenas de assalariados agrícolas seriam jogados na seara indesejável do desemprego. Depois... que houve? E agora?

Buscando respostas a essas perguntas RN-ECONÔMICO colheu depoimentos de diferentes pessoas ligadas ao problema. Garantiu-se a todos o direito de detalhar suas opiniões. Pode haver certas divergências entre os entrevistados. Mas num ponto todos parecem concordes: quanto à imensa fertilidade do Vale e quanto à chance de se arrancar dele grandes riquezas.

Aliás, ainda da torre da Matriz, guardamos do padre Rui aquela frase de tom evangélico "...poderíamos ver correr leite e mel nesta região".

Então eram duas usinas: Ilha Bela e São Francisco. Veio a crise. Depois a transferência do controle acionário. Depois e encaminhamento concreto da fusão. Daí a proposta de um só nome, para uma só indústria: "Companhia Açucareira do Ceará-Mirim S/A" — a denominação oficial da única e praticamente nova empresa açucareira a existir no Vale, tão logo se conclua o ritual jurídico de incorporação das "ex" Ilha Bela e São Francisco.

De fato a fusão física e técnica já ocorre. Já é comum a administração das duas usinas, e 3 são seus diretores: Geraldo José de Melo, Wilson de Senna Muniz e Edgar de Gouveia Varela.

Uma simples palavra, mas de poder quase-mágico, dá o conteúdo do que tem sido a atuação desses administradores: otimismo. Basta — para compreender — que o leitor atente para o relato do sr. Geraldo José:

"Assumimos a direção das duas usinas do Ceará-Mirim, juntamente com o dr. Muniz e com o sr. Edgar, em agosto passado, em plena crise. Em agosto mesmo, constatada a incapacidade técnica, não tivemos dúvida: paramos a Ilha Bela. Concentramos a atenção na São Francisco, que também estava em situação precária, mas dava para ir... Tocamos em frente. Resultado: na safra atual a São Francisco, sozinha, produziu mais que as duas juntas na safra 70/71. Crescer, eis nossa meta. Queremos, de imediato, aumentar nossa cota-produção para 600 mil sacos de açúcar; em seguida nos prepararemos para 800 mil e depois para 1 milhão de sacos. Estamos investindo capital e trabalho nesse projeto, pois nele confiamos. Temos já vários indicadores de êxito. Sem perder de vista a realidade, cremos, sim, que afinal tudo dará certo, e muito".

OS PASSOS DA FUSÃO

A idéia de fusão das usinas do Ceará-Mirim vem de bastante tempo. Já em 26.1.71 uma assembléia da Ilha Bela aprovava a sua incorporação com a São Francisco, comunicando-se este fato ao GERAN. Mas em 5 de agosto passado, com a eleição da nova diretoria, foi que a coisa começou a se processar efetivamente. Agora, dias 8 e 9 de abril foram discutidos os estatutos e aprovados os peritos que vão fazer a avaliação do patrimônio da empresa unificada que irá se chamar "Companhia Açucareira do Ceará-Mirim S/A". Os grupos ADIPLAN — Administração Industrial e Planejamento, sede no Recife — e Wilson de Senna Muniz, de São Paulo, adquiriram 60% do capital da maior sociedade anônima do Vale, possuindo suas ações "em condomínio e em partes iguais". De sorte que os 60% são indivisíveis entre as duas partes, uma vez que cada uma delas é dona de metade de cada ação. Quer dizer: o controle acionário da empresa pertence realmente aos novos proprietários. Estes estão presentes na nova cúpula da empresa, que fun-



GERALDO J. DE MELO

ciona num regime colegiado dos 3 diretores.

"INDICADORES DO ÊXITO"

Falando a RN-ECONÔMICO, o diretor Geraldo José de Melo menciona os seguintes "indicadores de êxito" da oficialmente — futura Companhia Açucareira do Ceará-Mirim:

— desde agosto de 1971, os pagamentos aos fornecedores de cana, enxôfre, sacaria e cal estão sendo efetuados pontual e integralmente; do mesmo modo estão sendo pagos os impostos, taxas salários e demais encargos sociais;

— foi garantida absoluta prioridade de moagem de cana aos plantadores-fornecedores do Vale;

— o índice de "tempo aproveitado" da empresa na safra que se encerra foi da ordem de 70,46% contra os 52,00% da safra 70/71 (— o percentual alcançado pode ser considerado como "muito bom", pois a Estivas — tida como a usina mais eficiente do Estado — não passou de 76,87%, até 31 de março);

— em 25 de abril, a São Francisco já havia produzido 230 mil sacos de açúcar, ou seja, uma quantidade superior às das duas usinas na safra anterior;

— reduziu-se o "passivo" das antigas usinas Ilha Bela e São Francisco em quase 5 milhões de cruzeiros (deste montante 2 milhões resultaram de benefícios fiscais conseguidos do governo do Estado, mas 3 milhões vieram de recursos próprios do novo controle acionário);

— está para ser apresentado ao IAA um projeto que, se aprovado, irá propiciar financiamentos e a liquidação total do "passivo" das usinas (— se houvesse menor idoneidade se estaria aguardando a aprovação deste projeto para, só depois, se iniciar o saneamento financeiro da empresa; no entanto, pelo esforço próprio, já foi amortizada a quantia antes referida).

EXPLICAÇÃO DA "PRIORIDADE"

Sobre a "absoluta prioridade de moa-

*"crescer,
eis nossa
meta"*

gem de cana aos plantadores-fornecedores", o sr. Geraldo José expõe certos detalhes:

"Pelos dados que recebemos, no começo da safra 71/72, calculamos uma moagem-média de 1.200 toneladas/dia. Visando assegurar aquela prioridade, o IAA recomendou o recebimento diário de 60% de canas de fornecedores, ficando as canas próprias das usinas com uma entrada de 40%. Isto significava que deveríamos moer 480 toneladas de canas próprias e 720 toneladas de fornecedores, todos os dias. Mas a usina São Francisco não conseguiu moer as 1.200 toneladas previstas. Os cálculos não conferiram com a realidade. Contudo, a moagem-média das canas de fornecedores foi sempre garantida, indo mesmo acima de 720 toneladas/dia, enquanto que as nossas canas passaram a ser esmagadas numa proporção inferior às 480 toneladas. Foi assim durante alguns meses. O aumento da utilização das canas próprias somente se deu quando os fornecedores, gradativamente, foram concluindo suas moagens. Assim, até chegarmos ao quadro atual em que todos os fornecedores estão já atendidos, e apenas nós continuamos moendo as próprias canas".

Outro fato que preocupou os plantadores-fornecedores do Vale foi a "forçada remessa" de quase 40 mil toneladas de casa à usina Estivas, em Goianinha. É que as despesas de frete — correspondentes a 110 km — passaram a onerar sobremaneira os fornecedores, causando lhes certos prejuízos. Esta situação pode se repetir?

"Na realidade — responde o sr. Geraldo José —, a São Francisco não teve condições para absorver totalmente a produção do Ceará-Mirim. Mas na área da Estivas havia relativa insuficiência de cana, em confronto com a capacidade de moagem da usina. Daí porque os fornecedores do Vale, defendendo seus legítimos interesses, trataram de viabilizar o envio de cana para aquela empresa distante. E não somente eles, mas também nós, vendemos cana para a usina Estivas

nesta safra: vendemos 5.500 toneladas para reduzirmos assim o risco de deixar em pé nosso canavial. Sabemos que para os fornecedores as perdas teriam sido enormes, caso o governo não tivesse criado — como criou — um mecanismo de emergência para compensar a diferença do frete. Mas asseguramos que este episódio não se repetirá. Estamos adquirindo perto de 3 milhões de cruzeiros de equipamentos. Vamos ter caldeira para 30 toneladas de vapor/hora, turbina e redutor para moendas, navalhas novas para preparação da cana, turbina para açucar, turbogerador de 1.500 KVA, vácuo-aquecedores; estamos substituindo correntes, esteiras, elevadores, etc; além disso vamos processar um apontamento rigoroso da usina. Seguramente, a Companhia irá absorver toda a cana da região. Podem estar tranquilos os plantadores-fornecedores e as autoridades”.

RECUPERAR E SOERGUER

Geraldo José de Melo, potiguar de Natal, 37 anos, tem vários cursos sobre planejamento e desenvolvimento econômico, alguns feitos inclusive no exterior — no México e na capital dos EEUU. Foi Secretário de Planejamento do Rio Grande do Norte e diretor da Assessoria Técnica da SUDENE. É sócio-fundador da ADIPLAN e seu diretor-executivo, desde 1966. É também acionista e diretor de outras empresas particulares, mas — no momento — a maior parte de seu tempo está dedicada “à recuperação e soerguimento das usinas do Ceará-Mirim”. Nessa tarefa, tanto o sr. Geraldo José quanto os seus colegas Senna Muniz e Edgar Varela, fazem questão de distinguir o apoio recebido:

— “O IAA tem tido uma atuação firme e enérgica, mas compreensiva e flexível. Sua delegacia local, nas mãos eficientes de dona Maria Alzir, e sua presidência, sob o comando nacional de um autêntico líder — o general Álvaro Tavares do Carmo —, tem sabido dinamizar a economia açucareira no Brasil, consolidando assim sua importância mundial que parece ter chegado a um ponto irreversível. Temos recebido a assistência devida, estamos estimulados, e confiamos portanto que este apoio do Instituto não nos faltará. Dele, aliás, depende quase tudo que temos por fazer. Queremos igualmente destacar o apoio lúcido e corajoso do governador Cortez Pereira, que soube, nas horas difíceis, tomar decisões cruciais, a altura do que se espera de um homem de Estado. Estamos gratos a ambos, ao governo e ao IAA, e de público confirmamos nossa determinação de fazer com que a indústria açucareira do Ceará-Mirim deixe de ser um problema, para se converter numa grande contribuição ao desenvolvimento do Rio Grande do Norte”.

SEGUE



ARI ALECRIM

“A corda sempre arrebenta do lado mais fraco”. Se o ditado tem lógica, na relação entre usineiros e plantadores de cana — estes tenderiam a levar sempre o pior. E é isso que pensa o sr. Ari Alecrim:

“A crise continua... Sou contra a fusão da Ilha Bela com a São Francisco. O Ceará-Mirim carece de mais de uma usina. Se a gente tiver só uma, eu quero ver no dia em que ela sofrer um defeito técnico, uma explosão de caldeira, por exemplo. Vai é parar tudo. E quem mais irá perder com isto? — São os fornecedores de cana. Simplesmente porque aí não iremos ter lugar por perto onde vender a produção; e tudo irá perder nos campos. O mais fraco sempre tende a perder, não é?”

Mas o sr. Ari Alecrim não fala apenas de “crise”, nem faz da crítica sua única tecla. Agricultor, plantador de cana no Vale há 30 anos, conhece a região palmo a palmo e sabe também reconhecer — com entusiasmo — “a imensa potencialidade econômica e a excepcional fertilidade das terras do Ceará-Mirim que, se bem exploradas e com o suporte industrial para consumir sua produção, poderiam gerar riqueza e progresso que nem se imagina”.

“SOU CONTRA A FUSÃO”

Segundo o sr. Ari Alecrim suas declarações aqui são “exclusivamente pessoais”. Modéstia do sr. Ari. Pois podemos informar: 1) no número 26 de RN-ECONOMICO de junho passado, este plantador-fornecedor concedia entrevista em nome próprio e mais no de seus colegas Manuel Barreto, Coronel Paulo Sobral, Vital Correia Filho e Roberto Câmara; 2) é considerável a representatividade deste plantador-fornecedor no Ceará-Mirim: pela sua experiência de 30 anos de Vale, pelo número de propriedades que tem na região (6 propriedades) e/ou pela sua atitude de “defesa dos interesses de seus colegas” (leia RN, n. 26, ano II).

Então, puxemos o diálogo:

— uma usina
não dá,
entende?

RN: — Houve ou não houve a fusão oficial das usinas do Ceará Mirim?

Ari: — “Nada de oficial. Nada de definitivo, até agora. Houve requerimento de fusão. Mas o negócio é que o pessoal da São Francisco e da Ilha Bela ainda terá de preencher vários requisitos. Então se pode dizer que aquelas usinas estão numa fase de transição, gerando portanto certa insegurança para quem tem de lidar com elas”.

RN: — O senhor se coloca contra a fusão, correto?

Ari: — “Correto. E digo porque: acontece que o Ceará-Mirim precisa de mais de uma usina, como já declarei a esta revista. Aliás, já tivemos 3 usinas no Vale, quando a Santa Terezinha ainda existia. Se temos mais de uma usina, se temos pelo menos duas, então qualquer problema surgido numa pode ser resolvido pela outra. De modo que os fornecedores poderão ficar, pelo menos, sem o risco de ter tudo paralisado de uma hora pra outra e portanto sem condições de venderem sequer uma tonelada de cana”.

RN: — Ultimamente, a partir da idéia da fusão, houve alguma melhora no processo de moagem da cana?

Ari: — “Continua na mesma. Aliás, é claro que as coisas não podem assim melhorar a partir do nada. E praticamente nada pode ser aproveitado da maquinaria da São Francisco, muito menos da Ilha Bela. Tudo acolá é obsoleto. Quase tudo é ferro-velho”.

— A CRISE CONTINUA

Firme no olhar, gesticulação rápida. Chama atenção o sr. Ari Alecrim:

“Imagine que absurdo. Nesta safra cerca de 15 a 20 mil toneladas de cana vão ficar perdidas no campo, vão apodrecer, porque as usinas foram incapazes de absorver a produção. Isto, amigo, sem contar que cerca de também 40 toneladas foram vendidas fora da região, para a usina Estivas, que fica há mais de 100 km do Ceará-Mirim. O senhor compreende uma coisa dessas? — Num mo-

mento em que o Estado faz tanto esforço para aumentar a produtividade, num momento em que o governo federal gastou milhões na construção da barragem de Taipu para favorecer o plantio e colheita — as usinas deixam perder 20 mil toneladas de cana, aproximadamente, e outras 40 mil só podem ser aproveitadas a longa distância. Por isso é que digo: as usinas, por insuficientes que são, estão praticamente proibindo o aumento da produção canavieira no Ceará-Mirim”.

RN: — Mas isto pode levar a uma nova crise?

Ari: — “Se pode! A crise existe, conforme estou falando, e se for aprofundada será muito mais grave, muito mais violenta que as crises anteriores. Porque a continuar assim não tardará o dia em que os plantadores do Vale irão ter de deixar suas plantações, vendendo suas propriedades então desvalorizadas... aliás, existem fornecedores que, para sua sobrevivência, tiveram de se desfazer de animais de trabalho, balanças de pesagem de cana e até chegaram a ter débitos para com seus empregados. Tudo isso por que? — por falta de esforço ou por falta de trabalho do plantador? — Não. Tudo porque as usinas não absorvem a produção da área e impedem o seu crescimento”.

MATEMÁTICA DOS PREJUÍZOS

De acordo com o IAA, o fornecimento de cana para usinas distantes mais de 30 km da fonte de produção é “anti-econômico”: as taxas de frete podem engolir os lucros. O fornecedor Ari Alecrim analisa as consequências das vendas à usina Estivas:

“São não fosse a ajuda providencial do governo Cortez Pereira, o prejuízo teria sido enorme com a remessa de canas para a Estivas. Isto pode ser demonstrado, matematicamente. O custo de produção da tonelada de cana no campo está a 15 cruzeiros. O fornecedor vendeu a Estivas ao preço de 30 a tonelada, mas passou a ter os seguintes gastos:

— frete para Estivas ...	Cr\$ 13,00
— demais taxas ...	Cr\$ 5,60

Total ... Cr\$ 18,60

(— O próprio sr. Ari pega lápis e papel e faz estas contas. E prossegue explicando).

“... Pois bem. Agora faça os cálculos. 30,00 menos 18,60 de despesas — dá 11,40 cruzeiros, certo? Então o prejuízo do plantador seria a diferença entre os 15,00 — que representam o seu custo de produção — e os 11,40 que afinal ele apurou. Seria um prejuízo de 3,60 por tonelada. A salvação foi que o Estado deu uma “ajuda de frete” de 4 cruzeiros por tonelada. Senão o que seria?”.

PRODUÇÃO A TODO VAPOR

“Sabe-se que o governo deseja aumen-

tar a produtividade. Aliás, há pouco o governador Cortez Pereira abriu a “Casa do Agricultor” em Ceará-Mirim, colocando à disposição do homem do campo 6 tratores Walmet-80. 3 destes tratores serão de uso exclusivo dos plantadores de cana; 3 outros serão para a agricultura de subsistência de modo geral. Também, pela primeira vez, o Estado levou agora adubos e ferramentas para auxiliar a agricultura no Vale. Eu participo deste pensamento do governo. Podemos, sim, e queremos aumentar nossa produtividade e nossa produção”.

Completando, o sr. Ari Alecrim fala sobre o potencial do Ceará-Mirim?

“As terras (do Ceará-Mirim) gozam de uma extrema fertilidade e apresentam uma vocação para o cultivo da cana de açúcar. A região é rica em olhos-d’água, que se acham em todas as propriedades servindo à irrigação natural. Não se dá nem a carência nem também o excesso da distribuição das águas; pois tudo é facilmente controlável. Não tem cabimento, aliás, a história do “lençol freático aflorado”. Nossa cana possui alto índice de sacarose. Outra coisa: a estatística diz que São Paulo dá 120 kg de açúcar por tonelada de cana, enquanto o Ceará-Mirim daria só 90 kg. Isto não é fato. Estatística fria não conta tudo. No Ceará-Mirim se consegue de 100 a 120 toneladas de cana por hectare. E isto num período de 12 meses (14 quando muito), do plantio à colheita. E São Paulo? — Lá só se consegue esta produtividade num período de 18 a 24 meses; e isto com os cuidados técnicos, adubos, etc. Conclusão: no Vale nós fazemos 90 kg de açúcar por tonelada de cana cultivada em 12 meses. São Paulo faz 120 kg, mas em contrapartida precisa de quase 24 meses para o cultivo. Assim, comparando, nós fazemos 180 kg de açúcar (em 24 meses), enquanto eles lá fazem 120, certo? — Logo nosso potencial produtivo é muito maior. De modo que o Vale bem aproveitado, com as usinas funcionando com eficiência, pode gerar um progresso colossal”.

SEGUIE



Tempo de crise no Ceará-Mirim: um advogado, professor também de Direito Constitucional, cidadão de quase 1 metro e 80 de altura, grande fluência verbal, era ouvido sobre o problema. Seu nome: Múcio Ribeiro Dantas, presidente de Associação dos Plantadores de Cana do Estado. Ele disse:

— “Não somos jejunos para acreditar que as empresas possam salvar-se, com a absoluta e já testada falta de capacidade empresarial dos seus dirigentes. A mim, não ofusca qualquer promessa que parta dos empresários atuais, nem me deixo levar pela miragem de algum aventureiro para por-me a seu serviço, de modo a trocar os que são aqui da terra e não foram bem sucedidos por outros lá de fora, da mesma condição”.

Já agora, com a mesma fluência, mas num outro rumo declara o dr. Múcio:

— “As dificuldades que tivemos de atravessar, foram superadas. Não tenho dúvida quanto ao futuro promissor da indústria canavieira no RN, especialmente no Ceará-Mirim. Ao que sei, dentro de 3 anos no máximo, estará ali montada uma grande fábrica capacitada a produzir de 300 mil a 1 milhão de sacos de açúcar”.

Mudou o homem ou mudaram as coisas?

— “As coisas mudaram,” afirma o líder dos plantadores de cana. E explica: “A perspectiva para a produção no Vale, ao tempo da entrevista anteriormente concedida por mim a essa conceituada revista

— há 10 meses atrás —, eram as mais sombrias possíveis; mas hoje estão desanuviadas e existe uma quase certeza de que os entraves háidos foram sanados. E que as duas usinas — São Francisco e Ilha Bela — que pertenciam aos grupos capitaneados respectivamente pelos senhores Roberto Pereira Vazela e Odilon Coutinho, tiveram seus controles acionários adquiridos por um consórcio da ADIPLAN e Wilson de Senna Muniz”.

TEMPO DE “APRONTAMENTO”

A usina Ilha Bela ficou parada na safra 71/72. No entanto, a São Francisco reativou até certo ponto sua capacidade:

— “Cumpramos ressaltar — prossegue o presidente da Associação — que, apesar dos percalços de uma moagem feita numa fábrica em que o apontamento foi precaríssimo, a cana moída na usina São Francisco ultrapassou a produção das duas usinas na safra passada. Apesar disso, por incrível que pareça, foram desviadas para Estivas, que dista 110 Km do Ceará Mirim, 37 mil toneladas de cana. Mas o ponto concreto é que os novos detentores do controle acionário encomendaram equipamento para substituir o que há de mais obsoleto e insuficiente na usina. Assim, a empresa estará capacitada a moer toda a safra do Vale. A programação da moagem prevê a data de início para 15 de setembro, quando estará concluído “não apenas um apontamento, mas um verdadeiro aprontamento da empresa”.

conforme me disse um dos atuais diretores, o dr. Senna Muniz."

Para o sr. Múcio Ribeiro a crise da agro indústria açucareira no Ceará-Mirim está vencida. Novos industriais assumiram o controle da empresa, encaminhou-se a fusão — tese defendida pelo entrevistado desde o ano passado — e de resto "graças a um esforço conjugado do governador Cortez Pereira e do presidente do IAA, nenhuma tonelada de cana de fornecedor ficou no campo. Ninguém teve de moer as canas nos dentes, como se anunciava pessimistamente. Outra informação, aliás abonadora da conduta dos atuais diretores, é que pela primeira vez as canas foram pagas à vista, dentro da quinzena".

IAA-ASPLAN COPLAN. QUE FAZEM ?

Mais que presidente da Associação de Plantadores de Cana do Rio Grande do Norte (ASPLAN), o dr. Múcio Ribeiro Dantas é também vice-presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (há cerca de 10 anos), e ainda integra uma Comissão Permanente da Confederação Nacional da Agricultura para "assuntos relacionados com a cana de açúcar".

O responsável por todos esses cargos e funções fala, agora, sobre a Delegacia Local do IAA:

"Esse órgão, sob a chefia atenta e diligente de dona Maria Alzir Diógenes, esteve sempre presente aos problemas de sua alçada; portou-se sempre com notável isenção e critério. O economista do Instituto, dr. Hélio Bione, foi de uma dedicação e de uma vigilância a toda prova, não poupando esforços para conciliar os pequenos incidentes que acaso ocorriam. São portanto, dona Maria Alzir e dr. Bione, merecedores de nossos melhores elogios. Idem idem podemos dizer em relação ao presidente do Instituto, general Tavares do Carmo, cuja ajuda foi fundamental".

RN: — E quanto ao trabalho da ASPLAN, que tem seu presidente a declarar ?

"Longe de pensar em autopromoção, podemos informar que temos nos interessado e muito pelos problemas dos plantadores de cana. Pertencemos à classe e participamos de suas dificuldades. Uma prova de que nunca estivemos de braços cruzados — por exemplo — foi termos conseguido uma patrulha mecanizada (3 tratores e implementos) para os plantadores do Ceará-Mirim, a qual foi adquirida com a primeira parcela de 100 mil cruzeiros do convênio entre Estado e IAA. Este convênio foi celebrado em dezembro de 71, no valor total de 300 mil cruzeiros. Sua segunda parcela deverá ser paga esses dias, sendo com ela comprado um trator Caterpillar D-4, com lâmina de terraplenagem, arado e grade de discos. E a terceira parcela do convênio prevê-se seja paga em 1973... Também estivemos no Rio, em abril, quando ponderamos ao IAA sobre a necessidade de



MÚCIO R. DANTAS

—as coisas mudaram, afinal

serem prorrogados os vencimentos dos empréstimos feitos pelo BANDERN — com recursos do Instituto — aos plantadores do Ceará-Mirim. Felizmente, a missão foi coroada de êxito: conseguimos não apenas a prorrogação por um ano, mas também a redução da taxa de juros e comissões de 11% para 7%... Outro dado: a ASPLAN tem no Banco do Brasil um depósito de 200 mil cruzeiros. Esta importância acha-se em "conta vinculada" com o IAA. Pois bem. Já obtivemos a liberação deste total para aquisição de um imóvel em Natal, onde vamos instalar um ambulatório, tendo o IAA se comprometido a equipá-lo".

A ASPLAN foi fundada em agosto de 1952. Ligado a ela existe desde 1953 a Cooperativa de Crédito Rural dos Plantadores de Cana (COPLAN), tendo como objetivo "garantir assistência creditícia aos seus associados". A COPLAN — cujos diretores funcionam na base da "legião da boa vontade", pois não recebem honorários — é hoje a maior cooperativa do gênero no Estado: possui um patrimônio líquido de 453.408,49; e no ano passado efetuou empréstimos a 307 agricultores, liberando 1.040.448,34 cruzeiros. Assegura o sr. Múcio Ribeiro que "os fornecedores do Ceará-Mirim que não foram beneficiados com recursos do IAA ou do BANDERN, foram contemplados com os empréstimos da Cooperativa; ninguém ficou sem assistência creditícia".

HISTÓRIA DAS "CANAS GORDAS"

Um comentário que circulou no Vale, propalava-se que as canas do Ceará-Mirim eram "gordas, com os entre nós semelhantes a tonéis..." de tão cheias d'água; assim estariam os fornecedores levando vantagem sobre os usineiros — pois a água faz a cana muito pesada e a venda dela se faz por toneladas. Então o negócio seria péssimo para as usinas que estariam "tratando uma matéria-prima "de baixo teor de sacarose". Em conclusão: o comentário atribuía o insucesso das empresas, toda a crise de 1971, à "má qualidade das canas gordas". Que acha o dr. Múcio Ribeiro, a este respeito ?

— Esse boato foi desmentido cabalmente. Análises procedidas no Laboratório da usina Estivas constataram que as melhores canas ali moídas foram as procedentes do Ceará-Mirim. As próprias canas do sr. Otávio Praxedes do Amaral Lisboa — que tem sua propriedade no baixo Vale — superaram os recordes de sacarose provável, relevando-se melhoras que as canas de Goianinha, Arês, São José do Mipibu, Nísia Floresta e Canguaretama. E veja que as canas de maior índice de sacarose não estão no baixo, mas no médio e alto Vale. Aliás, não acredito que esta história das "canas gordas" tenha partido dos antigos empresários. Essa versão nós ouvimos da parte do industrial João Santos que, a despeito de pessoa inteligentíssima e conhecedora da problemática canavieira, encontrava-se mal informado sobre o Vale. Se em alguns talhões das propriedades do Ceará-Mirim o rendimento em sacarose é menor, isto se deve à superficialidade do lençol freático, coisa que pode ser corrigida facilmente com drenagem e adubação.

UM FUTURO PROMISSOR

"Não tenho dúvida quanto ao futuro promissor da indústria açucareira em nosso Estado" — diz tranquilo o presidente da ASPLAN, e diz também porquê: — Ao que sei, dentro de 3 anos, teremos no Ceará-Mirim uma grande fábrica. Os novos empresários estão bem orientados, com os pés no chão, e cheios de vontade de levar adiante um empreendimento de vulto. Isso é bom para os plantadores-fornecedores. Havendo usina eficiente, os fornecedores poderão aumentar sua produção de matéria-prima, pois, de modo geral, esta produção anda muito aquém de nossa potencialidade. Note-se que mais da metade da área não está cultivada; e a que está não vem recebendo os tratamentos culturais recomendados pela técnica moderna. Não há arroteamento, a irrigação só é feita em casos esporádicos, não há mecanização da lavoura, e a quantidade de adubo empregada é irrisória. Mesmo as usinas, há muito tempo, talvez somente tenham ocupado com canaviais 30% da área agricultada. Afora isso, num raio de



**SOMOS NÓS
QUE ANUNCIAMOS
O DESENVOLVIMENTO
DO RN.**

**NATAL PLACAS COMÉRCIO E IN-
DÚSTRIA** confecciona as placas que
assinalam a presença da **SUDENE,**
do **GOVERNO DO ESTADO,** do **BAN-
CO DE DESENVOLVIMENTO,** dos
MINISTÉRIOS nos programas de
industrialização. Também fabrica
sinais rodoviários, faixas e placas
de todos os tipos.

**NATAL PLACAS
COMÉRCIO E INDÚSTRIA**

**Rua Correia Teles, 200
no centro da cidade.**

20 Km da usina São Francisco, existe um grande número de propriedades que podem até ultrapassar a quantidade de cana necessária ao fabrico de 1 milhão de sacos de açúcar. Isto tudo sem falar no vale do Maxaranguape e no vale do Potengi, que também estão perto da usina São Francisco.

SEGUE

*confiança:
uma palavra
oficial*

Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Funções: "Defesa e fomento da lavoura canavieira e da indústria do Açúcar".

RN ouviu Maria Alzir Diógenes, professora, socióloga — delegada do IAA em Natal —, e pode assim apresentar a posição oficial do órgão frente aos problemas da agro-indústria açucareira em Ceará-Mirim.

Maria Alzir respondeu a tudo quanto lhe foi perguntado. Utilizou-se para tanto de uma linguagem técnica, rica em dados, mas não lhe escapou um comentário bem feminino. Sobre qual seria o nome da empresa a surgir com a fusão das duas usinas do Vale, disse a delegada:

"...Acho, na opinião pessoal de mulher, por natureza supersticiosa! que nenhuma das duas razões sociais deve ser mantida; para não ocorrer azar e mesmo para constituir uma nova imagem para os plantadores, trabalhadores, poderes públicos, e até mesmo o público consumidor".

SIM, HOVE UMA CRISE

RN — Fale, por favor, sobre a chamada "crise do açúcar" em Ceará-Mirim...

MARIA ALZIR — "Pois não. A produção de açúcar deste Estado na safra 71/72 foi, de início, encarada com reserva pelo Instituto, ante a crise que ameaçava com a paralisação iminente as duas usinas situadas no Ceará-Mirim; Ilha Bela e São Francisco. O não pagamento dos saldos por parte das usinas aos fornecedores de cana e também a não liquidação dos empréstimos da entressafra destes, de que eram responsáveis aqueles — na qualidade de intervenientes dos mútuos perante o Banco do Brasil e a Cooperativa de Crédito dos Plantadores de Cana — gerou a crise, debelada afinal graças ao esforço conjugado e patriótico do governador Cortez Pereira, o presidente do IAA, general Alvaro Tavares Carmo, e afinal do empenho dos próprios fornece-

Confecções

Dinan

— LTDA —



Confecções de roupas profissionais de alta qualidade

Av. Salgado Filho, 1597
Fone 22:00 — Natal — RN

RN-ECONÔMICO

leia
assine
e
colecione

• • •



MARIA A. DIÓGENES

dores de cana, à cuja frente se encontrava e se encontra a personalidade forte e atuante do dr. Múcio Ribeiro Dantas”.

RN: — Que fez o IAA?

MARIA ALZIR: — “De nossa parte, tudo envidamos para que a situação se normalizasse e não poupamos esforços em colocar a administração do Instituto a par de tudo quanto ocorria no setor, inclusive oferecendo nossas sugestões para que a crise não prosperasse. Devemos assinalar, por ser de justiça, que foi nossa a idéia de solicitar da alta direção do Instituto a designação de um funcionário de categoria para acompanhar in loco o processo de moagem. E o servidor designado, dr. Hélio Bione, se conduziu com absoluta isenção e senso de equilíbrio, tomando, a tempo e hora, as providências necessárias à moagem das canas dos fornecedores e ao pagamento pontual da matéria-prima, fato que há algum tempo não ocorria infelizmente. Afinal, a transferência do controle acionário das usinas São Francisco e Ilha Bela para um grupo composto da ADINPLAN, do Recife, e da TECON, de São Paulo, veio oferecer a nós do Instituto e principalmente aos fornecedores de cana a expectativa de dias melhores”.

O PROCESSO DA FUSÃO

RN: — Mas então já houve a fusão?

MARIA ALZIR: — “Tem-se conhecimento de que a carta-consulta entregue pelos novos detentores do controle acionário obteve a aprovação da alta direção do Instituto. Falta o ingresso do projeto de investimento e reconsolidação das dívidas da usina, bem como a formalização legal da fusão, para coroar as providências que o novo grupo já houve por bem de tomar. Com a concessão pelo Estado do parcelamento das dívidas tributárias das usinas, com prazo de carência e dispensa de parte das multas e correção monetária, em que incorriam, abre-se o caminho para o saneamento finan-

ceiro das empresas, o processamento de sua fusão, medida merecedora de incentivo do IAA que para isto, tem o respaldo da legislação pertinente, editada o ano passado. Há interesse do Instituto na fusão de empresas, para o barateamento dos custos fabris. Oficialmente, a fusão das usinas do Ceará-Mirim já foi comunicada ao Instituto, restando tão somente as providências formais para conclusão da medida que poderá importar na mudança de denominação da nova empresa exurgente”.

RN: — Tem havido alguma melhoria técnica nas usinas do Vale?

MARIA ALZIR: — “Soubemos, pela nova diretoria das usinas, que já estão sendo adquiridos em São Paulo os equipamentos necessários a que a moagem de todas as canas do Ceará-Mirim se processe na usina São Francisco, sem que se precise desviar para outra região açucareira do Estado (nesta safra cerca de 37 mil toneladas foram desviadas para a usina Estivas, situada no município de Arês). A informação que nos foi agora trazida pela diretoria esclarece que, dentre os equipamentos já adquiridos ou encomendados para a safra 72/73, merecem destaque: uma turbina a vapor para acionamento das moendas, em substituição da já obsoleta máquina a vapor “Cail/1950 existente, uma caldeira aquatubular de modo a promover o balanceamento de vapor e um grande turbogerador para suprir de energia a usina, até agora condicionada aos percalços das interrupções de energia que — como é sabido — causam grandes prejuízos. Isto porque a fermentação do caldo ocasiona diminuição ponderável no açúcar a ser extraído, uma vez que se processa uma inversão da sacarose (açúcar cristalizável) em glicose. Em vez de açúcar útil, produz-se neste caso maior quantidade de mel-final, sub-produto de valor incomparavelmente menor. O apoio do turbogerador, no dizer dos técnicos do assunto (— sou apenas uma curiosa, em face das funções de delegada do IAA...), torna-se imprescindível à regularização da moagem. Não houve — por outro lado — referência à aquisição de mais uma ponte-rolante, com capacidade de 15 toneladas, de inadiável necessidade à moagem, uma vez que a única ponte-rolante existente, de 10 toneladas, constitui um dos pontos de estrangulamento no abastecimento da matéria-prima. A observação, que é do dr. Bione, economista do Instituto, aduz ainda que basta um caminho ter uma carga maior que 10 toneladas — e isto acontece comumente — para que: ou a ponte-rolante entre em pane, ou o abastecimento da esteira se faça manualmente, encarecendo sobremodo o custo de produção”.

CRÉDITO DE CONFIANÇA

RN: — Qual a expectativa do IAA quanto a safra 72/73?

MARIA ALZIR: — “Alimentamos es-

peranças de que na safra a ser colhida a partir de agosto, não haverá desvio de canas do Ceará-Mirim para a usina Estivas, o que determinou, na safra já colhida, prejuízos aos fornecedores, em face do oneroso frete correspondente ao percurso de 110 km entre os fundos agrícolas (unidades de cultivo da cana) e aquela fábrica. Queremos oferecer um crédito de confiança aos atuais empresários representados nas pessoas dos drs. Geraldo José de Melo e Senna Muniz, e já temos motivo para um estímulo às suas iniciativas: pelo menos, a cana dos fornecedores nesta safra não deixou de ser colhida e a matéria-prima foi integralmente paga em dia. Concluindo, queremos declarar a essa conceituada revista que somos otimistas quanto ao futuro da indústria açucareira do Ceará-Mirim porque notamos o entusiasmo e o esforço dos atuais empresários, e temos a convicção de que o IAA e o governo do Estado tudo farão para que esse esforço seja compensado”.

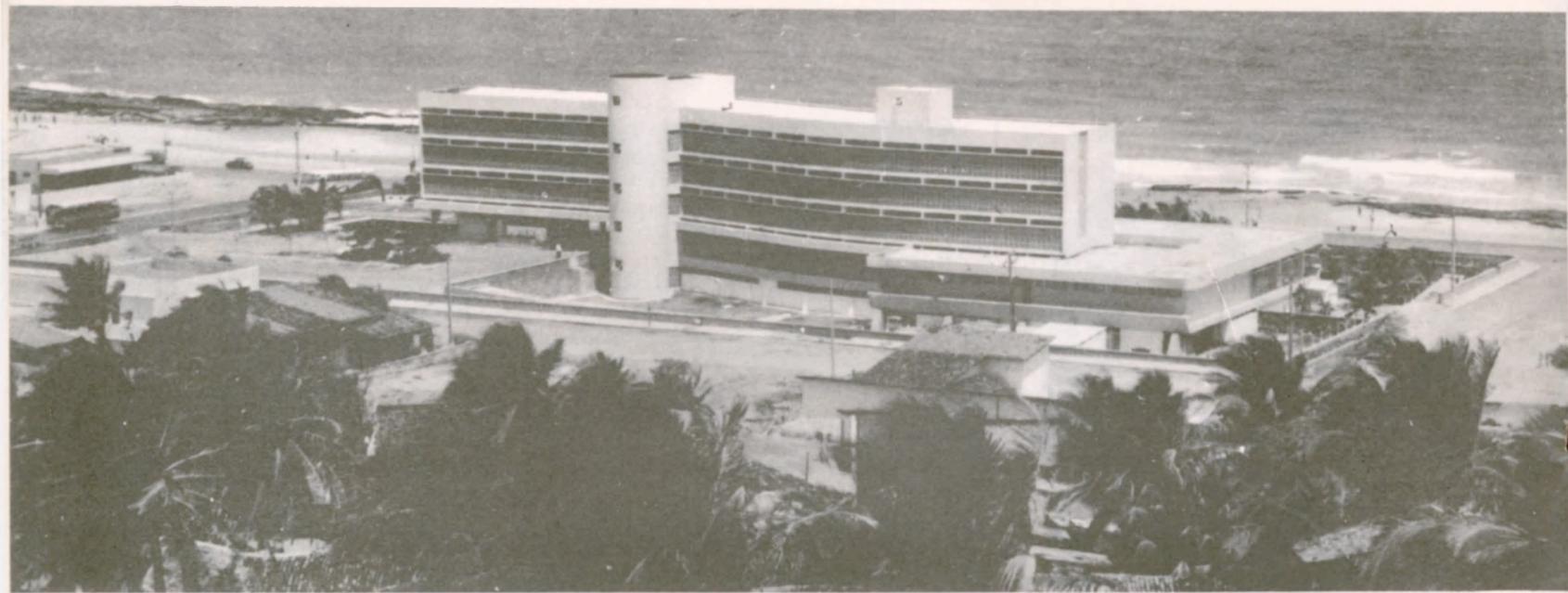
RN: — A usina Estivas é um exemplo?

MARIA ALZIR: — “No que concerne a usina Estivas, é uma empresa consolidada, que não nos traz nenhuma preocupação; tem uma organização impecável e é merecedora de nossos mais efusivos aplausos. Este ano, a usina Estivas produziu 303.106 sacos de açúcar. E a ampliação dos plantios de cana da empresa e de terceiros nos dá a certeza de que maior, bem maior, será a safra deste ano”.

SUPERAR O “JOGO DE BICHO”

Sobre a perspectiva da agro-indústria açucareira no Estado:

“Acrescento (palavra da delegada Maria Alzir) que as possibilidades de exportação de açúcar, com a conquista de novos mercados, como é o caso da China Continental, constitui um fator favorável à expansão da indústria do açúcar no Rio Grande do Norte, o qual possui, além dos vales fertilíssimos, os alti-planos dos taboleiros, já testados favoravelmente para o cultivo da gramínea. Já pensaram os senhores no potencial de que dispõe a indústria numa área de taboleiros costeiros próprios para cana de açúcar, com precipitação pluviométrica de 800 a 1000 milímetros? Alagoas é um Estado que vem utilizando racionalmente os taboleiros que se prestam para plantation, pois são propícios à mecanização da lavoura e, inclusive, à colheita mecânica; os caminhões transportando a cana da própria palha dos canaviais. É verdade que precisam de corretivos e adubos químicos, mas não se pode pensar em agricultura senão nesses termos. Agricultura sem adubo é como jogo-de-bicho, coisa do passado... Estamos na era da Loteria Esportiva; pena é que em Natal ainda não possamos jogar”.



Na febre dos hotéis a realidade do Turismo

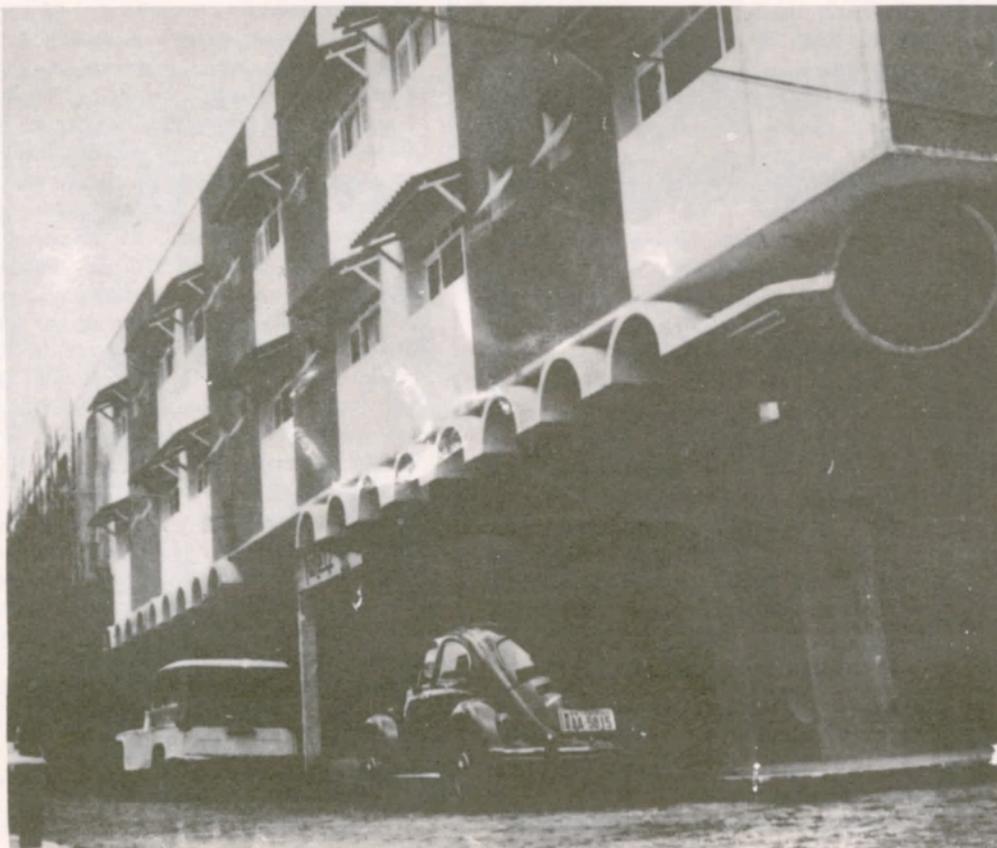
Por Pedro Alcântara

Afinal o empresário potiguar despertou para um negócio que até bem pouco tempo não era levado muito a sério: a indústria hoteleira, que pelo menos em nossa cidade, demonstra estar dando lucros, pois não só se constrói novos hotéis, como quase todos os existentes estão em fase de ampliação.

De repente passou-se a falar em turismo com grande frequência no Brasil, utilizando-se os veículos de comunicação de massa, que passaram a influenciar tanto o homem da classe média quanto da alta que foi incentivado a conhecer melhor o país, como o empresário que começou a constituir hotéis, motéis e pousadas para hospedar a crescente leva de turistas que surge.

Um outro fator que está ajudando muito a indústria, são os incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal através da EMBRATUR — Empresa Brasileira de Turismo, órgão que veio alicerçar no campo financeiro, tudo aquilo que era planejado em relação ao turismo. Em Natal, já temos um caso concreto desta ajuda: o Hotel Monte Líbano, de cujo investimento total de Cr\$ 10.157.000,00, a EMBRATUR participa com Cr\$ 5.077.000 00.

Outros empresários norte-riograndenses e mesmo de outros Estados (como é o caso de Victor Civita, editor e um dos diretores da Editora Abril, interessado em construir um hotel as margens da Lagoa do Bonfim, em São José de Mipibu) estão interessados em conseguir incentivos da EMBRATUR para investir no nosso Estado, que desta maneira monta a infra-estrutura indispensável para instalação da indústria que mais cresce no mundo, e que é a maior fonte de renda de muitos países: o turismo.



Natal conta atualmente com 18 hotéis em funcionamento, alguns em construção e outros projetados. Até fins de 1971, os dezoito hotéis natalenses possuíam 402 apartamentos e quartos. A partir daí, iniciou-se uma fase de ampliação de alguns deles, com vistas à Mini-Copa, e à crescente onda de turistas do sul que aproveita as férias de meio do ano para conhecer a região incentivados pela campanha "Visite o Nordeste".

REIS MAGOS

O hotel Internacional dos Reis Magos, na Praia do Meio, com 54 apartamentos e 6 suites, é um dos melhores do Nordeste. Tem como gerente o Sr. Evaldo Maia, homem de grande experiência em turismo, já tendo inclusive sido chamado para gerenciar hotéis em outros Estados, pelo desempenho na direção do HIRM.

Além da boa localização, o Reis Magos possui piscina, restaurante com excelente cozinha, boite, salão para congressos e conclaves, lojas de souvenirs e grande parque de estacionamento. Vive quase que permanentemente lotado apesar do preço de sua diária ser bastante elevado. A C.B.D., reservou todos os apartamentos do Hotel para as três delegações que participarão da Mini-Copa na chave de Natal, inclusive juizes e convidados especiais.

Presentemente o RM, hospeda grande número de americanos do HOPE, e nos fins de semana, pessoas vindas de Recife, João Pessoa, Fortaleza e até do sul do país.

SAMBURA

O Samburá é um hotel que se firma dia a dia. Fica localizado à rua General Osório no centro da cidade, sendo por



isto, bastante frequentado por homens de negócios, viajantes e mesmo por turistas que não possuem automóvel e preferem um hotel não muito distante do comércio. É de propriedade de Firmino Moura, que entrou há pouco tempo para o ramo de hotelaria, e já é um apaixonado do negócio.

No momento ele está duplicando a capacidade do seu hotel: de 36 apartamentos, passa a 72, já tendo reservado 18 para a Mini-Copa, sendo 6 para Fortaleza, 8 para Recife, 3 para João Pessoa e um para Maceió. Está construindo também uma área para estacionamento de veículos com capacidade para 52 automóveis.

"Se contar com a ajuda do Governo Estadual, pretendo sair para novos empreendimentos turísticos. Desta feita, construirei um hotel numa das nossas praias, possivelmente em Ponta Negra onde já possuo terreno. Até o momento não procurei os incentivos da EMBRATUR, devido à burocracia e a demora na aprovação dos projetos. Construí e agora amplio o Samburá com recursos próprios", afirmou Firmino Moura.

MOTEL DE LUXO TIROL

O Motel de Luxo Tirol, nasceu sem grandes pretensões. Foi a simples transformação de uma boa residência da Avenida Salgado Filho em um Motel, que já teve a necessidade de duplicar sua capacidade, passando de nove para dezoito apartamentos. Todos têm banheiros com água quente e fria. Três possuem ar condicionado. Existe um estacionamento para 16 veículos e uma garagem para 4. A diária é cobrada à base de Cr\$ 30,00 para solteiro; Cr\$ 50,00 para casal; Cr\$ 70,00 para três pessoas e Cr\$ 80,00 para quatro pessoas, acrescentando-se Cr\$ 5,00 para criança sem leite.

O motel Tirol oferece o melhor break-fast da cidade, elogiado pelos turistas conhecedores da Europa, que dizem não ter encontrado em motéis da mesma categoria, café tão bom. Todos os dias é servido: suco de 2 frutas especiais, além de outras que só a região Nordeste oferece. Acompanha, mudando diariamente, comidas regionais como: arroz doce, munguzá, canjica, pamonha, cuscus, papa e milho cozido.

Supervisores de firmas comerciais, técnicos de instalações de indústrias (Sudene), Voluntários da Paz e turistas, são os hóspedes do Motel de Luxo Tirol, que sempre lota no mês de julho e no fim do ano. Seu proprietário José Pacheco, diz que depois da ampliação, não pretende mais modificar nada do motel.

HOTEL BOM JESUS

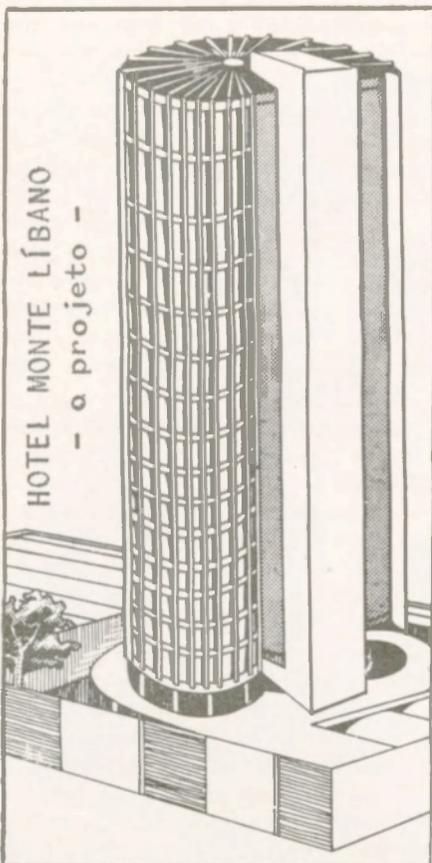
O Hotel Bom Jesus, localizado na Rio Branco, já perto da Ribeira, também está em fase de ampliação, passando de 8 apartamentos e quartos, para 20. Cobra uma diária de Cr\$ 30,00 por um quarto com dormida e café da manhã e

Hotéis	aptos. e quartos	ampliação	total
Hotel Reis Magos	60	—	60
Grande Hotel	66	—	66
Hotel Samburá	36	36	72
Hotel Bom Jesus	10	10	20
Motel de Luxo Tirol	09	09	18
Casa de Hospedes	04	12	16
Hotel Cabugi	29	—	29
Hotel Rio Branco	29	—	29
Hotel Natal	26	—	26
Hotel Caicó	24	—	24
Hotel Central	23	—	23
Hotel Santanense	20	—	20
Hotel Rex	17	—	17
Hotel Avenida	15	—	15
Hotel Santo Antônio	14	—	14
Hotel União	09	—	09
Hélios Hotel	07	—	07
Associação Comercial	04	—	04
Hotel Morte Libano	—	140	140
Total	402	207	609



Cr\$ 40,00 por apartamento. É o hotel das embaixadas esportivas e dos turistas de classe média, que visitam nossa cidade de ônibus, vindos principalmente de Recife, João Pessoa e Rio de Janeiro. A localização (perto da Estação Rodoviária) facilita tudo para estes turistas.

Seu proprietário, Mário Cabral, pretende fazer nova ampliação dentro de dois anos, construindo um bloco de apartamentos de quatro andares atrás do atual, juntamente com uma área para estacionamento. Diz que não sofrerá concorrência do Hotel Monte Líbano, (também no centro da Cidade) porque o tipo de hóspede daquele hotel será outro.



HOTEL NATAL

O Hotel Natal, é o mais novo da cidade, inaugurado o ano passado com a finalidade de hospedar homens de negócio. Possui 26 apartamentos, com capacidade para 52 pessoas, sendo a diária de Cr\$ 25,00 para solteiro e Cr\$ 40,00 para casal com café da manhã. Não possui restaurante. A gerencia indica os restaurantes da cidade aos hóspedes, para almoço e jantar.

Habib Chalita, seu proprietário, diz que a hotelaria é um ramo de negócio que deixa bons lucros, e assim pensando é que pretende construir com os incentivos da EMBRATUR, um Motel entre Areia Preta e Praia do Meio.

O Hotel Natal apresenta uma média de 60% de apartamentos alugados, já tendo alguns reservados para a Mini-Copa. Julho e agosto, são os meses do ano mais procurados pelos hóspedes.

CASA DE HÓSPEDES

Contando com 16 apartamentos, restaurante, excelente localização, belíssima visão de Ponta Negra, a Casa de Hóspedes, pertencente a Arquidiocese de Natal, lota todo fim de semana, principalmente por casais em lua de-mel e pessoas que procuram a tranquilidade da praia, fugindo ao calor e à agitação da cidade.

Cobra um diária de Cr\$ 55,00 com direito a dormida e café. Caso o hóspede deseje almoçar, haverá um acréscimo que varia entre Cr\$ 10,00 e Cr\$ 16,00.

MONTE LÍBANO

Está em construção o maior hotel da cidade. Trata-se do Monte Líbano, um empreendimento dos Srs. Nagib Assad Salha, Alcides Araujo e Abbas Hassan El-Aouar. Em pleno centro da cidade, o Monte Líbano será o mais alto edifício de Natal, contando com 17 pavimentos, nos quais se distribuirão 132 apartamentos e 8 suítes, todos com as instalações mais modernas no ramo hoteleiro, além de salas de estar, boite, restaurante, bar e piscina no 3.º andar.

Em torno do Hotel ficará uma rede de estabelecimentos comerciais, nos quais os hóspedes encontrarão todos os artigos de seu interesse, inclusive curiosidades regionais. Está com um custo previsto de Cr\$ 20.000.000,00 e sua conclusão é aguardada para 1973.

A construção de tão arrojado hotel, é a prova dos bons lucros que o ramo de hotelaria começa a deixar. Com o aumento do número dos que saem do sul em busca do característico e exótico que o Nordeste apresenta, é possível se prever o aparecimento de muitos outros hotéis na nossa cidade, que monta desta maneira a sua infra-estrutura turística, fator indispensável para que esta indústria se desenvolva. ■

OFFSET SET

PERFIS
INDUSTRIAIS

TALÕES
DE CHEQUE

MATERIAL
DE EXPEDIENTE
(Papeis para carta, memorando, em velopes)

AÇÕES E
DIPLOMAS

COM A APRESENTAÇÃO
GRÁFICA QUE SÓ O
SISTEMA OFFSET PODE
OFERECER

Rio Branco 325
Tel. 21-40

Mineração Sem Pesquisa Já Era

...ERA GARIMPAGEM. HOJE-EM-DIA, A BUSCA DO MINÉRIO SE FAZ EM TERMOS RACIONAIS: COM A CABEÇA E COM TECNOLOGIA. COM SONDAGENS E PROSPECÇÕES. NUMA PALAVRA: COM GEOMINAS.

A implantação de uma indústria mineradora em nossa região, só agora está sendo elaborada em termos definitivos e partindo da infra-estrutura necessária para o funcionamento de tão importante empreendimento. Porque, na realidade, não bastam os solos ricos de jazidas minerais nem é suficiente ou lógica a exploração desordenada do subsolo, sem o estabelecimento dos rigores técnicos e a assistência que a indústria exige.

A indústria extrativa mineral entre nós está partindo nesta hora para a racionalização de suas operações e, dentre as inovações surgidas para a condução certa do sistema, aparece o GEOMINAS — PROJETOS E ASSESSORIA LTDA., um escritório especializado em projetos para pesquisa mineral, investigação e desenvolvimento de processos de extração e beneficiamento mineral.

Como elemento de infra-estrutura para a indústria extrativa mineral, é da maior importância, porque se propõe a prestar serviços técnicos sem os quais, efetivamente, os empresários do ramo não poderão agir de maneira correta.

O GEOMINAS — PROJETOS E ASSESSORIA LTDA. vai prestar serviços de:

I — assessoria em sondagens e prospecções.

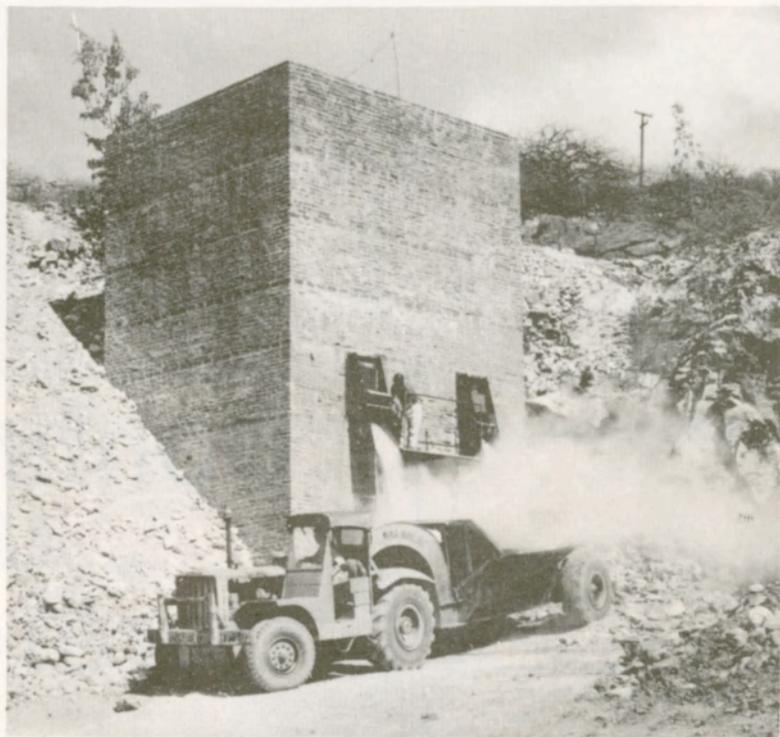
II — orientação e encaminhamento dos pedidos de pesquisa e lavra junto ao Departamento Nacional da Produção Mineral — DNPM.

III — solicitação de apoio financeiro à Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais e ao Fundo de Pesquisa e Recursos Minerais do Nordeste, através de projeto próprio e adequado às normas e legislação em vigor, abordando aspectos geológicos, técnicos, econômicos, financeiros e jurídicos do empreendimento.

IV — execução de trabalhos necessários à definição e avaliação de jazidas minerais e estudo de viabilidade econômica da lavra.

V — administração e execução de projetos, elaboração de relatórios e suas conotações jurídicas.

Um dos mais importantes objetivos do escritório: a citada solicitação de apoio financeiro e técnico à CPRM — Companhia de Recursos Minerais e ao FUREME — Fundo de Pesquisa e Recursos Minerais do Nordeste, estabelecendo o ponto de ligação entre os empresários e esses recursos federais.



COMPONENTES EXECUTIVOS

Um escritório do porte do GEOMINAS teria, obviamente, de possuir pessoal capacitado para gerir as suas pretensões e atividades. E realmente, os seus componentes executivos possuem em conjunto toda a experiência e "know-how" necessários à realização das atividades propostas, o que se poderá depreender da sucinta exposição de seus respectivos currículos:

MARIO DOMINGUES PORTO — Economista — Diretor-executivo do GEOMINAS. Ex-assistente do Departamento de Planejamento e Controle da MONTREAL — Montagens e Representações de Equipamentos Ltda.; ex-estagiário da ADIPLAN — Administração Industrial e Planejamento; ex-diretor da CONSPLAN — Consultoria e Planejamento; curso de Elaboração e Análise de Projetos da OEA (Organização dos Estados Americanos). Trabalho publicado: "Problemática da Mineração de Tungstênio Molibdênio no Nordeste".

MARCELO MARIO PORTO — Economista — Diretor-presidente do GEOMINAS. Ex-economista do Governo do Estado da Paraíba; diretor-comercial da Mineração Tomaz Salustino S. A.; dire-

tor-comercial da Mineração Itaretama S. A.; diretor-comercial da Mineração Potyra S. A.

JAUMAR PEREIRA DA SILVA — Bacharel em Direito. Diretor-administrativo do GEOMINAS. Ex-assessor jurídico da CAFE — Companhia Agro-pecuária e Fomento Econômico do Paraná; diretor-executivo da Empresa de Mineração Norte-riograndense Ltda.; diretor-administrativo da Mineração Potyra S. A.; diretor-presidente da Mineração Itaretama S. A.; curso de Administração da Pequena e Média Empresa, na Universidade Federal do Paraná.

AILTON SALVIANO DE SOUSA — Geólogo. Diretor-técnico do GEOMINAS. Ex-geólogo da Empresa de Mineração Norte-riograndense Ltda.; professor das cadeiras de Prospecção de Jazidas e Geologia Geral, da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte; geólogo da Mineração Itaretama S. A.; curso de Documentação e Pesquisa Científica da Escola de Geologia da Universidade Federal de Pernambuco. Trabalho publicado: "Aspectos Geológico e Hidrológicos da Região Sudoeste de Extremoz".

O GEOMINAS — PROJETOS E ASSESSORIA LTDA., tem seus escritórios à rua Princesa Isabel, 608, 1.º andar — Fone 1916.

Um pouco de história do chamado exodo semanal e do excelente negócio que ele gera. No encantado recanto da Lagoa do Bonfim, a valorização dos terrenos chegou a 400%. Francisco Ribeiro (foto) mostra o mapa da mina.



Bonfim um barato bem caro

Natal, como toda cidade que cresce, sofre de uns tempos para cá, de uma "doença", a que alguns denominam de exodo semanal. Para uns a explicação é fácil: devido ao crescimento urbano da cidade e sua conseqüente desarborização muitos aproveitam as horas livres, para fugir do "rush" ocasionado pela agitação da vida moderna. Outros explicam o fenômeno, dizendo que é causado pela desilusão de investidores no mercado de capitais.

Atualmente a Lagoa do Bonfim desponta como um dos recantos mais preferidos pelos natalenses, e também por turistas, devido a sua beleza, tranquilidade e limpidez de suas águas.

E como não poderia deixar de ser, por lá apareceu também a especulação imobiliária, valorizando seus terrenos e proporcionando lucros bem pousados a quem os possui.

CLUBE DOS CAÇADORES É EXEMPLO

Proprietários de terrenos à margem da Lagoa do Bonfim, justificam o grande interesse despertado pelas suas terras, dizendo que o Clube dos Caçadores exerce enorme influência na área. Com suas

promoções, torna a Lagoa conhecida, até em outros Estados do Nordeste.

Fazendo uma análise da valorização dos terrenos em Bonfim, Francisco Ribeiro diz: "Há três anos atrás uma granja que dá acesso à Lagoa, com 100 a 300 metros de fundo, tinha o metro quadrado estipulado em Cr\$ 0,10 (dez centavos). Hoje, o mesmo terreno, tem seu metro quadrado estipulado em Cr\$ 0,40 e até Cr\$ 0,50 (quarenta ou cinquenta centavos). Houve, portanto, valorização, nestes três anos, na base de 400%".

O professor titular da Faculdade de Odontologia Rosalvo Galvão, que possui um terreno na Lagoa do Bonfim diz que "este é um fenômeno que se dá em toda cidade que cresce. Em pequenas cidades, onde a vida não é tão agitada, não existe a necessidade de se fugir do burburinho do dia-a-dia". Ele classifica a sua granja como terreno de primeira (que dá acesso à Lagoa) com 55m de frente, por 308 de fundo, e a denominou "Ponta do Bom Retiro".

Para o professor, Bonfim tem tudo: boa água, ar puro e clima agradável. "Só falta a pesca, já que da caça se encarrega o Clube de Caçadores de Natal. Então fizemos uma reunião com todos os

proprietários de granjas, no sentido de providenciarmos o "peixamento" de suas águas. Depois remetemos ao Ministério da Agricultura um requerimento para que fossem tomadas as devidas providências".

"Hoje a pesca é mais um atrativo de Bonfim. Inclusive fornece alimentação a muitas famílias, ali residentes, que não têm condições de ter à mesa a carne, verdura etc.". Sobre o problema de valorização dos terrenos da Lagoa, disse o professor Rosalvo Galvão: "É um fato. Esta granja, que eu possuo hoje, me custou há dois anos, a quantia de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros). Hoje não vendo por Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros). E quer que eu lhe conte um caso interessante? Um amigo meu, recebeu uma proposta de Cr\$ 30.000,00 para vender seu terreno. Sabe o que ele respondeu? Que o interessado poderia multiplicar esta oferta por 3, que ele, ainda não aceitaria. Já pensou?"

DE Cr\$ 9,00 PARA Cr\$ 200.000,00

Para o Dr. Severino Lopes, também proprietário de uma granja na Lagoa do Bonfim, o que acarretou a súbita valorização de suas terras foi o desenvolvi-

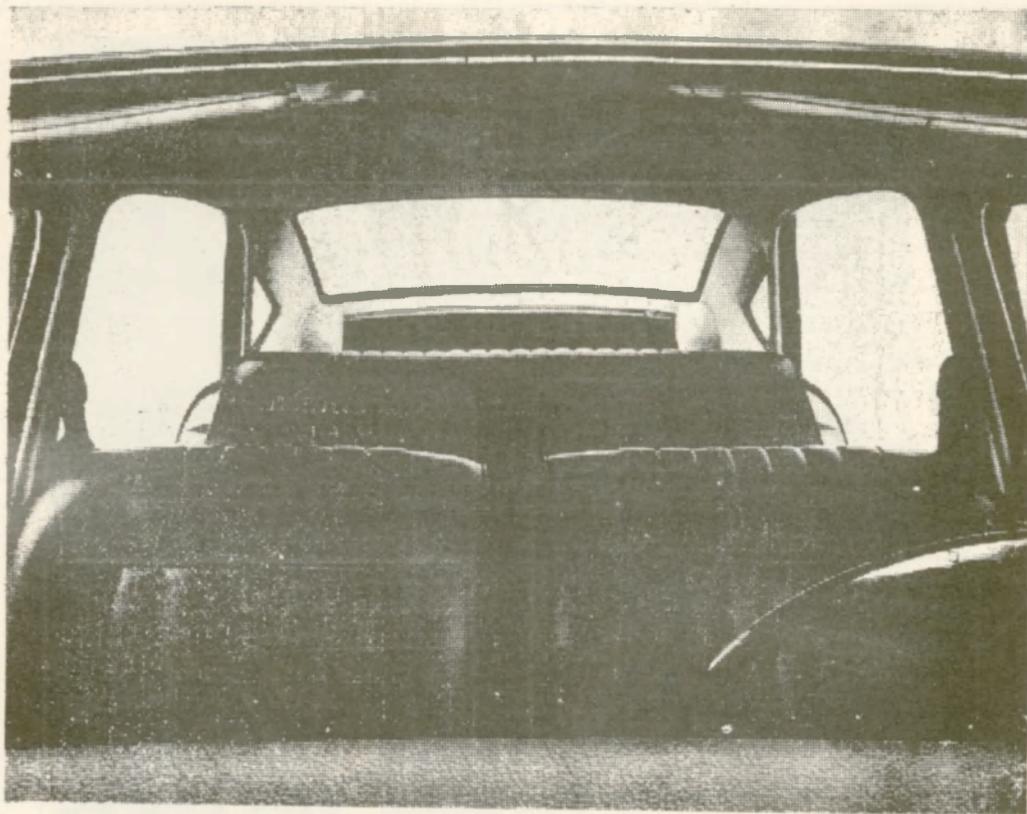


mento de Natal. Diz ele: "O desenvolvimento da capital levou, conseqüentemente, o povo a se interessar por aquela região. Também as praias cheias, implicam nesta corrida para a Lagoa do Bonfim".

Para ele o Clube dos Caçadores é uma grande motivação, "pois nas suas festas anuais reúne mais de 600 pessoas entre civis, militares, e sócios de clubes de outros Estados, como Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Ceará". Com relação à beleza da Lagoa ele é categórico: "Eu não conheço nenhuma lagoa, no Brasil, com as condições de Bonfim. E olhe que conheço o nosso país do Ceará ao Rio Grande do Sul. Bonfim possui ar puro, águas limpas, e sem poluição".

O dr. Severino Lopes acha que, depois do Motel que será construído pela Editora Abril, na região, então Bonfim se tornará muito mais conhecida e despontará como um dos recantos turísticos mais visitados e requisitados pelas companhias de turismo. Inclusive o Sr. Victor Civita, um dos responsáveis por esta política de expansão turística da Editora Abril, ficou encantado com a Lagoa do Bonfim, em recente visita que fez àquela área.

Sobre o valor de sua propriedade, quando foi adquirida, e seu valor atual, o Dr. Severino Lopes, disse: "Em 1939 meu pai adquiriu, juntamente com o Dr. Onofre Lopes, por Cr\$ 9,00, uma faixa de 4.000 metros na lagoa e 1.800 metros na BR-101. Posteriormente, eu e meu irmão, compramos a parte do Dr. Onofre Lopes. De modo que hoje estimamos seu valor, com as benfeitorias, em torno de Cr 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros)". Sobre as propostas de venda declarou que "recebi proposta da Editora Abril, através do Sr. Humberto Pignataro. Mas a mim, diretamente, não interessa vender. Talvez venda, por tratar de um plano para a exploração turística da lagoa que irá beneficiar toda aquela região, e, conseqüentemente, todo o Rio Grande do Norte". Mas, vendendo, provará que a Lagoa do Bonfim é um "barato"..., muito caro.



Temos mais duas entradas para o seu conforto.

Isso significa duas saídas a mais para sua facilidade.

Depois disso, v. vai perceber as vantagens de possuir um TL com o conforto de um carro de 4 portas.

Com 4 portas e dois portanals, a VW, ao todo, abre 6 portas para quem antes não podia contar com essas



facilidades ao mesmo tempo num carro cheio de charme como o TL.

Venha conhecer em nossa loja o carro no qual v. poderá acomodar com facilidade todas as pessoas que v. achar dignas de entrar num automóvel luxuoso, bonito e cheio de charme como o TL.

REVENDEDOR AUTORIZADO VOLKSWAGEN

MARPAS S. A.

Av. Tavares de Lira, 159



REVENDEDOR AUTORIZADO

PASTELARIA NATAL

José Zélio Caldas de Vasconcelos



especialista em salgados e doces entrega a domicilio pelo telefone 26.64 Rua Apodí. 311 - Cidade Alta

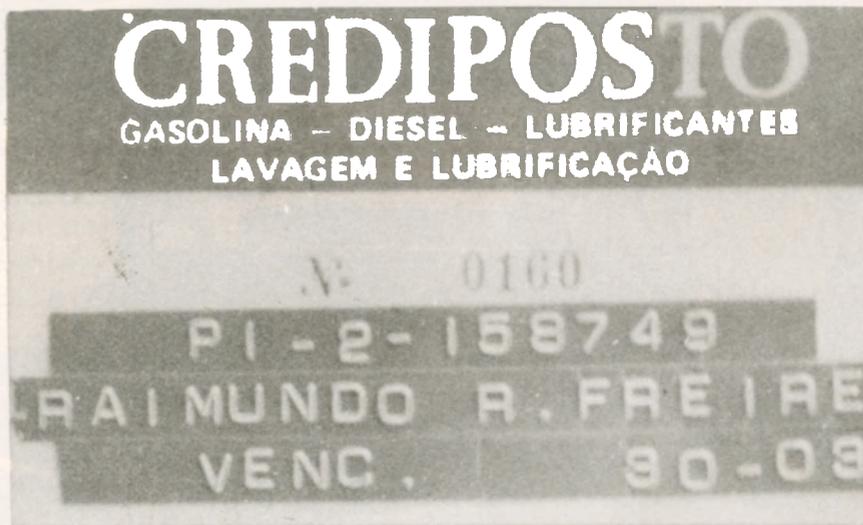
GRÁFICA MANIMBU

Composição

Impressão

Clicheria

Rua Assú, 666 Natal — RN



QUEM TEM CARRO VAI DE CREDIPOSTO



ONDE PROCURAR.

Dependendo de onde mora (ou trabalha), o cliente define sua opção: os Postos 1002, 1003 e 1004 estão localizados em 3 diferentes pontos de Natal. O 1002 fica no Alecrim, à Av. Presidente Sarmento. Em Lagoa Seca está o 1003, à Av. Bernardo Vieira. E na Av. Duque de Caxias, na Ribeira, fica o 1004. Mas nada disso quer dizer que o cliente fica obrigado a definir-se por um ou outro Posto. Não. Ele pode usar qualquer um dos 3 ou todos os 3, conforme sua conveniência. Além do mais, o CREDIPOSTO pode ser movimentado tanto pelo seu titular, como por pessoa de sua família. Este cartão não traz fotografia do proprietário, exatamente porque não se trata apenas de um "cartão pessoal" — é mais que isso: "um cartão para a família de quem tem carro".

MELHOR SERVIR

O sr. João Batista Pibeiro, diretor dos Postos 1002, 1003 e 1004, foi o lançador do esquema CREDIPOSTO em Natal. Informa ele que "a adoção do cartão de crédito pretende ser um meio oportuno com que possa contar o motorista profissional, o amador ou o pai de família que possui carro, a fim de solucionar com tranquilidade esses problemas que, muitas vezes, só são levados a bom termo depois de muito trabalho e aborrecimento". E conclui: "Nosso interesse é servir cada vez melhor, e mais amplamente, e para tanto nossos Postos estão abertos 24 horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados".

Você tem carro? — Sim? — Então preste atenção que esta notícia lhe interessa: os Postos 1002, 1003, e 1004, em Natal, criaram um esquema por intermédio do qual você pode usufruir de todos os serviços da empresa na base do crédito-direto.

Gasolina, diesel, lavagem e lubrificação — de tudo isto você pode se servir, a qualquer hora do dia ou da noite, sem ser preciso dispor de dinheiro na hora. Basta que você seja portador de um CREDIPOSTO: um cartão especial que se pode conseguir rapidamente.

E mais: com o CREDIPOSTO em mãos, você pode inclusive — numa emergência — trocar cheques nos Postos 1002, 1003 e 1004, resolvendo sem dificuldades os problemas que podem surgir em momentos de viagens e de outras situações imprevistas.

COMO CONSEGUIR

A primeira providência para o cliente dos Postos 1002, 1003 e 1004 se fazer titular de um CREDIPOSTO é o preenchimento de sua ficha no SPC (Serviço de Proteção ao Crédito). Esta a primeira e a única providência. Porque daí, como você tem a ficha-limpa, praticamente nada mais resta a resolver; só falta passar num daqueles Postos e pegar seu cartão. Não existe segredo. Depois são as vantagens colocadas à disposição do cliente. Um exemplo: não há limite de crédito. O fregues pode usufruir dos serviços que bem entender, sem se preocupar com "a quantia que terá de pagar no fim do mês", pois o CREDIPOSTO dá também automaticamente direito ao sistema de prestações.



JOÃO BATISTA:
"Nosso interesse é servir melhor, e mais amplamente"

A iniciativa do governo Cortez Pereira em prol da construção intensiva de pequenos e médios açudes é acertada.

Não se trata de discutir, como fazem alguns, se a mera política hidráulica resolve os problemas da região ou do Estado. Evidentemente, é muito certa a observação do economista Albert Hirschman, quando diz que "o problema da seca foi integrado no contexto mais amplo de subdesenvolvimento de toda a região nordestina, muito atrasada em relação ao vigoroso crescimento do Centro-Sul do país".

Mas também é certo que o mais grave de todos os problemas cotidianos continua a ser o do abastecimento d'água, para referir uma frase do autorizado Jean Brunhes, que também observou a predileção dos homens no fixarem-se à beira dos "pontos d'água".

Sabe-se que no Egito, cerca de 3.400 anos antes de Cristo, já os homens haviam construído diques para a retenção d'água. E que só mais tarde adotariam o princípio mais avançado, da irrigação perene.

Aqui no Nordeste, tem-se notícia da calamidade das secas desde o século do descobrimento do Brasil, pelas narrativas dos cronistas que aqui viveram antes de 1.600. Quanto aos açudes, propriamente, faltam-me dados remotos.

No Rio Grande do Norte, Felipe Guerra dá notícia de um açude construído em Caraúbas na década de 1850, no riacho do mesmo nome. Pelo levantamento realizado por Anfilóquio Câmara, em 1944, sobre açudes e poços, no Estado, o açude mais antigo em serventia datava de 1865. Creio que se trata de um açude no Acari, ainda hoje em uso. Conheço também uma iniciativa tomada pelo meu avô, dr. Luiz Gonzaga de Brito Guerra, para a construção de um açude no riacho das Coroas em Augusto Severo, lavrando-se um contrato a 2 de dezembro de 1860, em que 17 proprietários ribeirinhos e confrontantes se obrigavam a concorrer para os trabalhos e regulavam o condomínio na água e no peixe.

No Ceará, o padre e senador José Martiniano de Alencar, que governou aquela Província de fins de 1824 a 1837, indicava, em relatório apresentado à Assembléia Provincial, a construção de açudes como uma das soluções para o problema das secas. Achava mesmo que as Câmaras Municipais deveriam obrigar os proprietários a construir desses reservatórios em suas fazendas.

Na Paraíba, há notícia do chamado açude velho de Campina Grande termi-



POLÍTICA DE AÇUDES

OTTO GUERRA

Especial para
RN-ECONÔMICO

"O problema da seca
foi integrado
no contexto
mais amplo de
subdesenvolvimento
de toda
região nordestina".

"...é certo
que o mais grave de
todos
os problemas
cotidianos
continua
a ser o do
abastecimento
d'água".

nado em 1830 e de iniciativas do presidente da Província, Henrique Beaurepaire Rocha, que governaria a partir de 6-12-1857, por ano e meio.

O certo é que na seca de 1877 a 1879 todo o Nordeste ainda se achava totalmente desparelhado para enfrentar estiagens prolongadas e somente a partir da criação e funcionamento da Inspeção Federal de Obras contra as Secas, em 1909, é que ocorreu a primeira sistematização dos serviços, agora aperfeiçoada pela SUDENE e outros organismos.

O plano de ação da IFOCS (hoje DNOCS) seria elaborado sob a chefia do engenheiro de minas Miguel Arrojado Lisboa, a quem Celso Furtado, em artigo publicado no Digesto Econômico (nov-dez. de 1962), considera "homem da mais alta categoria intelectual e moral". Um plano racional, sistemático, que o mesmo Celso Furtado declara ter se igualado, em padrão técnico, aos melhores de sua época, em qualquer país, embora limitado pelas condições políticas.

Qual a opinião de Arrojado Lisboa sobre a açudagem?

Tenho uma carta sua, datada do Rio, 17 de fevereiro de 1911, dirigida ao meu pai, então juiz de direito em Mossoró, na qual o engenheiro, depois de declarar que "é sempre com acatamento que leio tudo quanto escreve o autor das "Secas contra as Secas", adianta: "Comungo inteiramente nas mesmas idéias de que a açudagem e a irrigação, a pequena açudagem feita por particulares e a grande feita pelos governos, é que darão solução ao problema econômico do norte, onde já há uma população estabelecida e presa à terra, problema que, não sendo o mesmo de outros países, onde a açudagem e a irrigação são empreendidas em zonas áridas principalmente com o fim de povoá-las, necessita ser encarado sob outras vistas". E por último: "...convencidos estamos de que a solução do problema importa um trabalho maior de reforma de costumes e mudança de hábitos, do que de obras propriamente de engenharia".

Lembre-me nos, esse homem assim escrevia no distante ano de 1911.

Se dúvidas tivéssemos do caráter rentável da açudagem nas fazendas, os dados que Felipe Guerra apresenta, devidamente quantificados, com exemplos concretos, mostrariam, transpostos para nossos dias, como as vazantes, o peixe, a engorda de gado, ao par dos aspectos sociais, como fixação das populações, abastecimento das localidades, colocação de pessoas, constituem argumentação convincentes.

EIT - Empresa Industrial Técnica S/A

CGC. 08.402.620/001

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

A Diretoria da EIT — Empresa Industrial Técnica S. A., reunida em sua sede social, à Av. Senador Sa'gado Filho 1900, nesta Capital, em obediência aos preceitos legais, apresenta aos Senhores Acionistas o relatório de sua administração durante o ano social de 1971, o Balanço Patrimonial do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1971, a demonstração de Contas "Lucros e Perdas" e o Parecer do Conselho Fiscal.

Esta Diretoria aproveita a oportunidade para realçar aos Senhores Acionistas, o considerável aumento de seus negócios, o montante de aplicações em novos equipamentos, tudo dentro da nova política desenvolvimentista desta Empresa, em face

Atenciosamente.

JOSÉ NILSON DE SA

Diretor-Presidente

BOLIVAR BARREIRA GADELHA

Diretor

PERICLES RIBEIRO PONTES

Diretor

de sua crescente expansão no setor rodoviário do País.

Assim é que, no final do exercício social de 1971 podemos constatar um Balanço Patrimonial de CR\$ 246.746.422,11 (duzentos e quarenta e seis milhões, setecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e vinte e dois cruzeiros e onze centavos), com um lucro à disposição da Assembléia de Cr\$ 7.892.083,02 (sete milhões, oitocentos e noventa e dois mil, oitenta e três cruzeiros e dois centavos), além dos Fundos de Reservas estabelecidos por leis vigentes.

Após estes esclarecimentos, cumpre-nos agradecer-lhes a confiança em nos depositada e ficarmos a disposição de todos para quaisquer outros informes que se façam necessários.

Natal-RN. 21 de fevereiro de 1972.

GERALDO CABRAL RÔLA

Diretor-Superintendente

TIBERIO CESAR GADELHA

Diretor

RENATO GOMES SOARES

Diretor

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1971

ATIVO

IMOBILIZADO

Imobilizações Técnicas

PASSIVO

EXIGIVEL

Curto Prazo

FORNECEDORES
TITULOS A PAGAR

113.646,17

16.488.692,53

IMÓVEIS		
Valor Original	1.538.801,52	
c/Correção Monetária	66.561,88	1.605.363,40
<hr/>		
INSTALAÇÕES		
Valor Original	53.186,92	
c/Correção Monetária	13.659,45	66.846,37
<hr/>		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		
Valor Original	920.267,42	
c/Correção Monetária	120.266,47	1.040.533,89
<hr/>		
VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS		
Valor Original	13.937.959,02	
c/Correção Monetária	1.530.116,45	15.468.075,47
<hr/>		
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		
Valor Original	44.656.068,96	
c/Correção Monetária	6.945.407,64	51.601.476,60
<hr/>		
LABORATÓRIO DE ANÁLISE		
Valor Original	185.920,84	
c/Correção Monetária	63.587,56	249.508,40
<hr/>		
EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS		
Valor Original		72.817,25
EQUIPAMENTOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		
Valor Original		51.412,91
COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA		
Valor Original	128.746,00	
c/Correção Monetária	14.785,38	143.531,38
<hr/>		
IMÓVEIS EM CONSTRUÇÃO		884.142,93
CESSÃO DE DIREITO AQUISITIVO DE IMÓVEL		19.978,74
AQUISIÇÃO DE BENS A CLASSIFICAR		2.202,25
<hr/>		
Imobilizações Financeiras		
EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO		2.809,55
FUNDO DE ASSISTÊNCIA		
AOS DESEMPREGADOS		235,11
CERTIFICADO DE COMPRA DE AÇÕES		5.284,00
ANTECIPAÇÃO DE CAPITAL		32.000,00
BANCO DA AMAZÔNIA C/INC. FISCAIS		2.633,00
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL C/INCENTIVOS FISCAIS		759.021,94
INCENTIVOS FISCAIS APLICADOS		72.524,00
EMBRAER		10.147,00
AÇÕES		1.893.914,50
<hr/>		
TOTAL DO IMOBILIZADO		

BANCOS C/EMPRESTIMOS	1.413.359,56		
NOTAS PROMISSÓRIAS A LIQUIDAR	939.870,00		
CONTAS CORRENTES	57.012,05		
IMPOSTO DE RENDA A PAGAR	185.788,74	19.198.369,05	
Longo Prazo			
TÍTULOS A PAGAR.	22.021.701,80		
CONTAS CORRENTES	1.215.168,95		
BANCOS C/EMPRESTIMOS	725.000,00		
NOTAS PROMISSÓRIAS A LIQUIDAR	162.248,00	24.124.118,75	43.322.487,80
NÃO EXIGÍVEL			
CAPITAL		21.247.380,00	
FUNDO PARA DEPRECIÇÃO			
IMÓVEIS			
Valor Original	133,18		
c/Correção Monetária	447,67	580,85	
INSTALAÇÕES			
Valor Original	14.750,79		
c/Correção Monetária	1.930,58	16.681,37	
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS			
Valor Original	14.223.494,98		
c/Correção Monetária	3.381.849,14	17.605.344,12	
VEICULOS E EQUIPAMENTOS			
Valor Original	4.470.424,30		
c/Correção Monetária	712.098,11	5.182.522,41	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS			
Valor Original	140.079,30		
c/Correção Monetária	26.594,74	166.674,04	
LABORATÓRIO DE ANÁLISE			
Valor Original	41.389,60		
c/Correção Monetária	7.112,06	48.501,66	
EQUIPAMENTOS DE INST. ELÉTRICAS			
Valor Original		4.940,65	
EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS			
Valor Original		8.211,64	
FUNDO DE RESERVA DA			
CORREÇÃO MONETÁRIA			
		7,43	
FUNDO DE INDENIZAÇÃO TRABALHISTA			
		492,51	
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO			
		542.057,51	
PROVISÃO P/LIQUIDAÇÃO DE			
CRÉDITOS DUVIDOSOS			
	1.938.253,43		
FUNDO DE RESERVA LEGAL			
	878.648,50		
LUCROS E PERDAS			
	7.892.083,02	55.532.379,14	
71.205.889,59			
2.778.569,10			
73.984.458,69			98.854.866,94

Um ciclone que dizimou centenas de pessoas e extinguiu vários campos de cultura na região de Madagascar e uma prolongada estiagem na Tanzânia, Quênia, Angola e Moçambique, na África, tiveram consequências das mais positivas para a economia do Rio Grande do Norte. Provocaram a ascensão do sisal norte-riograndense, que desde 1963, vinha se debatendo com uma de suas maiores crises, em virtude da superprodução mundial e da concorrência da fibra sintética na indústria de celulose.

Se bem que o preço atual do produto no mercado internacional seja de Cr\$ 0,50 o quilo contra Cr\$ 0,28 no final do ano passado, a cotação em dólares ainda é inferior em 50% à de 1962, quando a crise começou a se instalar. Mas as perspectivas são as melhores possíveis com o aumento das exportações para os Estados Unidos e Europa na base de 20%, apesar dos produtores reclamarem do Governo federal incentivos ordenados para controle da produção e exportação.

Ressurreição do Sisal

Naquela época o Rio Grande do Norte chegou a produzir quase 40 mil toneladas (50% colhido na falida Fazenda "Zabelé", Touros, do grupo SACRAFT), Paraíba 99 mil e a Bahia 30 mil. Mil quilos do produto era comprado pelos importadores por quase dois mil dólares, mas com a superprodução na região e a concorrência do agave africano, de melhor qualidade, a cotação começou a baixar.

Em 1970 a cultura da planta no Rio Grande do Norte atingiu a sua fase mais angustiante e no início de 71 os preços ainda continuavam baixando, correspondendo a 28%, em dólares, da cotação de 1963. Livre de imposto, chegou a ser exportado por vinte e oito centavos o quilo.

Porém, com a entrada em funcionamento de algumas fábricas de papel na Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, utilizando, em caráter experimental, a fibra do agave como matérias-primas principais, os preços estacionaram. Começava a surgir uma esperança.

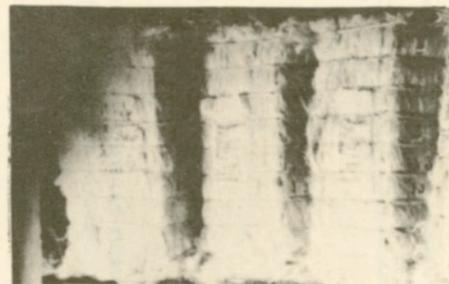
Contudo, centenas de plantadores potiguares já tinham desistido do cultivo de sisal optando pela cultura do algodão. Nos municípios de Touros e João Câmara milhares de pés foram arrancados pelos fazendeiros, ocasionando, ao lado da alta, a escassez do produto.

De 1.º de junho de 70 a 1.º de junho de 1971 o RN exportou apenas 8.700 toneladas sem contar o agave vendido aos "atravessadores" na fronteira com Pernambuco.

A ESPERANÇA DO EXPORTADOR

Com a falência da Fazenda "Zabelé" (35 mil hectares de terras cultiváveis), a Companhia de Comércio e Indústria do Sisal (CISAF) tornou-se a única e maior compradora do produto no Estado e, consequentemente, a detentora da exportação para o exterior.

O sr. Dantas Guedes, diretor-administrativo da CISAF está otimista com relação a revalorização do sisal, carregando novos recursos a centenas de agricultores, divisas ao Estado e rentabilidade para a empresa que dirige.



"Da safra de 71/72, pretendemos exportar, antes do fim do ano, mais de um milhão de dólares de agave para a Polônia, Itália, Alemanha Federal, Canadá, Marrocos, Holanda, França, Inglaterra, Estados Unidos e Austrália. Em março, embarcamos, através do porto de Natal, 1.700 toneladas de bucha (refugo), um dos subprodutos do sisal, para os Estados Unidos e Canadá. E em 1971, ainda na crise, exportamos 8 mil toneladas (U\$ 800 mil), entre fibras e buchas para o exterior", afirma Dantas Guedes.

Devido ao crescente número de pedidos de firmas importadoras européias e americanas, desde 1970 (quando vendeu 6 mil toneladas, no valor bruto de 6 mil dólares) a CISAF vem aumentando a exportação de agave e ainda é o produto que dá mais renda ao Porto de Natal.

SEM AJUDA

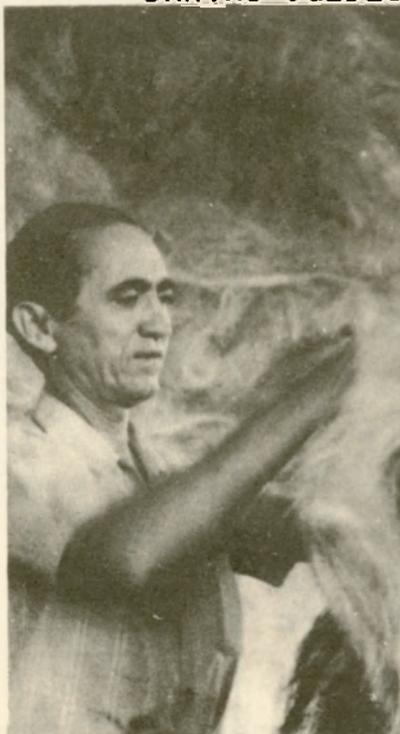
Apesar das boas perspectivas, produtores e exportadores reclamam a ausência de incentivos e empréstimos financeiros dos órgãos oficiais de desenvolvimento, Banco do Nordeste, SUDENE e Banco do Brasil.

O problema chegou a ser discutido numa reunião realizada este ano pelas "Câmaras de Sisal", entidade que congrega os exportadores do produto do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e Paraíba. Sendo órgãos que sugere a CACEX (Carteira de Crédito e Comércio Exterior do Banco do Brasil) os preços a serem fixados para exportação, as "CS" trabalham em estreita ligação com o banco do Governo Federal.

Dantas Guedes desconhece os verdadeiros motivos em que se baseiam os diretores do BB e BNB para não financiarem o plantio do sisal do Rio G. do Norte e outros Estados nortestinos. Ele acha que a assistência técnica e financeira do Banco do Brasil, Banco do Nordeste ou da SUDENE impulsionaria a cultura do agave, de uma forma ordenada a fim de evitar a superprodução. E aponta as vantagens e facilidades no desenvolvimento da cultura no Estado:

1) É o produto agrícola que mais se ajusta às condições climáticas da re-

DANTAS GUEDES



EXPORTAÇÃO

SISAL

gião;

2) A fibra tipos 2 e 3 resiste às estiagens. Exemplo: na "grande seca de 1970" não morreu nenhum pé de agave no Estado;

3) É imune às pragas;

4) Pode ser polido em qualquer época do ano assegurando ao agricultor uma renda permanente;

5) É fator de fixação do homem à terra, pois se as plantações de outros produtos agrícolas forem paralizadas, ele poderá se dedicar à colheita do sisal;

6) Durante os dois primeiros anos de crescimento, a cultura do sisal pode ser consorciada com o algodão herbáceo, milho, feijão e outros cereais;

7) Não exige cuidados culturais caros e onerosos como o algodão, milho, etc.

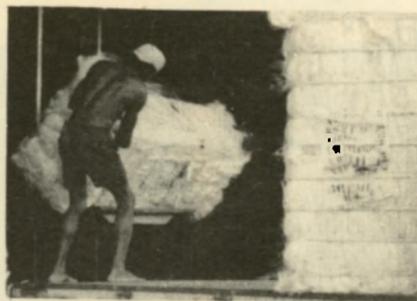
Afirma ainda o diretor-administrativo da CISAF que, após ter início a revalorização, muitos plantadores do sisal estão agora em melhores condições financeiras dos que se dedicam a outras culturas.

"Para os exportadores, os empréstimos dos bancos oficiais deveriam ser limitados aos plantadores das melhores áreas do Rio Grande do Norte. O número de plantas também deve ser estabelecido para cada agricultor, pois "só assim assegurará a produção das indústrias de papel e o trabalho artesanal de centenas de pessoas que fazem a colheita do sisal", assevera Dantas Guedes.

Também é necessária a assistência técnica dos organismos de desenvolvimento do Governo Federal para elevar a qualidade do agave do Estado, que só está produzindo tipos 2 e 3. O sisal de segunda é todo exportado para a Europa e o de terceira (chamado de "bucha" ou refugo) é comprado pelos norte-americanos, especialistas na industrialização da fibra amaranhada para estofamento de colchões e móveis.

Para Dantas Guedes, diretor da CISAF, o sisal deveria merecer maior consideração do Governo do que o algodão, atualmente sofrendo uma desvalorização progressiva devido a concorrência do egípcio no Mercado Internacional. "Não seria apenas os agricultores e exportadores que lucrariam com a assistência técnica e financeira dos bancos oficiais, mas também o Governo do Estado e da União. A melhoria da qualidade do sisal de tipo 1, ainda não colhido no Rio Grande do Norte, em virtude das técnicas rudimentares empregadas na sua extração, é importante fator para a sua valorização definitiva no Mercado externo".

Após dominar, durante vários anos, o comércio e exportação do sisal potiguar, a Fazenda "Zabelé" (35 mil hectares de plantações), situada no município de Touros e que pertenceu ao grupo português da SACRAFT, foi vendida no ano passado aos industriais Múcio Bandeira de Melo e Fernando Rodrigues, da PA-



■ "O AGAVE ESTÁ SE ESCASSEANDO. MUITOS PÉS FORAM ARRANCADOS"

■ "OS EMPRÉSTIMOS DOS BANCOS OFICIAIS DEVERIAM SER LIMITADOS AOS PLANTADORES DAS MELHORES ÁREAS DO ESTADO"

■ "DA SAFRA 71/72, PRETENDEMOS EXPORTAR MAIS DE UM MILHÃO DE DÓLARES"

FISA e TABAJARA FINANCEIRA.

Em 1970, a Zabelé produziu para exportação cerca de duas mil toneladas de agave. Não suportando a crise financeira (devia mais de Cr\$ 400 mil ao INPS) foi vendida em leilão público para pagar as dívidas previdenciárias e indenizações a centenas de empregados.

O rupo da PAFISA, que possui uma fábrica de papel em Pernambuco e outra na Bahia (a última em instalação em Salvador, com incentivos do sistema 34/18 da SUDENE, deverá se tornar uma das maiores indústrias de celulose do Brasil), e TABAJARA pretendem implantar um grande projeto agrícola na Fazenda "Zabelé".

Atualmente, ainda estão colhendo o agave velho, num sistema rústico de aparo e secagem. Dos 35 mil hectares, apenas 8 mil têm pés de agave com idade variando de três a quatro anos. Os trabalhadores utilizam máquinas "raspadoras", feitas por eles mesmos, que limitam a sua produção e a qualidade do produto. Eles apenas conseguem tirar uma tonelada de fibra seca por semana, depois de reduzida em 20% porque o "apanhador" não separa as folhas defeituosas das boas, as menores das maiores nem lava a fibra antes de estendê-la no chão, sempre sujo.

Devido ao solo calcáreo, grau de umidade e por existirem muitas propriedades baratas, a região de João Câmara, zona do Mato Grande, Touros, Jandaira, Parasinho, Pedra Grande, São Bento do Norte e até mesmo Taipú oferecem condições excepcionais para a implantação e desenvolvimento de projetos de produção da fibra do sisal.

Os exportadores da CISAF profetizam que, se o Banco do Brasil, BNB e SUDENE mudarem sua política em relação a cultura do sisal, os agropecuaristas e investidores sulistas, pernambucanos e bahianos "comprarão muitas terras e investirão em projetos agaveiros na Zona do Mato Grande do Rio Grande do Norte".

Para Dantas Guedes a falta de ajuda e apoio financeiro do BNB e BB à cultura do agave entra em choque com a política desenvolvimentista da SUDENE, que (através do sistema 34/18) aprova e financia projetos de implantação de fábricas de papel, utilizando o sisal como principal matéria-prima.

"Se bem que exportaremos mais de um milhão de dólares do produto, este ano, isto não quer dizer que está havendo uma forte elevação na nossa produção. O agave está escasseando. Muitos pés foram arrancados no período crítico. O produto que atualmente se colhe e se exporta é da safra de 1971. Dentro de dois anos a produção do Rio Grande do Norte será grandemente reduzida e a colação elevada, o que ocasionará sérias dificuldades para o funcionamento dessas fábricas de papel do Nordeste". ●

Caderneta de Poupança explica de uma vez por todas o que significa "Você deposita quanto puder e retira quando quiser."



Significa que abrir uma Caderneta de Poupança é tão fácil como respirar. Basta você ter 5 cruzeiros no bolso e procurar um Agente. A partir de 5 cruzeiros você deposita quanto quiser.

Significa também que a Caderneta de Poupança facilita o depósito, facilita a retirada do seu dinheiro, quando você quiser, como uma conta comum. Com a vantagem de lhe dar a justa correção monetária, mais dividendos, tudo garantido pelo Governo.

Para abrir uma Caderneta você gasta o mesmo tempo que gastaria para abrir uma conta comum.

Além de todas as vantagens que você adquire, você deduz de sua renda bruta, na declaração do Imposto de Renda, 20% do saldo médio depositado.

Até o saldo médio anual de 25.524 cruzeiros, os rendimentos da Caderneta de Poupança estão isentos de Imposto de Renda.

Procure um Agente e abra sua Caderneta. Você deposita quanto puder e retira quando quiser.



Caderneta de Poupança da **APERN**

**Associação de Poupança e Empréstimo
Riograndense do Norte - APERN**

RUA JOÃO PESSOA, 198 - NATAL (RN)

JANELAS ABERTAS PARA O CONFORTO

edifício

“Etoile”

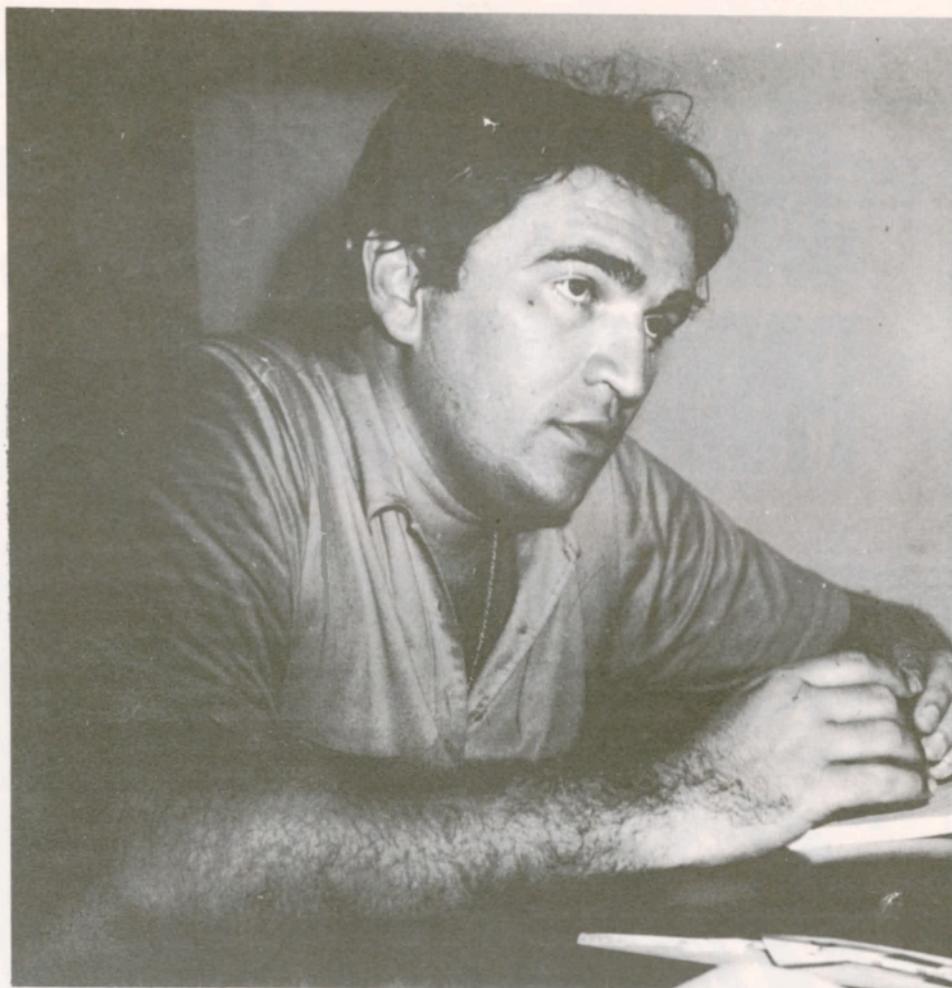


- * Av. Hermes da Fonseca
- * 2 apartamentos por andar
- * Revestimento em pastilhas
- * Varandas panorâmicas
- * Suite para casal e
mais dois quartos sociais
- * Dois banheiros sociais
- * Garages individuais
- * Salões de festas e recepção
- * Dependências completas de empregados
- * Play Ground
- * 2 elevadores
- * Hall em mármore branco
- * 184 metros de área por apartamento

POUPANÇA PARCELADA
PRESTAÇÕES A PARTIR DE Cr\$ 831,00
ENTREGA EM JULHO

INCORPORAÇÃO: GILSON RAMALHO DE ALMEIDA RODRIGUES
CONSTRUÇÃO DA CIA. DE INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA. - CICOL
- FINANCIAMENTO DA APERN
INFORMAÇÕES E VENDAS NO LOCAL COM PAIVA IRMÃO

Os japoneses
estão aí.
Dispoem
de
15 bilhões
de dólares
para
investimento
no exterior.
Querem
um intercâmbio
cada
vez maior
com o Brasil.
ARIMAR FRANÇA
esteve
na
Terra do Sol
Nascente e
fala aqui
sobre a
oportunidade
deste
intercâmbio.



Falando de



BRASIL-JAPÃO

Pode-se fazer uma viagem ao Japão com fins exclusivamente turísticos: no mínimo, vale a pena chegar perto de Buda no Templo Todaji — a maior estátua de bronze existente no mundo. Ou pode ser que o viajante tenha, exclusivamente, a meta pragmática do homem de negócios em busca de investimentos e/ou intercâmbio comercial numa Grande Potência.

Pois bem. Arimar França esteve lá e fez as duas coisas. Arimar, presidente do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN), foi ao Japão em fevereiro passado a convite do Banco do Brasil — quando da inauguração de sua agência em Tóquio — e apesar de declarar que “fiz bastante turismo, com as despesas aliás por minha conta própria”, captou muito da experiência econômico-financeira japonesa e ainda tratou de interesses concretos de nosso Estado.

VOLTA AO MUNDO EM 47 DIAS

“Fiz sim uma volta ao mundo. Além de ter estado no Japão, de 14 a 20 de fevereiro, passei por alguns países da Europa e outros da Ásia e também visitei o Peru, na América Latina, numa andança de 47 dias no total. Estava me ressentindo de uma visão mais ampla do mundo, entende? para melhor me situar, tanto na administração pública quanto nos empreendimentos particulares de que participo. No Japão, tive alguns encontros na área econômico-financeira, participei de reuniões com investidores japoneses; mas principalmente fiz foi uma viagem de turismo, embora — como você sabe — enquanto a gente descansa carrega pedra”.

Em sua sala do Banco de Desenvolvimento, à rua Mossoró, 359, onde chega

às 8 da manhã e só sai pelas 7 da noite, ele realiza várias reuniões, recebe a numerosos clientes e atende um sem-número de vezes ao telefone. Mas Arimar parece não se assustar com o volume de tarefas, e trabalha alegre, rápido, com um dinamismo que se revela logo ao primeiro contato.

Entusiasmado, ele aceita falar do intercâmbio Brasil-Japão:

"A nossa possibilidade de intercâmbio com o Japão é imensa. Os japoneses, com o senso de oportunidade que caracteriza os bons empresários, observam com vivo interesse e minuciosa análise a economia brasileira, a qual atualmente constitui uma de suas áreas prioritárias para investimento no exterior".

UM INTERCAMBIO QUE TUDO PROMETE

Prossegue: "A simpatia que eles (os japoneses) dispensam ao nosso país, a presença aqui — principalmente em São Paulo — da chamada colônia japonesa são, por assim dizer, os elementos subjetivos que favorecem tal intercâmbio. Entretanto, existem outras causas mais concretas, fatores de ordem econômico-financeira, que explicam a questão. Pode anotar: O Japão conta hoje com uma reserva de mais de 15 bilhões de dólares (conforme, inclusive, declarações do Ministro Nakamura) e todo este capital deverá ser aplicado no exterior, sendo certo que parte deste montante virá para o Brasil... isto justamente graças ao crédito internacional e a estabilidade interna que fomos conquistando a partir de 1964. Um exemplo: dentre as reuniões de que participei em Tóquio, duas — uma com o grupo Marubeni outra com o grupo Mitsubishi — cuidaram de problemas de infraestrutura; nelas o Ministro Vilar de Queirós procurou vender a idéia pela qual os japoneses financiariam o terminal salineiro de Natal e a estrada de ferro Natal (Redinha)-Macau. A Marubeni não pôde aceitar a proposta, pois já havia assinado contrato de importação de sal do México e da Austrália, por 5 anos. Mas a Mitsubishi gostou da idéia e deverá dentro dos próximos 60 dias enviar seus técnicos para os estudos preliminares de viabilidade do empreendimento, tendendo a encampar os 2 projetos".

RN: — Que mais pode conseguir o Rio Grande do Norte?

Arimar: — "Como vimos, a disponibilidade de capital no Japão é grande, e crescente, o que determina uma maior inversão no exterior. Os japoneses possuem um know-how avançado de intensiva utilização de mão-de-obra nas indústrias, cujos produtos são de elevado valor específico. Uma indústria que se destine a atender ao mercado nacional, pode estar bem localizada se vier para o Rio Grande do Norte. Cabe-nos, agora, disputar esses investimentos através de negociações diretas com os grupos econômicos, oferecendo-lhes as vantagens locacio-

nais bem definidas. Dá para exemplificar esta afirmativa enfocando a indústria de tecidos, sobre a qual já se fez um estudo capaz de apresentar as vantagens locais do Rio Grande do Norte; nosso Estado dispõe de mão-de-obra de baixo custo e é o maior produtor de algodão de fibra longa do país".

DA PARTICULARIDADE DE UM MILAGRE

Um jovem: Arimar tem apenas 28 anos. Já aos 17, um menino, foi secretário da Confederação Nacional do Comércio, em Brasília. Concluiu os cursos de Direito e Administração de Empresas — ambos na Guanabara. Ao tempo de universitário, na Velha Cap, começa a se colocar por dentro do mercado financeiro; e chega a diretor da Mercantilcred, no Rio. Depois passa a diretor do Banco Mercantil de Pernambuco (onde continua). Hoje em dia, afora sua condição de presidente do BDRN o homem é ainda: superintendente da Rionorte Financeira e membro das diretorias da Molho Inharé e da Gosson Alimentos Nordeste. Ele representa então poucos anos, mas de uma intensa e rica experiência. Poderia assim falar de outros tantos aspectos de economia, finanças ou administração. Mas como o assunto é Japão, continua o Japão na pauta.



ARIMAR FRANÇA:

Tudo indica que a Mitsubishi financiará o terminal salineiro de Natal e estrada de ferro Macau/Natal

Perguntamos: — O modelo de desenvolvimento japonês pode servir para o Brasil? Em que medida?

Resposta: — "O exemplo dos japoneses serve para todo o mundo. Entretanto, o modelo econômico deverá ser adaptado à realidade em que se tente utilizá-lo. Cabe-nos estabelecer parâmetros diferenciados em função da representatividade das variáveis consideradas, a fim de que os objetivos sejam realmente alcançados. Vale ressaltar que a ajuda americana ao Japão no pós-guerra foi uma mola propulsora desta excelente situação atual. Mas deve-se ter em conta que a cultura milenar do povo japonês, sua disciplina natural, sua espontânea dedicação ao trabalho, foram também fatores de enorme influência na consumação do formidável crescimento daquela economia. Quer dizer: o Japão soube aproveitar a ajuda externa. Tanto assim, que vários outros países foram do mesmo modo ajudados no pós-guerra, todavia, nem por isso, conseguiram o mesmo avanço do Japão. Daí porque é comum hoje se ouvir falar vulgarmente "naquele fenômeno econômico — e social — no de "O Milagre Japonês". Agora, o Brasil, que é praticamente um continente, precisa como o Japão de depois da Guerra, de investimentos maciços, tanto internos quanto externos a fim de manter e ampliar o seu crescimento. Mas posso dar um exemplo oposto: hoje, o problema da agricultura no Japão difere totalmente do nosso. Primeiro, porque lá há falta de espaço. Segundo porque, em decorrência disso, já adotam um alto índice de técnica também no campo... É de impressionar quando se viaja pelo interior do Japão e quando se vê o quanto a terra ali é aproveitada, e o que se pode obter à custa de seleção e adubagem. Não se esquecer, porém, que um certo elemento contribui prá tudo isto: mesmo no campo o índice de analfabetismo no Japão não atinge 1%. Eis aí mais uma prova de que o desenvolvimento não se consegue apenas no campo da economia, mas também é fruto de uma evolução globalística da sociedade".

ESTABILIDADE: UM NEGÓCIO IMPRESSIONANTE

Concluindo, explica o sr. Arimar França:

"...E o que de mais impressionante eu vi no Japão foi a estabilidade econômico-financeira. Lá todo capital é aplicado na produção. Inexiste a especulação. Os Bancos podem emprestar 99,5% dos seus depósitos, ou seja, tem somente uma reserva técnica de 0,5%. Consequência: o país possui para seus meios de produção e comercialização todas as facilidades. Não é admirável? Lembre-se ainda que o índice de poupança de renda da família japonesa é da ordem de 32%. Em suma: lá o sistema funciona como um relógio, objeto que por sinal eles também fabricam e de excelente qualidade".

EXPEDIENTE

Diretor de Redação
MARCOS AURÉLIO DE SÁ

Diretor Administrativo
MARCELO FERNANDES

Diretor Comercial
CASSIANO ARRUDA

Gerente - JOSÉ AMARAL

Redator-Chefe - JORGE BATISTA

Redatores - ALBIMAR FURTADO,
DOMICIO ARRUDA CÂMARA, EMANOEL
NERI, HÉLIO CAVALCANTI, JOÃO
BATISTA MACHADO, JOÃO GUALBERTO,
JOMAR JOSÉ, LUÍS CORTEZ, PÚBLIO
JOSÉ, SEBASTIÃO CARVALHO

Fotografias - JOÃO GARCIA DE
LUCENA, DANI COPER

Diagramação - MOACIR DE OLIVEIRA

Arte - AILTON PAULINO

Contatos Comerciais - HILNETH
CORREIA, NAIDE BÉLO, ROBERTO
FREIRE

Serviço de Assinaturas - LINO
GUERRA, MARCIA MARIA DE SÁ

Colaboradores - ALVAMAR FURTADO,
ANTONIO FLORENCIO DE QUEIROZ,
BENIVALDO AZEVEDO, CORTEZ
PEREIRA, DALTON MELO, DOMINGOS
GOMES DE LIMA, EDGAR MONTENEGRO,
EPITÁCIO ANDRADE, FABIANO VERAS,
FERNANDO PAIVA, GENÁRIO FONSECA,
HÉLIO ARAUJO, JOANILSON DE PAULA
REGO, JOÃO DE DEUS COSTA, JOÃO
WILSON MENDES MELO, JOMAR
ALECRIM, LUIZ CARLOS ABBOTT
GALVÃO, MANOEL LEÃO FILHO, MARIO
MOACYR PORTO, MOACYR DUARTE, NEY
LOPES DE SOUZA, NIVALDO MONTE,
OTTO DE BRITO GUERRA, SEVERINO
RAMOS DE BRITO, TULIO FERNANDES
FILHO, UBIRATAN GALVÃO

RN-ECONÔMICO, revista mensal especializada em assuntos econômico-financeiros, é de propriedade da EDITORA RN-ECONÔMICO LIMITADA, CGCMF... 08423279, Rua Princesa Isabel, 670, Edifício Bahia, Cidade Alta, Fone 26.90, Natal (RN), composta na GRÁFICA NORDESTE LTDA, praça Pio X, 335, Natal (RN), e impressa na GRÁFICA OFF SET, Av. Rio Branco 325, Natal (RN). Preço do exemplar: Cr\$ 3,50. Número atrasado: Cr\$ 4,00. Assinatura anual: Cr\$ 40,00.



Mercado de Capitais

Está o Mercado de Capitais e o mundo dos investimentos sob a gerência de mais uma regulamentação determinada pelo Governo Federal, com vistas unicamente ao resguardo do sistema e à sua própria fortificação. Trata-se do FUMCAP (Fundo de Desenvolvimento do Mercado de Capitais) cujo manual de operações já está sendo pôsto em prática na medida natural da implantação do seu complexo contexto.

Em Natal muita gente, sem dúvida, não saberá ainda o que seja o FUMCAP e por isto vamos tentar uma análise do seu funcionamento e das suas implicações no sistema do Mercado de Capitais.

Primeiramente, a opinião abalizada de Breno Fernandes Barros, presidente da Bolsa de Valores do Rio Grande do Norte:

— “Acho que o Fundo de Desenvolvimento do Mercado de Capitais é a solução definitiva para a fixação do sistema, em nosso país. Através dele as instituições financeiras terão a cobertura necessária para a expansão de suas atividades, sem o receio das flutuações perniciosas do Mercado”.

José Maria Cunha Melo, da A. B. Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S. A., considera “uma justa canalização de recursos externos que, juntados aos recursos comprometidos oriundos de entidades nacionais, irão dar justo apoio ao sistema do Mercado de Capitais do nosso país, ultimamente vivendo de instáveis posições”.

O Fundo constitui uma conta gráfica no Banco Central, suprido por recursos diretos da União, contribuições do Banco Central, doações e empréstimos de outros países e/ou entidades internacionais. O Ministério da Fazenda é que tratará dos empréstimos internacionais, que serão colocados à disposição do FUMCAP pelos seus agentes principais: a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Dentre os órgãos internacionais já ligados ao mecanismo situam-se o Banco Mundial e a AID. Futuramente outras instituições internas poderão ser agregadas ao grupo dos agentes principais.

A atuação desses agentes vai se constituir numa espécie de remanejamento de poupanças já existentes no sistema. Isto

é, eles vão recolocar em circulação recursos já manipulados e, tecnicamente, afastados das operações. Uma volta de recursos que, sem dúvida, fortalecerá os esquemas operacionais, evitando a evasão da segurança tão necessária ao funcionamento do próprio Mercado de Capitais. A PARTE INTERNACIONAL

O que o FUMCAP apresenta de mais novo é a participação dos recursos internacionais na nossa poupança interna. Uma participação que chega não com a forma de investimento puro e simples, de empréstimo feito diretamente com empresas e instituições, a longo prazo. Mas, como empréstimos obtidos pelo Ministério da Fazenda, a longo prazo, para serem repassados, a médio prazo, pelos Bancos de Investimento.

A entrada, de novos recursos estrangeiros em nosso país, através do FUMCAP, é pequena em relação ao fluxo já tradicional do dinheiro externo que financia a altos juros o nosso crescimento econômico. Mas vão representar uma novidade: a captação de recursos externos que sem dúvida irão beneficiar setores industriais para os quais o investimento direto — vindo de fora — não existe. Por outro lado, a presença desse capital não vai influir na autonomia dessas empresas.

AS INOVAÇÕES

Segundo o dr. Breno Fernandes Barros, o FUMCAP, do ponto de vista técnico vai oferecer outras importantes novidades ao Mercado de Capitais, “dentre elas a fixação do mercado de debêntures, o apoio ao lançamento de novas ações, a constituição de uma espécie de “fundo de garantia” para o sistema”.

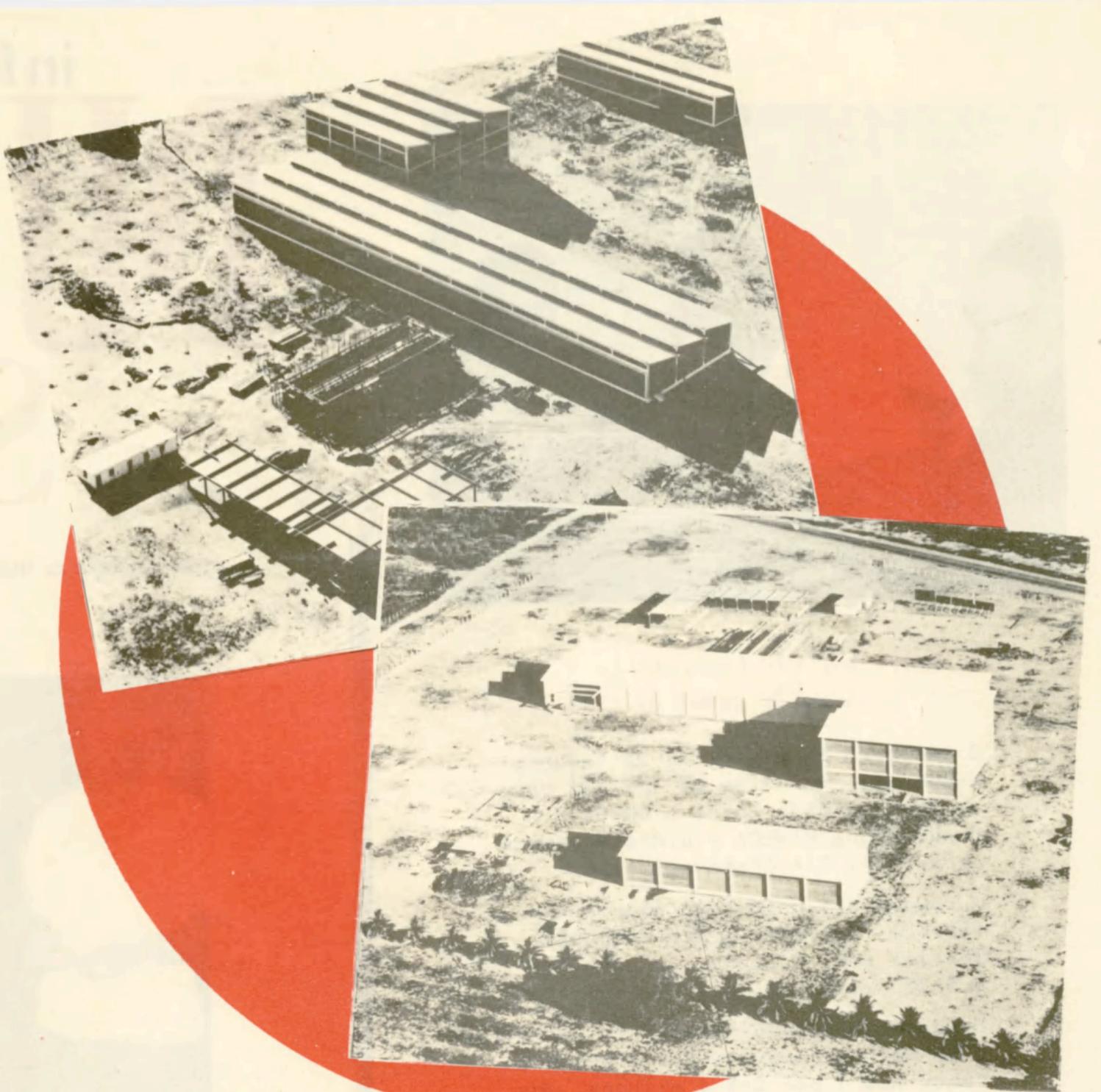
Além disto, terá como únicos agentes financeiros os Bancos de Investimento.

No caso da estruturação do mercado de debêntures, o Fundo vai servir como intermediador entre a oferta e a procura desses papéis. Atualmente em nosso país os empréstimos desse tipo têm sido feitos às empresas interessadas pelos Bancos de Desenvolvimento ou repassados pelos Bancos de Investimento.

O apoio ao lançamento de ações será no sentido de transformar o Banco de Investimento (repassador dos fundos oficiais administrados pelo BNDE e/ou outros órgãos) de simples processador do surgimento de novos papéis, em uma espécie de “banco comercial”, que cuida também do problema de cadastro da empresa, das suas garantias líquidas e sólidas.

O “fundo de garantia” oferecido pelo FUMCAP será na base de 15% sobre o valor da emissão. O Banco de Investimento o percebe em debêntures, tem 12 meses para repôr a importância. E 18 meses para as ações, após a oferta através das Bolsas.

Sebastião Carvalho



A fábrica já está concluída.
A maquinaria - a mais moderna do Brasil -
já está comprada. Agora, falta
muito pouco para aqueles que não lavaram as
mãos começarem a lucrar com a maior
indústria de sabonetes da área da
S U D E N E



MAQUINARIA QUE VAI FABRICAR O SABONETE DUBOM JÁ ESTÁ COMPRADA

O contrato de compra de 22 tanques especiais, no valor de Cr\$ 371 mil, já foi assinado entre a DUBOM e a fornecedora HIMECA - Hidro Mecânica de Vettori S/A (foto acima).

A compra das caldeiras necessárias à fábrica foi feita à Ata Combustão Técnica S/A, custando um total de Cr\$ 320 mil.

O restante do equipamento foi adquirido a G. Mazoni (empresa que oferecera "know how") por Cr\$ 4 milhões, dos quais um terço já estão pagos. Todo o equipamento chegará a Natal ainda neste semestre.

A FÁBRICA ESTÁ CONCLUÍDA E A CONSTRUÇÃO CIVIL NA FASE FINAL

Os pavilhões da DUBOM S/A, no Distrito Industrial de Parnamirim, onde funcionarão as unidades fabris, já estão terminados (3.700 metros quadrados de área coberta). Agora, resta apenas a fase final de construção dos escritórios e refeitórios, cujo apronto está igualmente previsto para este semestre.



GOVERNADOR CONSTATA

O Governador do Rio Grande do Norte, Pereira, acompanhado do Lima - Superintendente de Indústrias, visitou o "stand" da DUBOM S/A, no Pavilhão de Amostras da Indústria em Natal, quando teve o conhecimento do progresso da obra, observando os vários pavilhões que mostravam os estágios de construção, os perfis e gráficos qu

informativo

DUBOM S/A

cioso da DUBOM S. A.

N.3 ABRIL 1972



ADADOR CONSTATA PROGRESSO DA DUBOM

or do Rio Grande do Norte, Sr. Cortez acompanhado do General Evandro de Souza, Superintendente da SUDENE - visitou o DUBOM S/A, na primeira FAMIC (Feira das Indústrias e Comércio) realizada quando teve oportunidade de tomar conhecimento do progresso do empreendimento, examinar os vários painéis fotográficos que mostram os estágios da obra, além de examinar os gráficos que indicavam seu andamento.



DUBOM AUMENTA CAPITAL E TEM NOVO PRESIDENTE

A DUBOM S/A agora tem o capital autorizado de Cr\$ 15 milhões, dos quais Cr\$ 5.513.101,00 já estão integralizados. Na mesma ocasião em que os acionistas da empresa decidiram aumentar o seu capital, também elegeram Diretor-Presidente da DUBOM o industrial Dante Três, que substitui o industrial Feiz Salim Carone. Os demais cargos da Diretoria continuam sendo ocupados pelos senhores Pedro Geraldo Silveira (Diretor Superintendente), Paulo Guerra Galvão (Diretor Comercial) e Mario Caroni (Diretor Industrial e Financeiro).

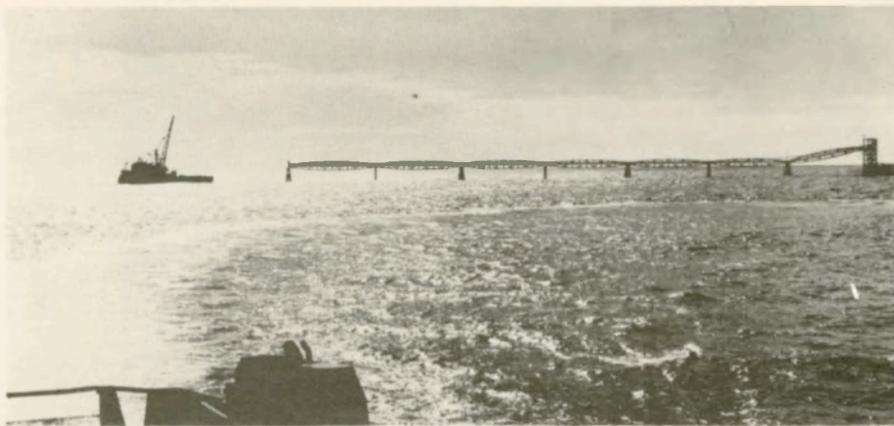
TRADICIONAL VAI LANÇAR AS NOVAS AÇÕES DA DUBOM

A TRADICIONAL - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários estará realizando o lançamento de 2,5 milhões de ações da DUBOM S/A, que gozarão dos incentivos do artigo 14.

EMPREENDIMENTO COM APOIO DA SUDENE

ANDREAZZA VISITOU O TERMINAL

Em sua recente visita ao Rio Grande do Norte, o ministro Mario Andreazza, dos Transportes, inspecionou as obras do terminal salineiro de Areia Branca, a esta altura muito adiantadas. O ministro veio em companhia do diretor do DNER e de outros auxiliares diretos da sua pasta.



VISITA AO NAVIO HOPE

Andreazza aproveitou sua passagem por Natal para conhecer o Navio HOPE, onde foi recebido pelo sr. Harold H. Royaltey, diretor do projeto HOPE no Brasil. Como se sabe, Andreazza foi um dos entusiastas da vinda do navio-hospital ao Rio G. do Norte, tendo emprestado ao governador Cortez Pereira todo o apoio para a obra de dragagem do porto.



BR-226 E ANGICOS-S. RAFAEL

O ministro dos Transportes inaugurou dois importantes trechos de estradas no Rio Grande do Norte: a BR-226, ligando a cidade de Santa Cruz à Currais Novos, e a Rodovia Angicos-São Rafael, substituíva do antigo ramal ferroviário que ligava as duas cidades.



especial

TELERN - TELEFONES EM JUNHO

Os 4.000 novos telefones que a TELERN implantará em Natal estarão funcionando, em caráter experimental, a partir do próximo mês de junho, conforme informa o diretor-administrativo da empresa, Luiz G. M. Bezerra. Os técnicos japoneses da NEC do Brasil estão trabalhando dia e noite a fim de que tudo seja realizado dentro do cronograma estabelecido. O investimento da TELERN para dar a Natal uma central telefônica com 4.000 linhas iniciais e com capacidade para mais 6.000, chegou a 14 milhões de cruzeiros, dos quais já estão saldados 8,8 milhões, ou seja: mais de 50% do custo da obra.

COMPANHIA EDITORA CRESCE

A Companhia Editora do Rio Grande do Norte - CERN, empresa que substituiu o deficitário Departamento Estadual de Imprensa, deverá partir ainda este ano para a modernização de todo o seu parque gráfico, adquirindo equipamento OFF SET. A meta dos diretores da CERN - Marcos Aurélio de Sá, Marcelo Fernandes e Francisco Reveredo - é inaugurar a nova maquinaria na data do segundo aniversário do governo Cortez Pereira.

MINERAÇÃO ITARETAMA S/A

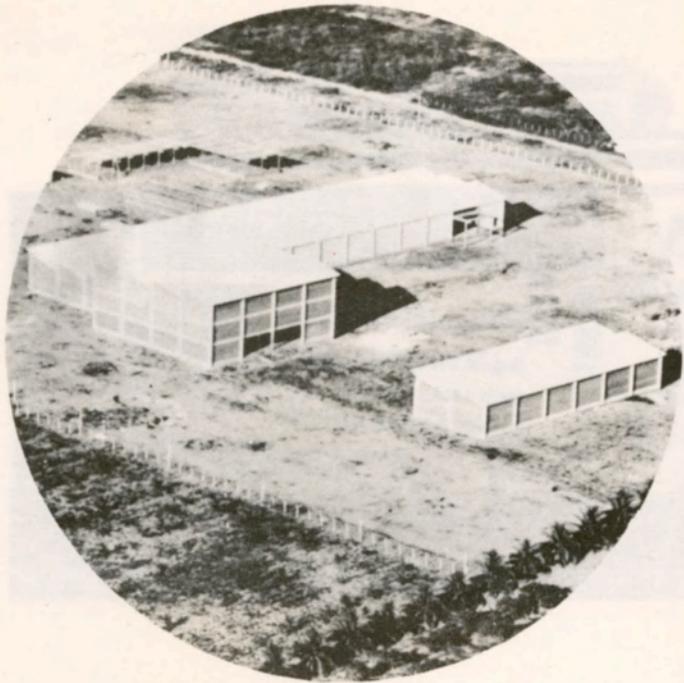
Foi fundada por escritura pública a Mineração Itaretama S/A, empresa com sede em Natal, que explorará uma mina de scheelita em Santana do Matos (mina Abriço, em atividade desde 1943). Dirigem a nova firma mineradora: Marcelo Porto, um dos dirigentes da Mineração Tomas Salustino; Jaumar Pereira, diretor da Mineração Potire, antiga mina Bonfim; e Edgardo Praxedes de Medeiros. Um acionista forte da Mineração Itaretama é Eider Furtado, advogado de grandes empresas.

MINERAÇÃO CARAÚ S/A

Outra empresa recém-criada é a Mineração Carau S/A, que explorará mármore em São Rafael. Preside a firma Elias Fernandes e os demais diretores são Demócrito de Souza (superintendente) e Raimundo Inácio da Cunha. Também faz parte do grupo Raimundo Torquato de Figueiredo, que não participa da diretoria por se encontrar no exercício de função pública (presidência do IPREVINAT). A mina Carau, já em exploração, produz mármore branco de primeira qualidade, a razão de 100 metros cúbicos ao mês.

SERIDÓ JÁ RESERVA O VOLKS ESPORTE

A Distribuidora de Automoveis Serido S/A já vem fazendo reservas do Volks esportivo, cujo lançamento está previsto para dentro de pouco tempo. José Pinto, diretor da Serido, está otimista com relação aos negócios este ano. O exercício de 1971 possibilitou um lucro de 155 mil cruzeiros.



DUBOM S/A -

A DUBOM chega à reta final.
O empreendimento está vitorioso.
Os lucros já vão surgir.
Nesta hora, ninguém pode lavar as mãos...
Você que investiu na DUBOM está
sentindo a conclusão do projeto.
Quem não investiu, ainda tem oportunidade.
Amanhã, poderá ser tarde demais.

VISITE O NORDESTE E VEJA SEU DINHEIRO GERANDO O PROGRESSO.
TEREMOS O MÁXIMO PRAZER EM RECEBÊ-LO EM NATAL E EM LEVÁ-LO
A CONHECER A NOSSA FÁBRICA.

— BALANÇO —
procedido no dia 31 de dezembro de 1971.

A T I V O

	Cr\$	Cr\$
IMOBILIZADO		3.103.024,89
Terrenos, Obras Preliminares e Compl.	107.454,32	
Edificações Principais e Secundarias	1.402.933,96	
Instalações	33.832,60	
Veículos	37.225,00	
Moveis e Utensílios	80.807,95	
Despesas de Implantação	1.204.308,36	
Estudos, Projetos e Detalhamentos	235.866,70	
Marcas e Patentes	300,00	
Ações em Outras Empresas	296,00	
	<hr/>	
REALIZAVEL		1.346.088,00
Adiantamentos a Fornecedores	996.488,00	
Acionistas c/Subscrição	349.600,00	
	<hr/>	
DISPONIVEL		602.748,09
Caixa	1.219,32	
Bancos	601.528,77	
	<hr/>	
VINCULADO		1.182.038,00
Bco. Nordeste Brasil-Arts. 34/18	1.068.445,00	
Bco. Nordeste Brasil-c/Invest. 34/18	113.593,00	
	<hr/>	
COMPENSAÇÃO		400,00
Ações Caucionadas	400,00	
	<hr/>	
		<hr/>
		6.234.298,98

P A S S I V O

	Cr\$	Cr\$
INEXIGIVEL		5.862.701,00
Capital Social	5.862.701,00	
EXIGIVEL		371.197,98
Contas Correntes	78.670,30	
Credores P/Investimentos 34/18	113.593,00	
Letras Descontadas	150.000,00	
Obrigações Sociais	15.509,95	
Obrigações Triutarias.	13.424,73	
	<hr/>	
COMPENSAÇÃO		400,00
Ações Caucionadas da Diretoria	400,00	
	<hr/>	
		<hr/>
		6.234.298,98

Natal, 31 de dezembro de 1971.

JANIL PEDRO DIEB
Tec. Cont. CRC Pe 1806 "S" RN